

R A I Relatório Anual de Informações

20
13

FUNDAÇÃO COPEL



R A I
*Relatório
Anual de
Informações*

**20
13**

*O melhor da vida
ainda está por*

RECOMEÇAR





R A I
*Relatório
Anual de
Informações*

2013

SUMÁRIO

Nosso relatório traz informações e números que fazem parte da construção de uma aposentadoria mais segura. É muito importante que você acompanhe atentamente os dados das próximas páginas, pois é de nosso máximo interesse deixá-lo bem informado e ciente de que estamos fazendo de tudo para cuidar de sua aposentadoria no futuro. Mas e o momento presente?

Como você anda investindo em ativos que não são mensuráveis, como o seu convívio familiar e a sua disposição para viver mais e melhor a cada dia? Bem, isso tudo depende de você.

Mas, a nossa tarefa é pensar no seu melhor. Por isso, queremos aproveitar este relatório para transmitir uma mensagem que exceda o mero trâmite de informações. Queremos que você invista em você.

Sabemos que é importante acumular dinheiro para sua aposentadoria, tanto quanto você chegar nela com saúde, os laços familiares fortalecidos e o estímulo vital revigorado. Por isso, vamos permear esse relatório com reflexões importantes sobre sua vida presente e futura. Aplique em felicidade legítima. Em um bom dia sincero. Em mais momentos com os amigos. Em mais momentos com você.

Nós queremos você mais feliz!

01

*Mensagem
Fundação
Copel*

pág. 06

02

*Fatos
Relevantes
de 2013*

pág. 12

03

*Cenário
Econômico
de 2013*

pág. 20

04

*Caderno
Resumo*

pág. 24

05

*Resultados
do Plano III*

pág. 32

06

*Resultados
do Plano
Unificado*

pág. 44

07

*Resultados
do Plano
Pecúlio*

pág. 56

08

*Caderno
Detalhado*

pág. 64

09

*Quadro
de Dirigentes
2013*

pág. 180



MENSAGEM

Fundação Copel

Foco na **TRANSPARÊNCIA**

Todos os anos, a **Fundação Copel**, de acordo com o que determina a legislação e também de acordo com sua própria política de transparência de gestão, elabora o **Relatório Anual de Informações ao Participante** (RAI).

Trata-se de um importante instrumento de prestação de contas que reúne os principais resultados financeiros, atuariais, de investimentos, entre outros, referentes aos planos previdenciários administrados pela entidade.

Nesta edição, apresentamos os resultados

obtidos no ano de 2013 para os planos

previdenciários:

Plano III, Plano Unificado e Plano Pecúlio.

No que se refere à previdência, é importante ressaltar que a leitura dos resultados deve sempre ter a óptica do longo prazo e que este relatório reflete apenas uma posição, como uma fotografia, da situação dos planos na data de 31 de dezembro de 2013.



Compromisso com o **PARTICIPANTE**

Em 2013, a Fundação Copel passou por grandes transformações. São avanços que colaboraram para criar um ambiente autossustentável e mais seguro para os participantes, possibilitando que possamos construir hoje uma entidade ainda mais sólida.

A consolidação destas mudanças está em curso e a Fundação Copel segue avançando em 2014,

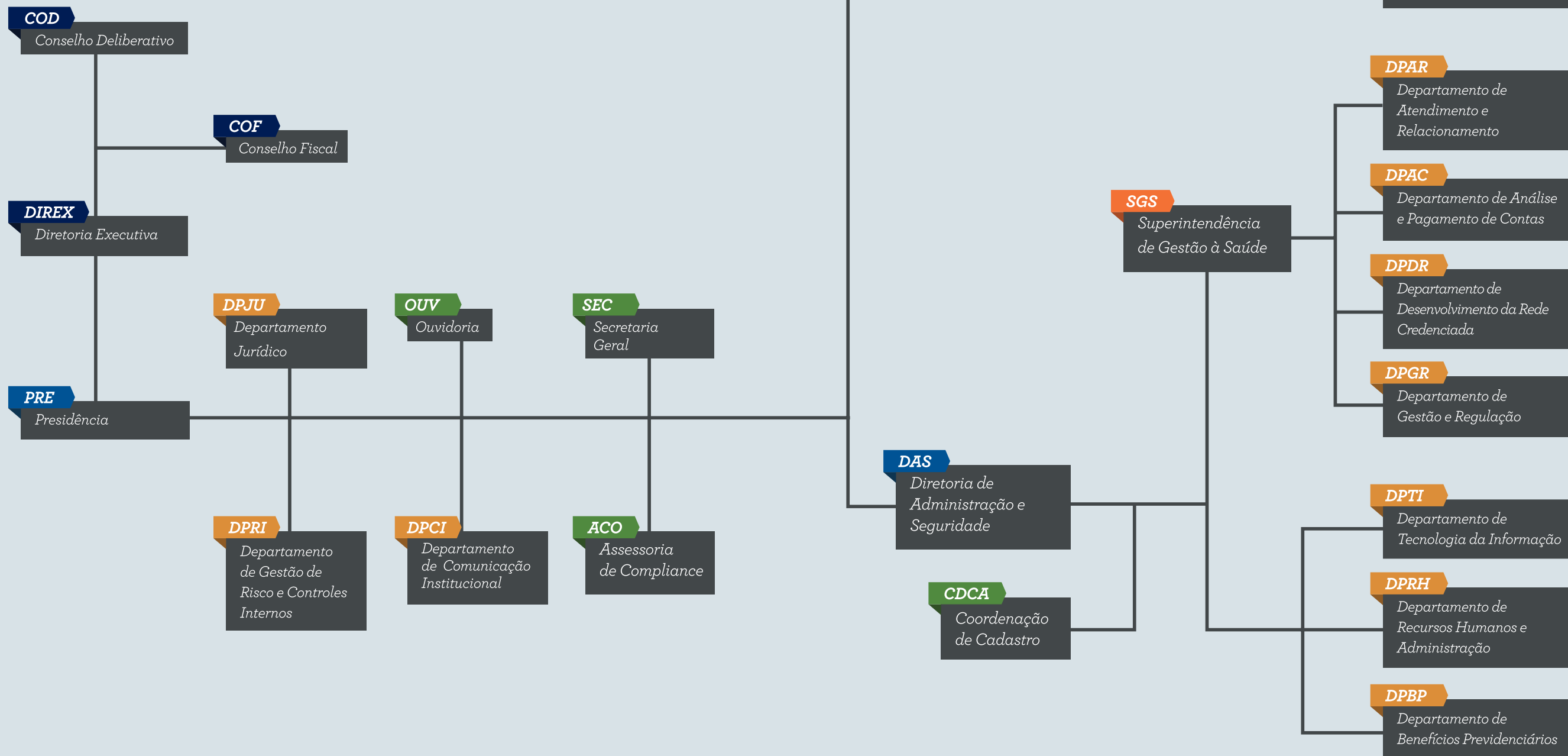
para realizar novas conquistas e superar os próximos desafios, sempre na busca pela excelência na prestação dos serviços de previdência e saúde.

Mas, mais do que números e processos, a gestão da Fundação Copel tem como base e como foco norteador as pessoas, cada um de nossos participantes, para que vivam mais e melhor. E é por isso que podemos afirmar que

nossos resultados estão além destas páginas e se traduzem no compromisso assumido com cada participante, na garantia do benefício de cada aposentado, na segurança de cada pensionista e dependente, na construção de um futuro tranquilo para quem está na ativa, no cumprimento de nossa missão ao longo destes mais de 42 anos de história, com o orgulho de saber que nossos resultados fazem parte dos resultados da sua vida.

ATUAL ORGANOGRAMA

da Fundação Copel



“Qual seu
cenário futuro?”

FATOS

Relevantes de 2013



REVISÃO DO

Posicionamento Estratégico

MISSÃO

Administrar, com excelência, planos de previdência e de saúde para que os participantes vivam melhor e vivam mais.

VISÃO

Ser referência em gestão de planos de previdência e de assistência à saúde no Brasil até 2017

Agimos com **ÉTICA**, respeitando regras e o código de conduta

Somos **TRANSPARENTES** na tomada de decisões, nas ações e na divulgação da informação, zelando pela assertividade da comunicação

Buscamos permanentemente a **SATISFAÇÃO DE NOSSOS PARTICIPANTES**

VALORES

Aplicamos nossas ideias **INOVANDO** processos, produtos e serviços

Buscamos a **VALORIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO** por meio do desenvolvimento pessoal e profissional e do reconhecimento por mérito

Estamos todos **COMPROMETIDOS** com a nossa missão, com a nossa visão e na obtenção dos melhores resultados organizacionais, com atenção aos detalhes

Redução da taxa de desconto e impacto na

APOSENTADORIA

O Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) - órgão regulador ligado ao Ministério da Previdência, por meio da resolução nº 09, de 29 de novembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União em 23 de janeiro de 2013, definiu pela **redução gradativa da taxa de desconto em 0,25% ao ano**, até 2018, quando a taxa deverá ter seu **limite máximo de 4,5%**.

TAXA DE DESCONTO

Na tabela, limites máximos permitidos pelo CNPC para a taxa de desconto

2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
6%	5,75%	5,5%	5,25%	5%	4,75%	4,5%

A partir disto, a Fundação Copel contratou um estudo junto à sua consultoria externa e encaminhou o resultado deste ao Conselho Deliberativo (COD) da entidade, o qual decidiu **reduzir a taxa de juros de 6% para 5,75%** a partir de 31 de dezembro de 2013.

Uma das aplicações da taxa de desconto é no cálculo do valor mensal do benefício vitalício, feito no momento da concessão da aposentadoria.

Nova DIRETORIA

Em abril de 2013, tomou posse a nova Diretoria Executiva da Fundação Copel e os novos membros do Conselho Deliberativo, cujo mandato estende-se até 2014. A Diretoria Executiva da Fundação Copel ficou assim estabelecida:

Presidente

Antonio Sergio de Souza Guetter

Diretor Financeiro

José Carlos Lakoski

Diretor de Administração e Securidade

Paulo Cezar da Silva Machado

Já o Conselho Deliberativo da Fundação Copel ganhou dois novos membros, indicados pela patrocinadora.

Conselho Deliberativo

Maximiliano Andres Orfali | titular
Luiz Carlos Cavanha Jr. | suplente

Em junho, foi oficializada a posse dos novos membros do Conselho Fiscal da Fundação Copel (órgão de controle econômico-financeiro), designados pela patrocinadora instituidora Copel para complementar o mandato em 2017.

Conselho Fiscal

titulares:

Breno Pascualote Lemos e Itamar Pinto Paz

suplentes:

Gerson José Gonçalves e Cassio da Silva Delorenzi

01 **MELHORIA NO ATENDIMENTO**

- Contratação de 30 profissionais próprios para atuarem exclusivamente como Agentes Regionais, prestando atendimento no interior do Paraná.
- Contratação de mais profissionais para atender a demanda da Central de Atendimento e triplicada a quantidade de linhas disponibilizadas.
- Ampliação do horário da Central de Atendimento Telefônico em duas horas a mais diariamente e também incluso o expediente de seis horas aos sábados.

02 **CRIAÇÃO DE OUVIDORIA**

Canal específico para atender as sugestões, questionamentos e opiniões de participantes e beneficiários sobre os produtos e serviços oferecidos pela entidade.

03 **CRIAÇÃO DO PROGRAMA VIVA TRANQUILO**

Em outubro, foi lançado o programa Viva Tranquilo, criado para direcionar e consolidar os projetos da entidade e que contempla ações que vão desde adequações em regulamentos até a promoção da educação financeira e previdenciária.

04 **UNIFICAÇÃO DOS REGULAMENTOS PLANOS I E II**

Foi aprovada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), conforme divulgado no Diário Oficial da União (DOU), do dia 18 de setembro de 2013, a unificação dos regulamentos dos Planos I e II. Assim, a partir desta data, o plano assume uma nova nomenclatura, passando a se chamar Plano Unificado. Esta alteração não modifica os direitos e deveres dos participantes, mas garante um regulamento totalmente adequado à legislação.

05 ADEQUAÇÕES AO REGULAMENTO DO PLANO PECÚLIO

A Fundação Copel encaminhou para aprovação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) proposta de alteração regulamentar do plano Pecúlio, visando preservar o equilíbrio financeiro do plano. Em dezembro de 2013, o processo seguiu para fase final de aprovação.

06 CAMPANHA DE AUMENTO DA POUPANÇA PREVIDENCIÁRIA

Diante do atual cenário econômico e das diretrizes do programa de educação financeira e previdenciária, a Fundação Copel elaborou uma campanha especial para os participantes ativos, autopatrocinados e vinculados, com o intuito de alertar sobre a importância do aumento da poupança previdenciária.

07 FUNDAÇÃO COPEL MAIS PERTO DE VOCÊ

Com o objetivo de ampliar os conhecimentos dos participantes sobre os produtos e serviços oferecidos, a Fundação Copel esteve nas cidades de Ponta Grossa, Cascavel, Maringá e Londrina, realizando apresentações sobre os seguintes temas:

- Prestação de contas dos resultados da Fundação Copel;
- Apresentação do programa Viva Tranquilo;
- Plano de Saúde e Apresentação do programa Viva com Saúde;
- Esclarecimento de dúvidas.

08 LONGEVIDADE

Pensando na manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial dos planos previdenciários a longo prazo, passou a ser utilizada uma nova tabela de sobrevivência, que considera a atual expectativa de vida dos participantes e respeita a diferença entre tempo de vida dos homens e das mulheres.



09 BASE TECNOLÓGICA ESTRUTURADA

A Fundação Copel passou a ter seu próprio sistema de informática em 2013, tornando-se independente do sistema da patrocinadora Copel e possibilitando modernizar processos e prestação de serviços, disponibilizando novas tecnologias e facilidades.

10 GESTÃO DE OLHO NOS RISCOS

Adoção de modelo proprietário de Gestão Baseada em Riscos para assegurar que as tomadas de decisões não comprometam o funcionamento e a saúde financeira da Fundação Copel e dos planos que administra, por meio de mapeamento dos processos, identificação dos pontos de risco e soluções em prazo rápido.

11 COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA

Reestruturação da área de comunicação para promover a aproximação com os participantes. Com o lançamento, em 2014, de novos canais de comunicação e da reestruturação dos já existentes, a meta é tornar este relacionamento mais interativo.



“O investimento
do momento”

CENÁRIO

Econômico 2013



Um ano de fortes OSCILAÇÕES

Vamos voltar no tempo, mais precisamente ao ano de 2013 para entender como se movimentou o cenário econômico e a forma como nossos fundos foram afetados.

Mas e o seu balanço de 2013, qual foi?

E, mais importante, qual sua perspectiva

para o presente ano? E para os próximos?

Ver o amanhã não é tarefa de videntes e profetas. Você pode fazê-lo. **Faça projeções de sua aposentadoria** e de quanto os aportes periódicos podem incrementar seus rendimentos futuros. Seu amanhã depende de como você investe nele hoje.

O ano de 2013 foi marcado por **fortes oscilações nos investimentos**, reflexo de um ambiente macroeconômico instável e em mudança.

Internamente, o Brasil vem apresentando alguns problemas econômicos, que, em última instância, se traduziram em **baixo crescimento econômico e numa inflação persistentemente elevada**, próxima de 6% ao ano, bastante acima da meta de 4,5% imposta pelo governo.

A receita clássica para derrubar a inflação defende a elevação da taxa de juros, que tem o poder de “esfriar” a economia, resultando numa menor pressão inflacionária. Assim, o Banco Central, a partir de abril de 2013, iniciou o ciclo de alta de juros, **aumentando a taxa SELIC* de 7,25% ao ano para 10%** ao final de 2013.

A taxa de juros mais elevada, se por um lado atrai e remunera melhor os novos investimentos em renda fixa, por outro gera um impacto negativo nos investimentos correntes, pois serve de parâmetro para precificar as aplicações já realizadas.

Este foi um dos fatores que fizeram com que, ao longo de 2013, a maior parte das carteiras de renda fixa apresentasse resultados negativos. Da mesma forma, o juro mais elevado, ao atrair novos recursos para a renda fixa, desestimula investimentos em outros segmentos de aplicação, em especial ações negociadas em bolsa.

Externamente, houve uma mudança do quadro internacional, com os Estados Unidos se recuperando e mudando sua política monetária; a Europa apresentando indicadores que sinalizam o início de uma recuperação; e a China com um padrão de crescimento com menor nível e adotando outro modelo de desenvolvimento.

Somados os fatores acima, houve uma forte reversão de expectativas em relação ao Brasil, do qual se esperava uma capacidade de crescimento elevada e que depois se mostrou frustrada.

Isso se traduziu em um aumento da percepção de risco pelo mercado e uma migração de recursos para as economias de países que apresentam melhores resultados.

A desvalorização dos ativos financeiros (títulos, ações, etc.) locais é consequência dessa conjunção de fatores, sendo que no balanço do ano, os índices de renda variável – Ibovespa – e de renda fixa – IMA-B** – encerraram com perdas de -15,5% e -10,0%, respectivamente; enquanto que, no caminho inverso, o S&P 500, principal índice da bolsa Americana, valorizou 29,6%.

E assim, pelos motivos apresentados, **o ano de 2013 se mostrou extremamente difícil**, mesmo para os gestores de fundo de pensão, que têm seus objetivos voltados para o longo prazo.

* É a taxa básica de juros utilizada como referência pela política monetária.
** Índice de Mercado Anbima: representa a evolução da carteira de títulos públicos federais indexados ao IPCA, a preços de mercado.

“A vida em um
balanço geral”

CADERNO

Resumo

Acompanhe os resultados CONSOLIDADOS

Tranquilidade pode ser sinônimo de sossego, mas só é conquistada por meio de muita dedicação, atenção e envolvimento diário. Para conquistar tranquilidade, você não pode se manter alheio à importância dos pequenos detalhes da vida.

A tranquilidade vem por meio de momentos de reflexão, onde devemos fazer um balanço de nossa vida, de nossos valores, das nossas prioridades. Reconhecendo os lucros conquistados pelos bons momentos da vida, os prejuízos da falta de foco e atenção as coisas de menor valor e com certeza aumentando nossos ativos multiplicando o fator felicidade em nossas decisões.

Um futuro tranquilo e repleto de oportunidades se conquista dia a dia por meio de uma postura ativa perante a vida e de uma entrega plena aos seus ideais.

Para um futuro tranquilo seja

um eterno vigilante.

PATROCINADORAS da Fundação Copel



PLANOS PREVIDENCIÁRIOS Administrados

Plano III	Plano Unificado	Plano Pecúlio
Contribuição Variável	Benefício Definido	Benefício de Prestação Única

BENEFÍCIOS e Contribuições 2013



R\$ **220.061** mil

Soma de todas as contribuições previdenciais, para todos os planos previdenciários, recebidas de participantes, aposentados e patrocinadoras.



R\$ **353.990** mil

Soma de todos os benefícios pagos pela Fundação Copel como pensão, aposentadoria e pecúlio previdenciário.

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL previdenciário



R\$ **6.520.068** mil



R\$ **6.713.248** mil

O Patrimônio Social representa os recursos que a entidade possui para cumprir com as obrigações previdenciárias. Ele se apresenta menor que o total dos investimentos porque a entidade possui outros compromissos futuros e já dispõe dos recursos necessários, os quais ficam aplicados até o vencimento dos compromissos.

Quadro de PARTICIPANTES

Plano III	Total	13.404			
		9.455	Ativos		
		578	Autopatrocínados		
		136	Benefício proporcional diferido		
		3.055	Aposentados		
		180	Pensionistas		
Plano Unificado	Total	4.617			
		47	Ativos		
		01	Autopatrocínados		
		01	Benefício proporcional diferido		
		3.504	Aposentados		
		1.064	Pensionistas		
Plano Pecúlio	Total	12.979			
		6.799	Ativos		
		289	Autopatrocínados		
		44	Benefício proporcional diferido		
		5.847	Aposentados		



TOTAL DE PARTICIPANTES 18.021

DISTRIBUIÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL
por planos previdenciários

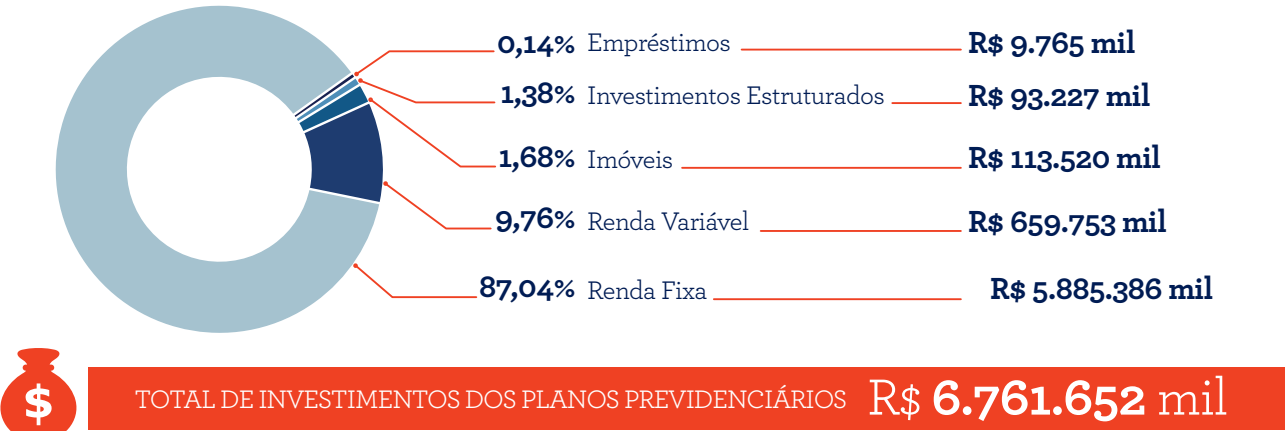
Valores em R\$ mil	Plano III	Plano Unificado	Plano Pecúlio
	2.317.994	4.384.644	10.610



TOTAL DO PATRIMÔNIO DOS PLANOS PREVIDENCIÁRIOS R\$ 6.713.248 mil

O Patrimônio Social representa os recursos que a entidade possui para cumprir com as obrigações previdenciárias. Ele se apresenta menor que o total dos investimentos porque a entidade possui outros compromissos futuros e já dispõe dos recursos necessários, os quais ficam aplicados até o vencimento dos compromissos.

TOTAL DE INVESTIMENTOS
por segmento de aplicação



Resumo dos resultados de investimentos do PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Total de investimentos por segmento de aplicação		
Segmento	R\$ mil	(%)
Renda Fixa	30.168	100
TOTAL DO PLANO	30.168	100
Montante dos investimentos com gestão terceirizada		
Gestor Terceirizado	R\$	(%)
Renda Fixa - Itaú	387	1,28
Total dos Investimentos	387	1,28
TOTAL DOS RECURSOS DO PLANO	30.168	100
Rentabilidade de cada um dos segmentos de aplicação comparados aos índices de referência		
Segmento	Rentabilidade (%)	Benchmark (%)
Renda Fixa	1,28	7,32*
Plano	1,28	7,32*
* Índice de Referência. Até 30/10/2013, o Índice de Referência para o Plano PGA era composto por 100% do CDI. A partir de 31/10/2013, o Índice passou a ser híbrido, 70% do IMA-B 5 e 30% do CDI.		
Despesas com as carteiras de investimentos		
Gestão Própria	R\$ mil	
Custódia	3	
TOTAL DE DESPESAS	3	

DESPESAS CONSOLIDADAS
de investimentos

Gestão Própria	R\$ mil
Despesas DPGI	2.113
Pessoal e encargos	1.574
Serviços de terceiros	406
Informática	280
Consultoria econômico-financeira	78
Limpeza e conservação predial	12
Reprografia	10
Outros	26
Despesas gerais	111
Aluguel	20
Viagens e estadias	18
Telecomunicações (dados)	15
Tarifas SELIC, CETIP, CBLC	15
Tributos municipais	12
Outros	31
Depreciações e amortizações	22
Corretagem	24
Emolumentos	16
Custódia	551
Total Gestão Própria	2.704
Gestão Terceirizada	R\$ mil
Corretagem	336
Taxa de Performance	2.634
Taxa de Administração	2.946
Custódia	72
Auditoria	12
Outras Taxas	549
Total Gestão Terceirizada	6.549
TOTAL DE DESPESAS	9.252

O montante de R\$ 2.634 mil apresentado como taxa de performance refere-se ao ano de 2012 e foi desembolsado em 2013, sendo R\$ 2.164 mil referente ao fundo exclusivo Itupava (Quest) e R\$ 470 mil ao fundo Expertise (Sul América), que obtiveram rentabilidade líquida de 19,87% e 60,51% em 2012, respectivamente, contra 7,4% do Ibovespa no mesmo período. Em 2013 foi provisionado R\$ 533 mil como taxa de performance que será desembolsado em 2014, sendo R\$ 347 mil referente ao fundo exclusivo Itupava (Quest) e R\$ 73 mil ao fundo Expertise (Sul América), que obtiveram rentabilidade líquida de 1,46%, e 6,79% em 2013, respectivamente, contra -15,5% do Ibovespa no mesmo período, e ainda R\$ 113 mil referente ao fundo BBM que recebeu aporte inicial em 30/08/13, e obteve rentabilidade líquida de 4,03% contra 2,99% do Ibovespa no período.

As despesas com a gestão própria (Departamento de Gestão de Investimentos - DPGI) de 2013 foram alocadas aos planos administrados pela Fundação Copel considerando o patrimônio de cada plano, após a dedução do montante ressarcido pelo Plano Prosaúde II (20% do total das despesas), decorrente da gestão dos recursos daquele Plano.

RESUMO DAS DESPESAS
administrativas consolidadas

	R\$ mil
Despesas com Pessoal	
Conselhos Deliberativo e Fiscal	191
Diretoria Executiva	996
Pessoal Próprio	6.752
Mão-de-obra terceirizada	696
Contingências	1.561
Despesas com Terceiros	2004
Despesas com Auditoria atuarial / benefícios - PJ	23
Auditoria contábil - PJ	249
Consultoria atuarial - PJ	285
Consultoria contábil - PJ	46
Consultoria jurídica - PJ	717
Consultoria econômico-financeira - PJ	378
Gestão / Planejamento estratégico - PJ	58
Serviços Administrativos	248
Outros serviços de terceiros e despesas gerais	1.993
TOTAL DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS DA GESTÃO PREVIDENCIAL	14.193

Os valores acima englobam todos os gastos administrativos com mão-de-obra na entidade e com prestadores de serviço na gestão previdenciária. Conforme definido em acordo coletivo, a remuneração variável é feita de acordo com as metas e resultados do planejamento estratégico.



“*Invista na vida*”

RESULTADOS

do Plano III

Uma observação importante é não olhar uma história apenas a partir de um único episódio, mas sim de se observar o todo. Assim também é com a nossa vida. Você não pode fazer uma avaliação da sua existência tomando por base apenas o atual momento, mas sim toda a sua trajetória. E, melhor que isso, o futuro é um horizonte de tempo enorme à sua frente para pegar esse balanço da própria vida e corrigir rumos, aprimorando o que fez de bom e neutralizando aquilo que considera negativo.

Uma das melhores coisas da vida é que ela é um eterno recomeço.

E tão importante quanto o balanço que você faz do seu passado é a perspectiva daquilo que fará no seu futuro.

PLANO III

Modalidade e CARACTERÍSTICAS

Trata-se de um plano previdenciário na modalidade de **Contribuição Variável**, no qual o benefício é determinado através da aplicação de um fator atuarial sobre o saldo da poupança previdenciária acumulado pelo participante e patrocinador, durante a fase de contribuição. Uma vez concedido o benefício, o mesmo é pago vitaliciamente.

PATROCINADORAS



FUNDAÇÃO COPEL



Quadro de PARTICIPANTES

Plano III



9.455	Ativos
578	Autopatrocinados
136	Benefício proporcional diferido
3.055	Aposentados
180	Pensionistas



TOTAL DE PARTICIPANTES **13.404**

Contribuições e BENEFÍCIOS 2013



R\$ **146.984** mil

O valor acima é resultado da soma das contribuições efetuadas pelos participantes do plano e patrocinadoras no ano de 2013.



R\$ **58.781** mil

O valor acima é resultado da soma dos benefícios pagos pela Fundação Copel aos seus aposentados e pensionistas no ano de 2013.

Demonstração do
ATIVO LÍQUIDO

R\$ mil	
Ativo Total	2.378.562
Débitos Consolidados	- 60.567
Ativo Líquido	2.317.994
Provisões Matemáticas e Fundo Previdencial	- 2.315.261
 Resultado do Plano	2.733

 R\$ 2.733 mil

Para o Plano III, por ocasião do encerramento do exercício de 2013, a avaliação atuarial anual apontou situação superavitária, ou seja, valor superior ao necessário para o pagamento das suas obrigações.

ATIVO TOTAL

Representa o conjunto de bens e direitos do plano, ou seja, é o montante financeiro do qual o plano dispõe para pagar os compromissos do plano.

DÉBITOS CONSOLIDADOS

Correspondem às obrigações da entidade com o pagamento de benefícios, impostos a recolher e outros valores a pagar, inclusive o valor provisionado para gastos com processos eventuais, de natureza judicial e/ou outros.

ATIVO LÍQUIDO

Corresponde ao montante que o plano possui para cumprir com o pagamento de todos os benefícios futuros, calculado pelas provisões matemáticas mais o fundo previdencial.

Demonstração da mutação do
ATIVO LÍQUIDO

R\$ mil	
Ativo Líquido - Início do Exercício	2.272.730
Adições	+ 146.984
Destinações	- 101.720
 Ativo Líquido Final do Exercício	2.317.994

 R\$ 45.264 mil

Acréscimos e Decréscimos

Acréscimos e Decréscimos: é o saldo, no **caso positivo**, entre as adições (contribuições e rentabilidade dos investimentos) e as destinações (pagamento de benefícios e despesas do plano) no ano de 2013.

PROVISÕES MATEMÁTICAS E FUNDO PREVIDENCIAL

A **Provisão Matemática** corresponde ao montante necessário para honrar o pagamento do benefício contratado pelo participante. Seu valor é dimensionado considerando a idade do participante, sua expectativa de vida, composição familiar e a taxa de desconto atuarial. Especificamente no Plano III, a apuração da Provisão Matemática se dá apenas para os benefícios concedidos, pois dada sua modalidade – Contribuição Variável – na fase de contribuição o benefício é constantemente ajustado ao saldo de conta do participante. Já o **Fundo Previdencial** é formado pela parcela das contribuições do patrocinador que não é resgatável pelo participante, no caso de desligamento deste do plano, sendo seu valor atualizado conforme a variação do valor da cota do plano.

RESULTADO

Quando o Ativo Líquido supera o valor total das Provisões Matemáticas, dizemos que o plano apresenta superávit, ou seja, valor superior ao necessário para o pagamento das suas obrigações.

INVESTIMENTOS

COMENTÁRIO DO GESTOR

Ao final de 2013, a carteira de investimentos desse plano era formada, em sua maioria, por títulos de renda fixa e ações negociadas em bolsa, representando 75,2% e 20,9%, respectivamente, do total do patrimônio. Considerando que a maior parte dos títulos de renda fixa está marcada a mercado, ou seja, os títulos são valorizados pelo preço em que são negociados, o resultado final é, por consequência, muito exposto as intempéries do mercado.

Em 2013, o Plano III obteve uma desvalorização de -1,55%, abaixo do seu índice de referência que atingiu 11,9% no ano, em função do cenário econômico bastante adverso, onde os principais índices de renda fixa e renda variável ficaram em terreno negativo. Ressalta-se que a queda na rentabilidade em 2013 é generalizada, afetando praticamente todos os investidores, incluindo outras fundações com planos com características similares. As contribuições negativas vieram dos dois principais segmentos do plano, sendo que a parcela de renda fixa apresentou uma desvalorização de -2,7%, e o segmento de renda variável obteve uma desvalorização de -0,6%.

No segmento de renda variável, vale frisar o importante desempenho em relação ao Ibovespa, que desvalorizou -15,5% no ano. Resultado obtido através de uma gestão ativa da carteira,

composta por gestão interna e externa, sendo bastante importante para conseguir minimizar perdas momentâneas.

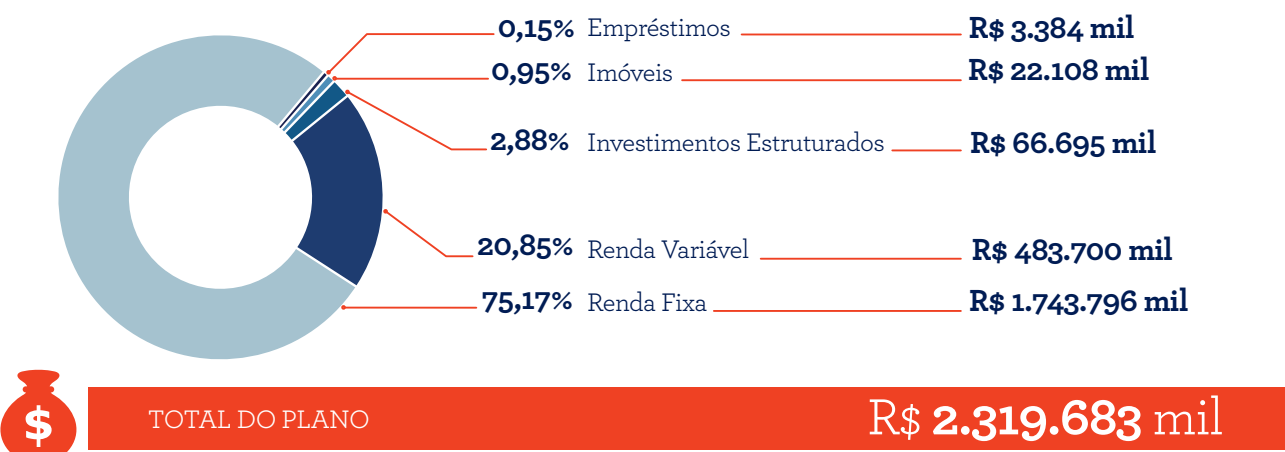
As contribuições positivas vieram dos segmentos de imóveis e empréstimos a participantes, obtendo valorizações de 33,5% e 13,3%, respectivamente.

A Fundação Copel tem uma filosofia de investimentos de longo prazo, refletida através de sua política de investimentos; pelo fato do seu compromisso de pagamento de benefícios (passivo) ser de longo prazo. Nesse caso é importante que os resultados sejam observados em horizontes maiores.

Ao analisar o histórico do plano, constatamos que, mesmo considerando o ano 2013, que foi um período de baixa rentabilidade, o crescimento composto do plano é de 16,6% ao ano, desde agosto de 1998, ao passo que o índice de referência obteve um rendimento de 13,0% e a poupança de apenas 8,5% no mesmo período.

Apesar da desvalorização dos investimentos do plano no curto prazo, a expectativa de bons retornos no longo prazo se mantém.

TOTAL DE INVESTIMENTOS POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO

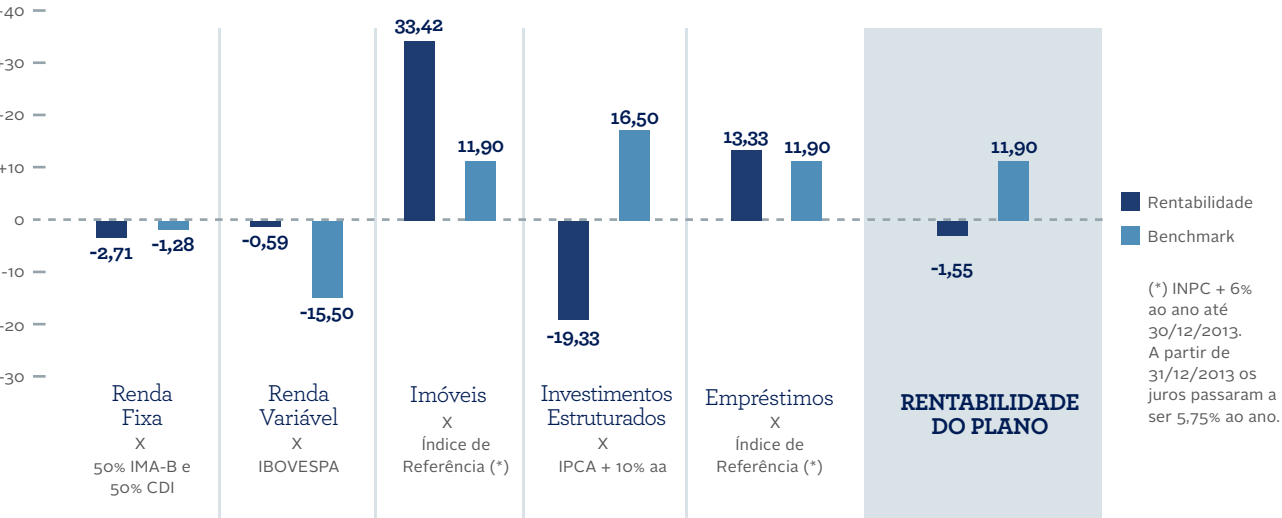


MONTANTE DOS INVESTIMENTOS com gestão terceirizada

Gestor Terceirizado	R\$ mil	(%)
Renda Fixa		
Itaú	22.944	0,99
BNP Paribas Asset (*)	222.850	9,61
HSBC Gestão de Recursos (*)	175.454	7,56
Renda Variável		
Quest Investimentos (*)	96.295	4,15
Bradesco Asset (*)	53.521	2,31
Sul América Investimentos	45.206	1,95
Sul América Investimentos	9.038	0,39
BBM Gestão de Recursos	10.221	0,44
Victoire Brasil Investimentos	10.090	0,43
JB Partners	4.978	0,21
Vinci Equities Gestora	19.801	0,85
Kinea Investimentos	6.489	0,28
Estruturado		
Kinea Investimentos	1.637	0,07
BTG Pactual	773	0,03
TOTAL GESTÃO TERCEIRIZADA	679.297	29,27
TOTAL DOS RECURSOS DO PLANO	2.319.683	100%

(*) Fundos exclusivos

RENTABILIDADE DE CADA UM DOS SEGMENTOS
de aplicação comparados aos índices de referência (%)



DESPESAS

com as carteiras de investimentos

Gestão Própria	R\$ mil
Despesas DPGI	581
Corretagem	15
Emolumentos	10
Custódia	151
Total Gestão Própria	757
Gestão Terceirizada	R\$ mil
Corretagem	336
Taxa de Performance	2.634
Taxa de Administração	2.946
Custódia	72
Auditoria	12
Outras Taxas	549
Total Gestão Terceirizada	6.549
TOTAL DE DESPESAS	7.306

O montante de R\$ 2.634 mil apresentado como taxa de performance refere-se ao ano de 2012 e foi desembolsado em 2013, sendo R\$ 2.164 mil referente ao fundo exclusivo Itupava (Quest) e R\$ 470 mil ao fundo Expertise (Sul América), que obtiveram rentabilidade líquida de 19,87% e 60,51% em 2012, respectivamente, contra 7,4% do Ibovespa no mesmo período. Em 2013 foi provisionado R\$ 533 mil como taxa de performance que será desembolsado em 2014, sendo R\$ 347 mil referente ao fundo exclusivo Itupava (Quest) e R\$ 73 mil ao fundo Expertise (Sul América), que obtiveram rentabilidade líquida de 1,46%, e 6,79% em 2013, respectivamente, contra -15,5% do Ibovespa no mesmo período, e ainda R\$ 113 mil referente ao fundo BBM que recebeu aporte inicial em 30/08/13, e obteve rentabilidade líquida de 4,03% contra 2,99% do Ibovespa no período.

RESULTADO ATUARIAL

TAXA REAL DE JUROS
UTILIZADA

A manutenção ou alteração das hipóteses atuariais e econômicas utilizadas para a avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2013 estão baseadas em estudo de aderência das hipóteses de mortalidade e entrada em invalidez, em estudo de ALM (Asset Liability Management) e CFM (Cash Flow Matching).

A atualização do estudo de ALM em outubro de 2013 confirmou que a taxa real anual de juros de 5,75% ao ano está adequada e aderente para a avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2013, respeitando o limite legal máximo estabelecido pela Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 09, de 29/11/2012.

O Parecer Atuarial de encerramento do exercício de 2013 pode ser obtido na íntegra no site da Fundação Copel (www.fcopel.org.br).

PRINCIPAIS IMPACTOS NO ANO
PARA O PLANO

O Superávit Técnico Acumulado do Plano III sofreu redução entre os encerramentos dos exercícios de 2012 e 2013, passando de R\$ 88.394 mil para R\$ 2.733 mil. Dentre os principais fatores que contribuíram para esta situação pode-se destacar:

1. Rentabilidade do patrimônio de cobertura do plano, que foi inferior à meta atuarial;
2. Perdas atuariais resultantes da redução da taxa real anual de juros, a qual passou de 6% ao ano para 5,75% ao ano, implicando em aumento das provisões matemáticas;
3. Atualização da composição familiar teórica em benefícios a conceder e adoção da composição familiar real para avaliação dos benefícios concedidos, resultando em melhores estimativas dos compromissos com herdeiros dos participantes, decorrentes de pensão por morte.

Os impactos mencionados foram amenizados em razão da combinação das trocas da tabela de entrada em invalidez, alterada de Light Média para Álvaro Vindas, e da tabela de mortalidade de inválidos, alterada de AT-49 para Winklevoss.

SITUAÇÃO DO PLANO (SUPERÁVIT/DÉFICIT)

causas, destinação da reserva especial e equacionamento

O Plano III apresentou situação superavitária no valor de R\$ 2.733 mil por ocasião do encerramento do exercício de 2013, configurando Reserva de Contingência conforme o disposto no parágrafo único do artigo 7º da resolução CGPC no 26 de 29/09/2008, não se constatando a existência de Reserva Especial para revisão de Plano, nem a existência de déficit a ser equacionado.

HIPÓTESES ATUARIAIS

do plano e seus fundamentos

As hipóteses atuariais são suposições empregadas na avaliação atuarial visando obter a melhor estimativa possível dos custos e compromissos do plano, em um período sob análise. Para tanto, é esperado que tais suposições representem o melhor possível a realidade do plano quanto a seus aspectos econômicos, financeiros, demográficos e biométricos.

Para o Plano III, especificamente, as hipóteses adotadas atualmente e as que entrarão em vigor no exercício de 2014, são aquelas discriminadas na Demonstração Atuarial (DA) de 2013, relacionadas a seguir:

01 BIOMÉTRICAS

Diz respeito à mortalidade dos participantes, rotatividade e entrada em invalidez. No caso da mortalidade, se dividem em Mortalidade Geral e Mortalidade de Inválidos, sendo a primeira representada pela tabela AT-2000 suavizada – feminina e masculina – buscando refletir os níveis de mortalidade dos participantes “válidos”, enquanto a segunda reflete os níveis de mortalidade dos participantes “inválidos”, representada pela tabela Winklevoss. Já a Entrada em Invalidez busca refletir os níveis de invalidez ocorridos no plano, sendo representada pela tabela Alvaro Vindas. Por fim, a hipótese de Rotatividade é informada pelo patrocinador, a qual visa expressar o percentual de participantes que se desligam do plano anualmente, considerada nula no caso do Plano III.

02 ECONÔMICAS

Dizem respeito à taxa de juro atuarial e níveis de inflação. No que tange a taxa de juro, é utilizada nas projeções atuariais e visa refletir os níveis de retorno dos investimentos dos recursos do plano e passou a ser de 5,75% ao ano a partir de 31/12/2013, conforme consta nos Fatos Relevantes deste relatório. Quanto aos níveis de inflação, são representados pelo indexador INPC/IBGE, o qual vem sendo utilizado tanto para reajuste dos benefícios concedidos no plano, bem como para o estabelecimento do Fator de Capacidade, que visa refletir a perda média do poder aquisitivo verificada entre dois reajustes consecutivos, decorrente do efeito inflacionário, de forma que para o exercício de 2014 foi estabelecido em 97,77%.

03 FINANCEIRAS

No caso do Plano III, dizem respeito aos ganhos salariais, de forma que esta hipótese é denominada crescimento salarial e busca refletir a taxa anual estimada para a variação salarial real. Tal hipótese é informada pelo patrocinador, tendo em vista que decorre de sua experiência e política de Recursos Humanos. Para o exercício de 2014 foi informado o percentual de 2% ao ano.

04 DEMOGRÁFICAS

Dizem respeito à composição familiar dos participantes do plano, visando refletir os compromissos com herdeiros, uma vez que o regulamento do plano prevê o pagamento do benefício de pensão por morte. Desta forma, para os benefícios a conceder é utilizada a Composição Familiar Teórica, a qual foi atualizada no final do exercício de 2013, com base na experiência dos participantes dos Planos Previdenciários da Fundação Copel. Enquanto que para os Benefícios Concedidos, passou a ser utilizada a Composição Familiar Real, tendo em vista que, na fase de concessão do benefício, a composição familiar do assistido se encontra estabilizada. Estas alterações nas composições familiares estarão contempladas nas avaliações no exercício de 2014.

“O que é vital”

RESULTADOS

do Plano Unificado

Se o futuro é uma viagem, é bom ver bem o que você está levando na bagagem. Por querermos viver cada vez mais, pensamos geralmente em levar aquilo que nos é vital. Então, ter um bom plano de saúde, fazer visitas frequentes ao seu médico e adotar uma alimentação saudável são, de fato, fatores que predispõem você a atravessar os anos com muita vitalidade, o que permite avançar em mais e mais anos na vida. Mas há fatores que são vitais e pouca gente percebe.

Estudos médicos reconhecidos já identificaram a importância da amizade, da sexualidade, dos laços familiares e até mesmo da fé como decisivos para a longevidade.

Então, na hora de elencar o que é vital para você, não se esqueça de colocar na lista aquelas pequenas grandes satisfações diárias que melhoram a qualidade das suas horas, pois elas podem valer uma poupança de dias, meses, anos...

PLANO UNIFICADO

Modalidade e CARACTERÍSTICAS

Trata-se de um plano previdenciário na modalidade de Benefício Definido, no qual o benefício tem seu valor previamente estabelecido, conforme regulamento, sendo o custeio determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção. O benefício neste plano é pago vitaliciamente, dependendo da concessão do benefício pela Previdência Oficial. O referido plano se encontra fechado para novas adesões.

PATROCINADORA



Quadro de PARTICIPANTES

Plano Unificado



47	Ativos
1	Autopatrocinado
1	Benefício proporcional diferido
3.504	Aposentados
1.064	Pensionistas



TOTAL DE PARTICIPANTES **4.617**

Contribuições e BENEFÍCIOS 2013



R\$ **78.159** mil

O valor acima é resultado da soma das contribuições efetuadas pelos participantes do plano, aposentados e patrocinadora em 2013.



R\$ **288.850** mil

O valor acima é resultado da soma dos benefícios pagos pela Fundação Copel aos seus aposentados e pensionistas no ano de 2013.

Demonstração do
ATIVO LÍQUIDO

R\$ mil	
Ativo Total	4.480.356
Débitos Consolidados	- 95.713
Ativo Líquido	4.384.643
Provisões Matemáticas e Fundo Previdencial	- 4.188.691
 Resultado do Plano	195.952

 **R\$ 195.952 mil**

Para o Plano Unificado, por ocasião do encerramento do exercício de 2013, a avaliação atuarial anual apontou situação superavitária, ou seja, valor superior ao necessário para o pagamento das suas obrigações.

Demonstração da mutação do
ATIVO LÍQUIDO

R\$ mil	
Ativo Líquido - Início do Exercício	4.237.422
Adições	+ 500.604
Destinações	- 353.383
 Ativo Líquido Final do Exercício	4.384.643

Acréscimos e Decréscimos

É o saldo, no caso positivo, entre as adições (contribuições e rentabilidade dos investimentos) e as destinações (pagamento de benefícios e despesas do plano) no ano de 2013.

 **R\$ 147.221 mil**

ATIVO TOTAL

Representa o conjunto de bens e direitos do plano, ou seja, é o montante financeiro do qual o plano dispõe para pagar os compromissos do plano.

DÉBITOS CONSOLIDADOS

Correspondem às obrigações da entidade com o pagamento de benefícios, impostos a recolher e outros valores a pagar, inclusive o valor provisionado para gastos com processos eventuais, de natureza judicial e/ou outros.

ATIVO LÍQUIDO

Corresponde ao montante que o plano possui para cumprir com o pagamento de todos os benefícios futuros, calculado pelas provisões matemáticas mais o fundo previdencial.

PROVISÕES MATEMÁTICAS E FUNDO PREVIDENCIAL

A Provisão Matemática corresponde ao montante necessário para honrar o pagamento do benefício contratado pelo participante. Seu valor é dimensionado considerando a idade do participante, sua expectativa de vida, composição familiar e a taxa de desconto atuarial.

RESULTADO

Quando o Ativo Líquido supera o valor total das Provisões Matemáticas, dizemos que o plano apresenta superávit, ou seja, valor superior ao necessário para o pagamento das suas obrigações.

INVESTIMENTOS

COMENTÁRIO DO GESTOR

No Plano Unificado, que é da modalidade de benefício definido, não são admitidos novos participantes, sendo que quase todos estão aposentados. Dadas essas características, podem-se calcular, com razoável grau de precisão, os compromissos a serem pagos ao longo dos anos. Com as informações do compromisso de pagamento de benefícios (passivo) em mãos é possível formular uma estratégia de investimento que vise atender essas necessidades.

Visto que a estratégia de investimento é voltada a atender os compromissos com o pagamento de benefícios, a carteira de investimentos desse plano é formada, em sua maior parte, por títulos públicos federais atrelados a inflação (NTN-Bs*), marcados na curva, ou seja, os títulos são valorizados pela taxa a que foram adquiridos.

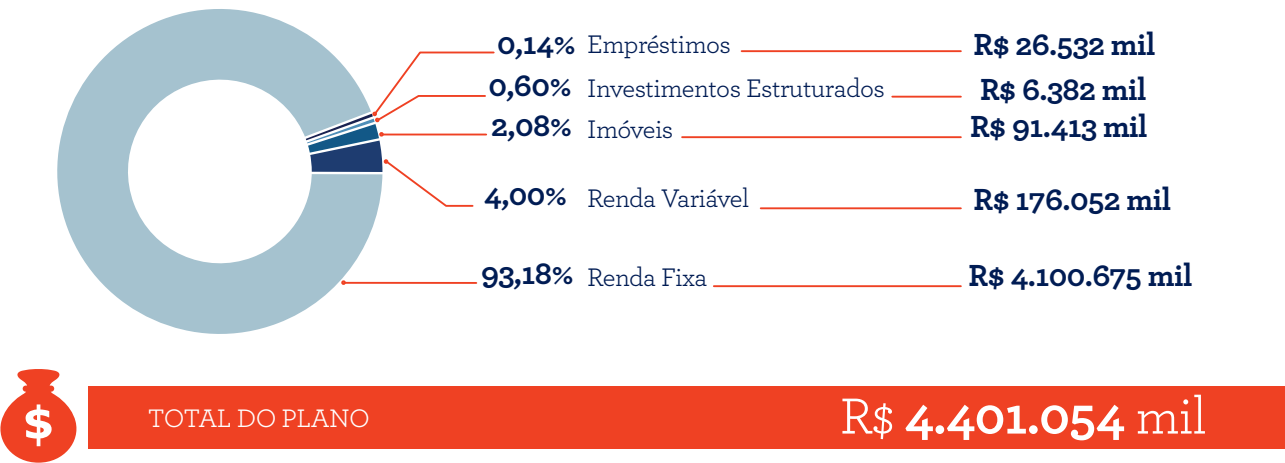
Com isso, a Fundação Copel tem obrigação de não negociar esses títulos, portanto, deverá mantê-los até o vencimento. A escolha desses títulos para formação da carteira é adequada,

dado que eles formam um casamento muito interessante com o compromisso de pagamento de benefícios, pois esse também está atrelado à inflação.

Considerando que os títulos marcados na curva representam cerca de 84% do patrimônio deste plano, o cenário econômico tem um menor impacto no resultado final. Em 2013, o plano Unificado obteve uma rentabilidade de 10,23%, pouco abaixo da meta atuarial de 11,9%, apesar do cenário econômico bastante adverso, onde os principais índices de renda fixa e renda variável ficaram em terreno negativo.

As contribuições negativas vieram da parcela de renda fixa que está marcada a preços de mercado, apresentando uma desvalorização de cerca de -7,2%, e do segmento de renda variável, que obteve uma desvalorização de -2,2%. No segmento de renda variável vale frisar o importante desempenho em relação ao Ibovespa, que desvalorizou -15,5% no ano. Resultado obtido através de uma gestão ativa dos investimentos, sendo muito importante para conseguir minimizar perdas momentâneas.

TOTAL DE INVESTIMENTOS POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO



MONTANTE DOS INVESTIMENTOS com gestão terceirizada

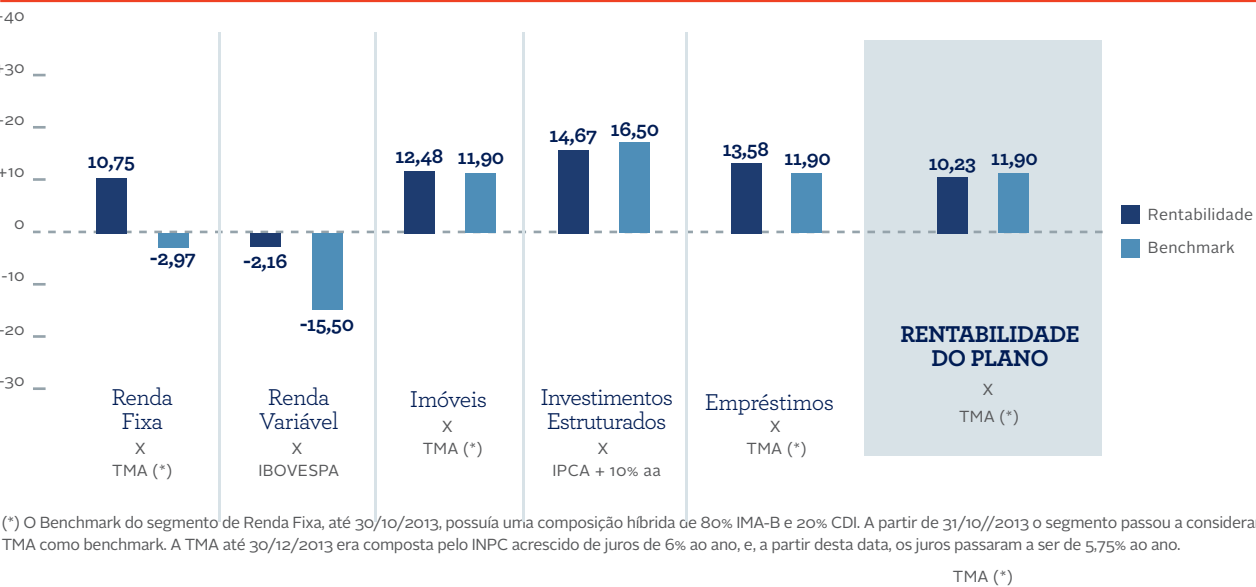
Gestor Terceirizado	R\$ mil	(%)
Renda Fixa		
Itaú	4.088	0,09
Banco do Brasil (*)	207.749	4,72
Estruturado		
C&D	686	0,02
Angra	1.519	0,03
Kinea Investimentos	1.559	0,04
BTG Pactual	1.824	0,04
Lacan	793	0,02
Total de Investimentos - Gestão Terceirizada	218.218	4,96
Total dos Recursos do Plano	4.401.054	100

(*) Fundos exclusivos

* Notas do Tesouro Nacional série B

RENTABILIDADE DE CADA UM DOS SEGMENTOS

de aplicação comparados aos índices de referência



RESULTADO ATUARIAL

TAXA REAL DE JUROS UTILIZADA

A manutenção ou alteração das hipóteses atuariais e econômicas utilizadas para a avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2013 estão baseadas em estudo de aderência das hipóteses de mortalidade e entrada em invalidez, em estudo de ALM (Asset Liability Management) e CFM (Cash Flow Matching).

A atualização do estudo de ALM em outubro de 2013 confirmou que a taxa real anual de juros de 5,75% ao ano está adequada e aderente para a avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2013, respeitando o limite legal máximo estabelecido pela Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 09, de 29/11/2012.

O Parecer Atuarial de encerramento do exercício de 2013 pode ser obtido na íntegra no site da Fundação Copel (www.fcopel.org.br).

PRINCIPAIS IMPACTOS NO ANO PARA O PLANO

O Superávit Técnico Acumulado do Plano Unificado sofreu redução entre os encerramentos dos exercícios de 2012 e 2013, passando de R\$ 482.248 mil para R\$ 195.952 mil. Dentre os principais fatores que contribuíram para esta situação pode-se destacar:

- 1. Rentabilidade do patrimônio de cobertura do plano, que foi inferior à meta atuarial;
- 2. Perdas atuariais resultantes da redução da taxa real anual de juros, a qual passou de 6% ao ano para 5,75% ao ano, implicando em aumento das provisões matemáticas;
- 3. Atualização da composição familiar teórica em benefícios a conceder e adoção da composição familiar real para avaliação dos benefícios concedidos, resultando em melhores estimativas dos compromissos com herdeiros dos participantes, decorrentes de pensão por morte.

Os impactos mencionados foram amenizados em razão da combinação das trocas da tabela de entrada em invalidez, alterada de Light Média para Álvaro Vindas, e da tabela de mortalidade de inválidos, alterada de AT-49 para Winklevoss.

DESPESAS

com a Carteira de Investimentos

Gestão Própria	R\$ mil
Despesas DPGI	1.107
Corretagem	9
Emolumentos	6
Custódia	396
Total Gestão Própria	1.518
Gestão Terceirizada	R\$ mil
Taxa de Administração	214
Custódia	24
Auditoria	4
Outras Taxas	55
Total Gestão Terceirizada	297
TOTAL DE DESPESAS	1.815

SITUAÇÃO DO PLANO (SUPERÁVIT/DÉFICIT)

causas, destinação da reserva especial e equacionamento

O Plano Unificado apresentou situação superavitária no valor de R\$ 195,952 mil por ocasião do encerramento do exercício de 2013, configurando Reserva de Contingência conforme o disposto no parágrafo único do artigo 7º da resolução CGPC no 26 de 29/09/2008, não se constatando a existência de Reserva Especial para revisão de Plano, nem a existência de déficit a ser equacionado.

HIPÓTESES ATUARIAIS

do plano e seus fundamentos

As Hipóteses Atuariais são suposições empregadas na avaliação atuarial visando obter a melhor estimativa possível dos custos e compromissos do plano, em um período sob análise. Para tanto, é esperado que tais suposições representem o melhor possível a realidade do plano quanto a seus aspectos econômicos, financeiros, demográficos e biométricos.

Para o Plano Unificado especificamente, as Hipóteses adotadas atualmente e as que entrarão em vigor no exercício de 2014, são aquelas discriminadas na Demonstração Atuarial (DA) de 2013, relacionadas a seguir:

01 BIOMÉTRICAS

Dizem respeito a mortalidade dos participantes, Rotatividade e Entrada em Invalidez. No caso da mortalidade, se dividem em Mortalidade Geral e Mortalidade de Inválidos, sendo a primeira representada pela tábua AT-2000 suavizada – feminina e masculina – buscando refletir os níveis de mortalidade dos participantes “válidos”, enquanto a segunda reflete os níveis de mortalidade dos participantes “inválidos”, representada pela tábua Winklevoss. Já a Entrada em Invalidez busca refletir os níveis de invalidez ocorridos no plano, sendo representada pela tábua Alvaro Vindas. Por fim, a hipótese de Rotatividade é informada pelo patrocinador, a qual visa expressar o percentual de participantes que se desligam do plano anualmente, considerada nula no caso do Plano III.

02 ECONÔMICAS

Dizem respeito à taxa de juro atuarial e níveis de inflação. No que tange a taxa de juro, é utilizada nas projeções atuariais e visa refletir os níveis de retorno dos investimentos dos recursos do plano e passou a ser de 5,75% ao ano a partir de 31/12/2013, conforme consta nos Fatos Relevantes deste relatório. Quanto aos níveis de inflação, é representado pelo indexador INPC/IBGE, o qual vem sendo utilizado tanto para reajuste dos benefícios concedidos no plano, bem como para o estabelecimento do Fator de Capacidade, que visa refletir a perda média do poder aquisitivo verificada entre dois reajustes consecutivos, decorrente do efeito inflacionário, de forma que para o exercício de 2014 foi estabelecido em 97,77%.

03 FINANCEIRAS

No caso do Plano Unificado, dizem respeito aos ganhos salariais, de forma que esta hipótese é denominada crescimento salarial e busca refletir a taxa anual estimada para a variação salarial real. Tal hipótese é informada pelo patrocinador, tendo em vista que decorre de sua experiência e política de Recursos Humanos. Para o exercício de 2014 foi informado o percentual de 2% ao ano.

04 DEMOGRÁFICAS

Dizem respeito à composição familiar dos participantes do plano, visando refletir os compromissos com herdeiros, uma vez que o regulamento do plano prevê o pagamento do benefício de pensão por morte. Desta forma, para os benefícios a conceder é utilizada a Composição Familiar Teórica, a qual foi atualizada no final do exercício de 2013, com base na experiência dos participantes dos Planos Previdenciários da Fundação Copel. Enquanto que para os Benefícios Concedidos, passou a ser utilizada a Composição Familiar Real, tendo em vista que na fase de concessão do benefício a composição familiar do assistido se encontra estabilizada. Estas alterações nas composições familiares estarão contempladas nas avaliações no exercício de 2014.



“ *Aplique em
investimentos
invisíveis* **”**

RESULTADOS

do Plano Pecúlio

Nas páginas deste relatório, falamos de investimentos que você pode ler, ver e tocar. Afinal, estamos falando em resultados, em dinheiro. Porém, fique atento àqueles investimentos que os olhos não vêem mas o coração sente. Os investimentos em tempo. Tempo para o seu lazer, para fazer as lições da escola com os filhos, para viajar, para curtir as férias, para dizer um “eu te amo” do nada àquela pessoa que é seu tudo.

Afinal, o que é a vida senão o tempo que gastamos com ela? Invista no ativo mais etéreo e mais valioso que existe. Imagine se no mundo houvesse casas de câmbio para o tempo. Todos correriam até elas para comprar as horas de diversão com a família que tanto protelaram, os minutos de carinho que deixaram de vivenciar, os segundos daquele olhar que você gostaria de congelar na memória e guardar em uma caixa bem fechada para só abrir quando a lembrança evocasse a saudade. Valorize seu tempo, pois quem não faz isso desvaloriza tudo, inclusive a si próprio.

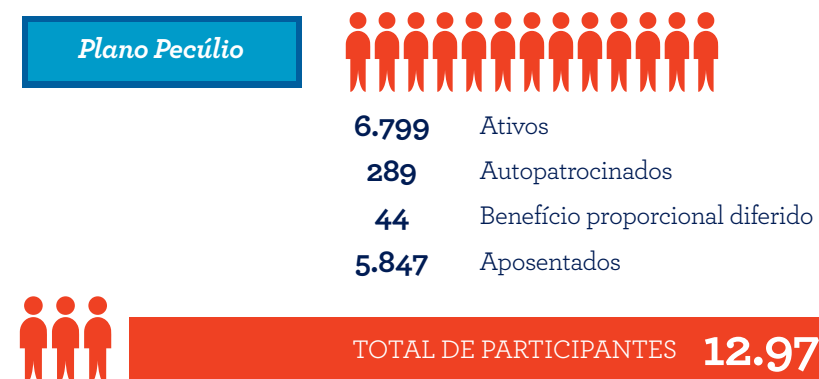
PLANO PECÚLIO

Modalidade e CARACTERÍSTICAS

O Plano Pecúlio visa o pagamento de benefício de prestação única em caso de morte ou invalidez. Este plano é mantido apenas com as contribuições dos participantes, cujo capital segurado é contratado em função de múltiplos do Salário Real de Contribuição (SRC). Já para o participante assistido (aposentado), o capital segurado é estabelecido em múltiplos do benefício.



Quadro de PARTICIPANTES



Contribuições e BENEFÍCIOS 2013

 **R\$ 6.904 mil**
O valor acima é resultado da soma das contribuições efetuadas pelos participantes e aposentados no ano de 2013.

 **R\$ 6.359 mil**
O valor acima é resultado da soma dos benefícios de pagamento único efetuados pela Fundação Copel aos seus beneficiários no ano de 2013.

Demonstração do
ATIVO LÍQUIDO

R\$ mil		
Ativo Total		10.831
Débitos Consolidados	⊖	221
Ativo Líquido		10.610

Demonstração da mutação do
ATIVO LÍQUIDO

R\$ mil		
Ativo Líquido - Início do Exercício		9.916
Adições	⊕	7.509
Destinações	⊖	6.815
 Ativo Líquido Final do Exercício		10.610

Acréscimos e Decréscimos

É o saldo, no caso positivo, entre as adições (contribuições e rentabilidade dos investimentos) e as destinações (pagamento de benefícios e despesas do plano) no ano de 2013.

 R\$ 694 mil

ATIVO TOTAL

Representa o conjunto de bens e direitos do plano, ou seja, é o montante financeiro do qual o plano dispõe para pagar os compromissos do plano.

ATIVO LÍQUIDO

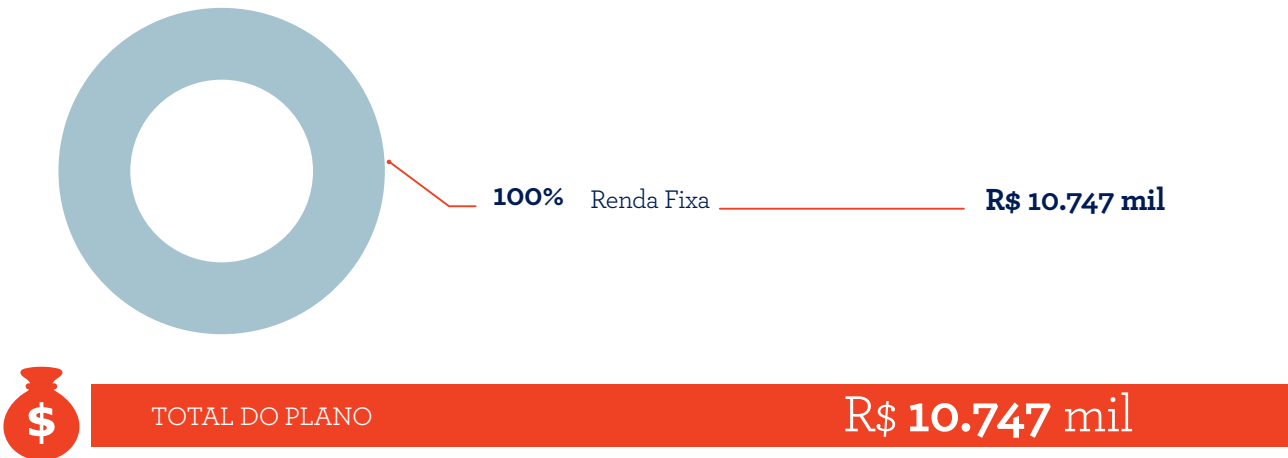
Corresponde ao montante que o plano possui para cumprir com o pagamento de todos os benefícios futuros conforme contratado.

INVESTIMENTOS

MONTANTE DOS INVESTIMENTOS
com gestão terceirizada

Gestor Terceirizado	R\$ mil	(%)
Renda Fixa	475	4,42
Itaú	475	4,42
Total de Investimentos - Gestão Terceirizada	475	4,42
Total dos Recursos do Plano	10.747	100

TOTAL DE INVESTIMENTOS POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO

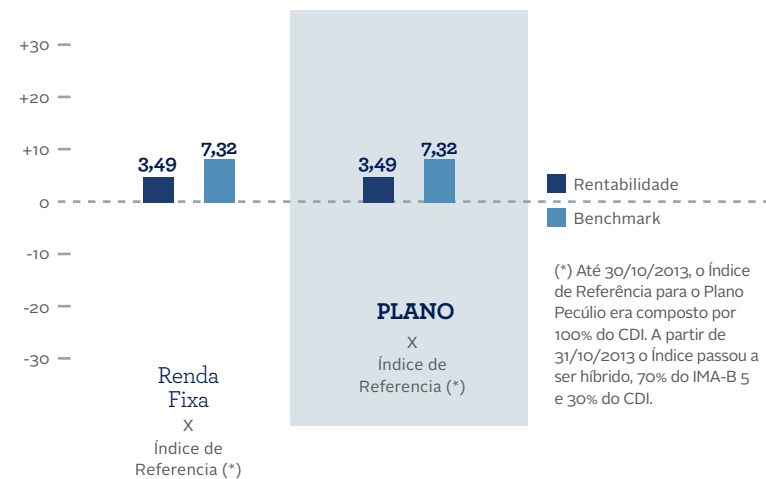


DÉBITOS CONSOLIDADOS

Correspondem às obrigações da entidade com o pagamento de benefícios, impostos a recolher e outros valores a pagar, inclusive o valor provisionado para gastos com processos eventuais, de natureza judicial e/ou outros.

RENTABILIDADE DE CADA UM DOS SEGMENTOS

de aplicação comparados aos índices de referência



DESPESAS

com as carteiras de investimentos

Gestão Própria	R\$ mil
Despesas DPGI	3
Custódia	1
TOTAL DE DESPESAS	4



RESULTADO ATUARIAL

PRINCIPAIS IMPACTOS NO ANO PARA O PLANO

O Plano Pecúlio adota o regime financeiro de repartição simples, que de forma geral, estabelece que o valor a ser contribuído em um dado ano (custo normal) deve ser suficiente para o pagamento dos benefícios daquele mesmo exercício. Assim, para este Plano não se aplica taxa real anual de juros como premissa para a avaliação atuarial.

O Parecer Atuarial de encerramento do exercício de 2013 pode ser obtido na íntegra no site da Fundação Copel (www.fcopel.org.br).

SITUAÇÃO DO PLANO (SUPERÁVIT/DÉFICIT)

causas, destinação da reserva especial e equacionamento

O saldo do Plano Pecúlio posicionado em 31/12/2013 foi de R\$ 10.610 mil, o qual foi constituído, basicamente, a partir do saldo posicionado em 31/12/2012 acrescido da diferença entre os fluxos de receitas e despesas, sendo o primeiro representado pelas contribuições dos participantes somadas aos resultados extra operacionais e o segundo pelas despesas com pagamentos de indenizações, custeio administrativo e demais despesas.

A taxa de prêmio praticada durante o exercício de 2013, a qual foi 0,0405% sobre o capital segurado total, proporcionou um nível de receita adequado para cobertura das indenizações ocorridas durante o exercício, sendo desnecessária a utilização dos resultados extra operacionais na cobertura destas despesas. Portanto, o Plano Pecúlio se encontra atuarialmente equilibrado na data de encerramento do exercício de 2013, possuindo um fundo de oscilação de risco capaz de suportar desvios significativos nos valores de indenizações a serem pagas.

Dado o comportamento de equilíbrio atuarial constatado no encerramento do exercício de 2013, foi possível manter a taxa de prêmio em 0,0405% para o exercício de 2014.

A photograph of a smiling couple in a field. The woman is wearing a wide-brimmed hat and a light-colored shirt. The man is wearing a light blue shirt. A red rectangular box highlights a detail of the man's face, specifically his eye and nose area. The background is a blurred green field with some dark spots.

“Detalhes,
pequenos detalhes”

CADERNO
detalhado

INFORMAÇÕES

detalhadas consolidadas

Há pequenos hábitos que pesarão de forma favorável ou desfavorável no seu futuro. Alguns deles, a princípio, podem parecer insuspeitos, por exemplo, o uso do fio dental pode parecer algo trivial e sem grande relevância, mas estudos associaram sua ausência à ocorrência de ataques cardíacos.

Já outros hábitos são escancaradamente nefastos e nocivos, como o vício do fumo ou do álcool, que nem necessitam de maiores explicações, pois toda a literatura médica é unânime quanto a seus incalculáveis malefícios. Mas há outras pequenas atitudes às quais devemos estar atentos: boas horas de sono geram bom humor e até evitam o diabetes, a meditação combate o stress e equilibra seu estado emocional, o uso do filtro solar protela o envelhecimento da cútis e combate o câncer de pele, enfim, poderíamos escrever um outro relatório só feito de pequenos hábitos do cotidiano que fazem toda a diferença em nossa vida futura. E presente. Leia, pesquisa e faça sua própria lista. Mas, acima de tudo, cumpra com tudo que você identificar como benéfico para sua saúde física e mental.

São pequenos gestos que valem muito.

O resto sim é que são detalhes.

Informações FINANCEIRAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2013	31/12/2012
ATIVO		7.031.125	6.797.501
DISPONÍVEL		521	321
REALIZÁVEL		6.868.814	6.634.241
GESTÃO PREVIDENCIAL	4.1	102.619	78.749
GESTÃO ADMINISTRATIVA	4.2	4.558	4.255
INVESTIMENTOS	4.3	6.761.637	6.551.237
Títulos Públicos		4.522.706	4.083.892
Créditos Privados e Depósitos		697.338	812.378
Ações		401.444	425.120
Fundos de Investimento		933.401	1.024.119
Em Renda Fixa		667.996	826.761
Em Renda Variável		255.640	194.003
Em Investimentos Estruturados		9.765	3.355
Investimentos Imobiliários	4.3.4	113.520	109.389
Empréstimos	4.3.5	93.228	96.339
Outros Realizáveis		-	-
PERMANENTE	3.5	5.777	4.675
IMOBILIZADO		2.571	1.576
INTANGÍVEL		3.088	2.962
DIFERIDO		118	137
GESTÃO ASSISTENCIAL	11	156.013	158.264
PASSIVO		7.031.125	6.797.501
EXIGÍVEL OPERACIONAL		13.033	17.696
GESTÃO PREVIDENCIAL	5.1	9.265	7.698
GESTÃO ADMINISTRATIVA	5.2	3.768	3.012
INVESTIMENTOS		-	6.986
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL		115.552	67.184
GESTÃO PREVIDENCIAL	6.1	110.499	63.692
GESTÃO ADMINISTRATIVA	6.2	5.053	3.492
PATRIMÔNIO SOCIAL		6.748.320	6.556.081
Patrimônio de Cobertura dos Planos		6.679.653	6.488.354
PROVISÕES MATEMÁTICAS	7.1.1	6.480.968	5.917.712
Benefícios Concedidos		4.887.876	3.708.142
Benefícios a Conceder		1.593.092	2.209.570
EQUILÍBRIO TÉCNICO	7.1.2	198.685	570.642
Resultados Realizados		198.685	570.642
Superávit Técnico Acumulado		198.685	570.642
FUNDOS		68.667	67.727
Fundos Previdenciais	7.1.3	33.595	31.714
Fundos Administrativos	7.1.4	35.072	36.013
GESTÃO ASSISTENCIAL	11	154.220	156.540

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



DEMONSTRAÇÕES DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2013	31/12/2012	Variação (%)
A) PATRIMÔNIO SOCIAL - INÍCIO DO EXERCÍCIO		6.686.152	6.002.838	11,38%
1. Adições		748.054	1.327.967	-43,67%
Contribuições Previdenciais	8	220.061	339.077	-35,10%
Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial		386.791	846.382	-54,30%
Receitas Administrativas	10.1	32.916	25.197	30,63%
Resultado Positivo dos Investim. - Gestão Administrativa		347	5.068	-93,15%
Receitas Assistenciais	3.2	107.939	112.243	-3,83%
2. Destinações		(563.837)	(644.653)	-12,54%
Benefícios	9	(353.990)	(449.034)	-21,17%
Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	6.1	(59.683)	(63.692)	-6,29%
Despesas Administrativas	10.1	(32.643)	(27.649)	18,06%
Constituição de Contingências - Gestão Administrativa	6.2	(1.561)	(666)	134,38%
Despesas Assistenciais	3.2	(115.960)	(103.612)	11,92%
3. Acréscimo/(Decréscimo) no Patrimônio Social (1+2)		184.217	683.314	-73,04%
Provisões Matemáticas	7.1.1	563.256	577.125	-2,40%
Superávit/(Déficit) Técnico do Exercício	7.1.2	(371.957)	90.359	-511,64%
Fundos Previdenciais	7.1.3	1.880	5.250	-64,19%
Fundos Administrativos		(941)	1.949	-148,28%
Gestão Assistencial	3.2	(8.021)	8.631	-192,93%
B) PATRIMÔNIO SOCIAL - FINAL DO EXERCÍCIO (A+3)		6.870.369	6.686.152	2,76%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2013	31/12/2012	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Período anterior		36.013	34.064	5,72%
1. Custeio da Gestão Administrativa	10.1	34.667	30.265	14,54%
1.1. Receitas				
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial		11.986	7.596	57,79%
Custeio Administrativo dos Investimentos		580	1.482	-60,86%
Taxa de Administração de Empréstimos		310	305	1,64%
Receitas Diretas		26	53	-50,94%
Resultado Positivo dos Investimentos		1.752	5.068	-65,43%
Reembolso da Gestão Assistencial	3.3	20.011	15.761	26,97%
Outras Receitas		2	-	100,00%
2. Despesas Administrativas		34.204	28.316	20,79%
2.1. Administração Previdencial		10.570	8.548	23,65%
Pessoal e encargos		5.187	4.670	11,07%
Treinamentos/congressos e seminários		104	130	-20,00%
Viagens e estadias		109	84	29,76%
Serviços de terceiros		2.015	1.518	32,74%
Despesas gerais		1.306	1.296	0,77%
Depreciações e amortizações		278	170	63,53%
Contingências	6.2	1.561	666	134,38%
Outras despesas		10	14	-28,57%
2.2. Administração dos Investimentos		3.623	4.775	-24,13%
Pessoal e encargos		2.747	3.029	-9,31%
Treinamentos/congressos e seminários		12	56	-78,57%
Viagens e estadias		37	62	-40,32%
Serviços de terceiros		616	1.381	-55,39%
Despesas gerais		173	199	-13,07%
Depreciações e amortizações		37	47	-21,28%
Outras despesas		1	1	0,00%
2.3. Administração Assistencial		20.011	14.806	35,15%
2.4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios		-	187	0,00%
3. Resultado Negativo dos Investimentos		1.404	-	100,00%
4. Sobra/(Insuficiência) da Gestão Administrativa (1-2-3)		(941)	1.949	-148,28%
5. Constituição/(Reversão) do Fundo Administrativo (4)		(941)	1.949	-148,28%
B) Fundo Administrativo do Período Atual (A+5)	7.1.4	35.072	36.013	-2,61%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Informações detalhadas

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
E 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto

OPERACIONAL

A Fundação Copel de Previdência e Assistência Social é uma entidade fechada de previdência complementar multipatrocinada, sem fins lucrativos, regulamentada pelas Leis Complementares nº 108 e 109, de 29 de maio de 2001. Foi constituída em 1971 sob a forma de fundação, com o objetivo de assegurar aos empregados de suas patrocinadoras e respectivos dependentes, além do seu quadro próprio, os seguintes benefícios:

- a) Complementação de renda mensal vitalícia normal, vitalícia diferida, por invalidez, velhice e abono anual;
- b) Complementação de renda mensal de pensão, auxílio doença, auxílio-reclusão e pecúlio por morte;
- c) Assistência à saúde em geral, por conta dos participantes e das patrocinadoras.

Em 31 de dezembro de 2013, a Fundação Copel era patrocinada pelas seguintes organizações: Cia Paranaense de Energia – COPEL e suas subsidiárias integrais (Copel Distribuição S.A., Copel Geração e Transmissão S.A. e Copel Telecomunicações S.A.), Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento – LACTEC, Tradener Ltda., Escoeletric Ltda., Companhia Paranaense de Gás – COMPAGAS e a própria Fundação Copel.

A Fundação Copel administra três planos de benefícios previdenciários, que estão devidamente inscritos no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios das Entidades Fechadas de Previdência Social – CNPB, instituído pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC, atualmente denominada Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, e opera um plano de assistência à saúde, registrado na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS:

1) Plano Unificado de Benefício Definido:

Cadastrado no CNPB sob nº 1979.0017-74, o plano contempla participantes do Plano Básico (Plano I) e do Plano Complementar (Plano II), o qual foi incorporado pelo primeiro, conforme Portaria MPS/PREVIC nº 45/2013. É classificado na modalidade de benefícios definidos (BD) e encontra-se fechado para novos participantes.

2) Plano de Benefícios Previdenciários III:

Cadastrado no CNPB sob nº 1998.0052-83, é classificado na modalidade de contribuições variáveis (CV) e apresenta-se como opção aos empregados que ingressaram nas patrocinadoras a partir de setembro de 1998.

3) Plano de Pecúlio:

Cadastrado no CNPB sob nº 2006.0007-56, é classificado na modalidade de benefícios definidos, de pagamento único, e mantido apenas com contribuições dos participantes.

4) Plano PROSAUDE II:

Registrado na ANS sob nº 468.270/12-0, e na PREVIC sob nº 5000.0285-38, tem como finalidade conceder benefícios de natureza médico-hospitalar, farmacêutica e odontológica e é mantido com contribuições dos patrocinadores e dos participantes.

Em conformidade com o artigo 14 do Código Tributário Nacional (CTN), a Fundação não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de sua renda, a título de lucro ou participação no resultado, aplica no país a totalidade dos seus recursos e mantém escrituração de suas receitas e despesas em livros contábeis suportados pela legislação.

2. Apresentação das DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar, reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC. Essas diretrizes não requerem a segregação dos ativos e passivos entre circulante e longo prazo e incluem a totalidade dos ativos e passivos dos planos de benefícios administrados pela Entidade.

A estrutura contábil apresentada respeita a autonomia patrimonial dos planos de benefícios e identifica, separadamente, a gestão de cada plano de benefício previdencial do plano assistencial e a gestão administrativa. Os saldos devedores ou credores entre as Gestões Previdencial Administrativa e Assistencial estão registrados em contas de Valores a Transferir, as quais são consolidadas por ocasião da elaboração do Balanço Patrimonial.

Em atendimento à Resolução CNPC 08/2011, que dispõe sobre os procedimentos contábeis aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar, a Fundação Copel elaborou o regulamento do Plano de Gestão Administrativa – PGA e adota as planificações contábeis emanadas da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC e da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. O regulamento do Plano de Gestão Administrativa – PGA foi aprovado na 151ª reunião extraordinária do Conselho Deliberativo da entidade.

As notas explicativas são apresentadas apenas para as demonstrações consolidadas e todos os valores estão apresentados em milhares de reais.

3. Principais práticas contábeis adotadas na elaboração das DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1. GESTÃO PREVIDENCIAL

As receitas e as despesas são contabilizadas pelo regime de competência, segregando as contribuições dos participantes das contribuições das patrocinadoras.

O saldo de operações com as patrocinadoras é atualizado pelos encargos financeiros contratuais, até a data das demonstrações financeiras.

3.2. GESTÃO ASSISTENCIAL

A contabilidade da Gestão Assistencial é efetuada e mantida segregada das demais gestões, possibilitando a identificação, a independência do patrimônio e a adequação à legislação aplicável ao setor de saúde suplementar, sendo apresentados no Balanço Consolidado apenas os totais do Ativo e do Passivo assistenciais.

As receitas e as despesas são contabilizadas pelo regime de competência, segregando as contribuições das patrocinadoras das contribuições de responsabilidade dos participantes e o resultado forma fundos exclusivos para o Plano PROSAÚDE. O rendimento das aplicações financeiras desses recursos é incorporado ao fundo do Plano. O valor desse fundo está somado aos fundos previdenciais para composição do Patrimônio Social na Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS, já que esta contempla as adições e destinações da Gestão Assistencial. Diferentemente, o Balanço Patrimonial evidencia apenas os totais de Ativo e Passivo da Gestão Assistencial.

As Receitas Assistenciais são provenientes das mensalidades arrecadadas das patrocinadoras e dos participantes ativos e assistidos.

As Despesas Assistenciais registram todos os gastos incorridos com os benefícios de assistência à saúde, como, por exemplo, o pagamento de consultas e exames médicos, além da provisão de eventos ocorridos e não avisados e dos gastos administrativos do plano.

3.3. GESTÃO ADMINISTRATIVA

As receitas e as despesas são contabilizadas mensalmente, pelo regime de competência. As despesas administrativas assistenciais são reembolsadas pela Gestão Assistencial. As receitas e despesas administrativas da gestão previdencial são registradas e segregadas de forma a permitir a gestão administrativa por plano previdencial.

As Receitas Administrativas incluem as taxas de administração de empréstimos aos participantes e também as contribuições para custeio administrativo, pagas pela Gestão Assistencial e Gestão Previdencial

As Despesas Administrativas englobam os gastos administrativos da Gestão Previdencial da Gestão Assistencial e do Fluxo dos Investimentos. Tais gastos referem-se a salários e encargos, treinamentos, contratações de serviços de terceiros, depreciações e amortizações, além de despesas gerais como, por exemplo, materiais de expediente e contas de consumo da entidade.

A Constituição de Contingências refere-se às discussões sobre a legalidade da cobrança do PIS e da COFINS, conforme exposto na nota explicativa nº 6.2.

3.4. INVESTIMENTOS

O Fluxo dos Investimentos registra as aplicações efetuadas, utilizando estrutura de gestão multifundos, com carteiras específicas para cada plano administrado pela entidade.

Os investimentos da Fundação Copel estão segmentados em:

3.4.1. RENDA FIXA

As aplicações de Renda Fixa são classificadas em duas categorias específicas, de acordo com a intenção de negociação. Os títulos na categoria “para negociação” incluem os títulos e valores mobiliários com o objetivo de poderem ser negociados antes do vencimento, sendo contabilizados pelo valor de mercado. Os títulos na categoria “mantidos até o vencimento” incluem os títulos e valores mobiliários para os quais haja a intenção e capacidade financeira para mantê-los em carteira até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos *pro rata temporis*.

3.4.2. RENDA VARIÁVEL

As aplicações em Ações estão registradas pelos valores de mercado, obtidos pelas cotações de fechamento na data do balanço ou data anterior mais próxima, com exceção das ações que não tiverem sido negociadas nos últimos seis meses, as quais são registradas pelo menor valor entre o preço de custo e o valor patrimonial. Os Fundos de Renda Variável estão registrados ao custo de aquisição acrescido dos ganhos auferidos ou perdas incorridas até a data do balanço. A variação apurada entre os valores atual de mercado e o anterior é apropriada mensalmente à conta de receita e/ou despesa. As receitas decorrentes de dividendos e bonificações em dinheiro são contabilizadas no respectivo exercício em que foram declarados pelas empresas.

3.4.3. INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS

O segmento de Investimentos Estruturados pode conter fundos de investimento: em participação, em empresas emergentes, imobiliários e em multimercado. A aquisição se dá em número de quotas do fundo e a apuração do valor dessas quotas é feita de acordo com normas específicas definidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

3.4.4. INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

São registrados pelo custo de aquisição ou construção e atualizados conforme laudos técnicos de avaliação emitidos por empresas especializadas, a cada período de três anos, em conformidade com a Resolução MPS/CNPC 08/2011 e Instrução MPS/CNPC 34/2009, sendo que a última reavaliação ocorreu e foi registrada em dezembro de 2011. A depreciação das edificações é calculada pelo método linear, à taxa anual entre 2,00% e 6,66%, conforme apontado pelos laudos de avaliação.

3.4.5. OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

Registra as operações de empréstimos concedidos aos participantes (ativos e assistidos). O saldo reflete a posição atualizada da carteira na data das demonstrações financeiras. Nas operações de até 12 meses são cobrados juros prefixados de 1,1% ao mês, enquanto que as operações de 13 a 60 meses são remuneradas com juros pós-fixados de 0,6% ao mês, mais a variação do INPC (IBGE). A taxa de administração é de 0,20% sobre o montante contratado.

3.5. ATIVO PERMANENTE

3.5.1. IMOBILIZADO

Os valores dos bens são registrados pelo custo de aquisição. A depreciação e a amortização são calculadas pelo método linear, as taxas anuais de 10% para instalações em geral e móveis e utensílios e 20% para veículos, equipamentos de informática e *softwares*.

3.5.2. INTANGÍVEL

Representa as compras, efetuadas a partir de janeiro/2010, de direitos de uso e custos de implantação de Sistemas de Gestão, registradas pelo custo de aquisição. A amortização é calculada pelo método linear à taxa anual de 10%.

3.5.3. DIFERIDO

No grupo Diferido estão registrados, ao custo de aquisição, os gastos com a compra de sistema de controle dos Investimentos da entidade, adquirido em 2009. A amortização é calculada pelo método linear, à taxa anual de 10%.

3.6. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

3.6.1. GESTÃO PREVIDENCIAL

Registra provisões para perdas em demandas judiciais de beneficiários, tanto de ações trabalhistas contra Patrocinadores, cujo eventual ganho possa gerar reflexos financeiros no benefício, quanto de ações diretas de revisão do benefício.

3.6.2. GESTÃO ADMINISTRATIVA

Registra provisões contingenciais referentes à discussão da legalidade na cobrança dos tributos PIS e COFINS. A partir de março de 2006, a Entidade passou a depositar judicialmente os valores apurados de PIS e COFINS, reconhecendo provisão para contingências sobre a totalidade desses depósitos judiciais. Registra também as provisões constituídas em face de ações trabalhistas de ex-empregados da Fundação Copel, desde que classificadas como de perda provável conforme pareceres jurídicos.

3.7. PATRIMÔNIO SOCIAL

3.7.1. REGIME FINANCEIRO

A Fundação Copel adota o regime financeiro de capitalização para o cálculo das provisões matemáticas relativas aos benefícios a serem pagos aos participantes dos planos de Benefício Definido – BD, deduzidas das contribuições futuras dos Participantes e Patrocinadoras. Nesses planos, o custo do tempo de serviço anterior ao ingresso dos participantes foi coberto por dotação inicial e contribuições correntes da Patrocinadora e/ou aquisição de joia. As provisões matemáticas do plano de Contribuição Variável – CV são calculadas em quantidade de quotas, cujo saldo é controlado individualmente para cada participante. Os participantes que migraram do Plano Unificado de Benefício Definido ao Plano III, têm, além das cotas desse plano, o BSA – Benefício Saldado Anterior, conforme definido pelo regulamento.

3.7.2. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS

Corresponde à diferença entre o valor atual dos encargos de complementação de aposentadorias ou pensões e o valor atual das contribuições futuras que venham a ser pagas à Fundação pelos participantes em gozo de benefício do Plano Previdenciário I e II e do Plano III, para sustentação dos referidos encargos, de acordo com o plano de custeio vigente.

3.7.3. BENEFÍCIOS A CONCEDER

CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA – SALDO DE CONTAS:

Corresponde aos valores atuais dos encargos a serem assumidos pela Fundação Copel no Plano III, em relação aos participantes que ainda não estejam em gozo de complementação de aposentadoria.

BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO PROGRAMADO:

Corresponde aos valores atuais dos encargos, calculados atuarialmente, a serem assumidos pela Fundação Copel no Plano Unificado de Benefício Definido e à parcela do BSA – Benefício Saldado Anterior, em relação aos participantes que ainda não estejam em gozo de complementação de aposentadoria.

BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO NÃO PROGRAMADO:

Corresponde aos valores atuais dos encargos, calculados atuarialmente, que serão assumidos pela Fundação Copel no Plano Unificado de Benefício Definido e no Plano III, referentes aos benefícios de aposentadoria por invalidez, pensão por morte, auxílio-doença e pecúlio por morte.

4. **REALIZÁVEL**

4.1. GESTÃO PREVIDENCIAL

O realizável da Gestão Previdencial apresenta a seguinte composição:

	31/12/2013	31/12/2012
CONTRIBUIÇÕES A RECEBER	964	12.950
Patrocinadoras	362	6.420
Participantes	602	6.530
ADIANTAMENTOS	78	77
DEPOSITOS JUDICIAIS	2.010	2.010
NOTAS DE DÉBITO A RECEBER DE PATROCINADORAS	6.672	3.692
PROVISÃO P/REEMBOLSO GASTOS C/DEMANDAS JUDICIAIS	92.853	59.979
OUTROS DIREITOS A RECEBER	42	41
TOTAL DA GESTÃO PREVIDENCIAL	102.619	78.749

As notas de débitos a receber de patrocinadoras são emitidas para o reembolso de valores pagos judicialmente em reclamações trabalhistas, nas quais a Fundação Copel foi citada como parte do polo passivo, e para recompor reservas matemáticas em virtude da revisão de benefícios nessas ações judiciais já encerradas.

A Provisão para Reembolso de Gastos com Demandas Judiciais equivale ao valor provisionado para futuras perdas em ações judiciais em andamento contra as Patrocinadoras e que deverão gerar reflexos nos benefícios já concedidos aos demandantes. Foi constituída com base na NBC TG 25, item 53, aprovada pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade – CFC nº 1180, de 24/07/2009. A segurança para reconhecimento desse ativo é dada pela garantia consignada no Convênio de Adesão dos patrocinadores aos planos previdenciários da entidade.

4.2. GESTÃO ADMINISTRATIVA

O realizável da Gestão Administrativa apresenta a seguinte composição:

	31/12/2013	31/12/2012
CONTAS A RECEBER	454	292
Responsabilidade de Empregados	300	138
Responsabilidade de Terceiros	154	154
DESPESAS ANTECIPADAS	21	29
DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS	4.071	3.835
OUTROS REALIZÁVEIS	12	99
TOTAL DA GESTÃO ADMINISTRATIVA	4.558	4.255

Os saldos de Depósitos Judiciais referem-se às contingências de PIS e COFINS, decorrentes dos processos 2006.70.00.007295-7 e 2003.70.00.046819-0, nos quais a Fundação Copel discute a legalidade da cobrança desses tributos, por não possuir “faturamento” como base de cálculo do PIS (0,65%) e da COFINS (4%). A partir de março de 2006, a Entidade passou a depositar judicialmente os valores apurados de PIS e COFINS, reconhecendo provisão para contingências sobre a totalidade dos depósitos. Em 14/06/2012 foi certificado o trânsito em julgado da decisão que reconheceu a não sujeição da Fundação Copel ao recolhimento do PIS e da COFINS quando da realização de suas atividades regulares previstas na Lei Complementar nº 109/2001. Diante dessa sentença, e atendidos novos despachos judiciais e petições da Receita Federal, a partir de agosto/2013 a Fundação Copel deixou de efetuar depósitos judiciais dessas contribuições, passando a recolher normalmente os tributos, porém tendo como base de cálculo somente os valores que não configuram atividade regular de gestão, como “recuperações de despesas” e “outras receitas não operacionais”. Atualmente aguarda-se decisão judicial final que autorize o levantamento dos valores depositados e a restituição dos valores recolhidos indevidamente nos dez anos anteriores ao ajuizamento da ação.

4.3. INVESTIMENTOS

No ano de 2013, os investimentos do Plano Unificado de Benefício Definido obtiveram rentabilidade nominal consolidada de 10,23% e rentabilidade real de 4,42%, ou seja, se desconsiderada a inflação do período medida pelo INPC. No Plano III, as rentabilidades foram de -1,55% e -6,74%, respectivamente.

A diferença de rentabilidade entre os planos decorre da diversidade entre as carteiras de investimento, totalmente segregadas. Por serem dois planos com características distintas, busca-se adequar as carteiras ao perfil de cada massa de participantes. Desta maneira, para o Plano Unificado de Benefício Definido, que é um plano maduro e em extinção, a carteira é constituída principalmente de títulos públicos indexados à inflação, classificados como “Mantidos até o Vencimento” ou, usando-se expressão comum no mercado financeiro, estão “marcados pela curva”. A carteira do Plano III, que é um plano mais jovem e em expansão, tem uma composição mais diversificada, carregando tanto títulos públicos com vencimentos diversos como também títulos privados com vencimentos mais curtos e maior volume de aplicações em renda variável, o que a torna mais suscetível às oscilações negativas conjunturais, como a verificada neste ano, mas também permite buscar melhores retornos no longo prazo.

Em dezembro de 2013 foi efetuada segregação real dos ativos referente às Reservas de Benefícios a Conceder e de Benefícios Concedidos do Plano Previdenciário III, visando à implantação de gestão segmentada, pautada pelas características de cada massa, em atendimento ao disposto na Resolução CMN 3.792/09 e observando o artigo 94 do regulamento do Plano.

4.3.1. RENDA FIXA

A carteira consolidada de renda fixa apresenta a seguinte composição:

	31/12/2013	31/12/2012
Títulos Públicos	4.522.705	4.083.892
Créditos Privados e Depósitos	697.338	812.378
Fundos de Investimento	667.996	826.761
TOTAL DA RENDA FIXA	5.888.039	5.723.031

Os investimentos em Renda Fixa estão custodiados no Banco Itaú S/A e, nesta modalidade de investimentos, o critério de precificação dos ativos se apresenta como o motivo fundamental das diferenças apresentadas entre as rentabilidades dos planos. Na carteira do Plano Unificado de Benefício Definido a maioria dos títulos é classificada como “Títulos mantidos até o vencimento” e os juros são apropriados linearmente até o seu vencimento e resgate. Já os títulos da carteira do Plano III são, em sua grande maioria, classificados como “Títulos para negociação”, ou seja, precificados a mercado. Dessa forma o valor desses títulos e, conseqüentemente, a rentabilidade contabilizada mensalmente, registra maiores oscilações diante das incertezas econômicas e políticas que permeiam as expectativas dos agentes de mercado, porém a rentabilidade efetiva somente será conhecida no momento da venda ou vencimento desses papéis.

Especificamente em 2013, os investimentos de Renda Fixa precificados a mercado sofreram expressiva redução decorrente da considerável elevação das taxas de juros. A magnitude da alteração do cenário macroeconômico forçou o governo a elevar a taxa SELIC, de 7,25% em março para 10% em dezembro. Diante desse cenário conturbado, a carteira de renda fixa apresentou rentabilidade acumulada nominal de 10,75% no Plano Unificado de Benefício Definido e -2,72% no Plano III. Já a rentabilidade real foi de 4,91% no Plano Unificado de Benefício Definido e -7,85% no Plano III.

A composição da carteira de renda fixa em 2013, segregada por planos e por tipo de título é apresentada abaixo:

	UNIFICADO	PLANO III	PECÚLIO	PGA	TOTAL
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	-	-	1.145	1.269	2.413
Notas do Tesouro Nacional - NTNs	3.698.381	794.646	2.733	24.532	4.520.292
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	61.748	-	2.928	-	64.676
Depósitos a Prazo com Garantia Especial - DPGEs	6.108	195.141	1.035	1.018	203.302
Letras Hipotecárias - LHs	6.807	-	-	-	6.807
Letras Financeiras - LFs	18.328	38.034	458	-	56.820
Debêntures	99.433	261.397	1.968	2.935	365.734
Fundos de Investimento - Renda Fixa	211.837	421.248	475	387	633.947
Fundos de Investimento - Direitos Creditórios	-	34.049	-	-	34.049
TOTAL	4.102.641	1.744.515	10.742	30.141	5.888.040

Em atendimento ao artigo 8º da Resolução CGPC nº 4/2002, estão indicados, a seguir, os valores dos títulos por plano, segregados e classificados como “Títulos para negociação”:

TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO						
	UNIFICADO	PLANO III	PECÚLIO	PGA	TOTAL	
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	-	-	1.145	1.269	2.413	
Notas do Tesouro Nacional - NTNs	14.591	258.211	2.733	24.532	300.068	
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	61.748	-	2.928	-	64.676	
Depósitos a Prazo com Garantia Especial - DPGEs	6.108	195.141	1.035	1.018	203.302	
Letras Hipotecárias - LHs	6.807	-	-	-	6.807	
Letras Financeiras - LFs	18.328	38.034	458	-	56.820	
Debêntures	99.433	261.397	1.968	2.935	365.734	
Fundos de Investimento - Renda Fixa	211.837	421.248	475	387	633.947	
Fundos de Investimento - Direitos Creditórios	-	34.049	-	-	34.049	
TOTAL	418.851	1.208.081	10.742	30.141	1.667.815	

Em atendimento ao artigo 8º da Resolução CGPC nº 4/2002, estão indicados a seguir os valores dos títulos por plano, segregados e classificados como “Títulos mantidos até o vencimento”, bem como suas faixas de vencimento:

TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO					
	UNIFICADO	PLANO III	PECÚLIO	PGA	TOTAL
Notas do Tesouro Nacional - NTNs	3.683.790	536.435	-	-	4.220.224

Plano Unificado - Mantidos até o Vencimento					
Nome	Vencimento	Quantidade	Valor Contábil	Valor Mercado	Diferença
NTN-B	15/08/2014	27.650	66.225	67.353	1.128
NTN-B	15/05/2015	14.793	34.387	35.857	1.470
NTN-F	01/01/2017	304.575	286.406	302.988	16.582
NTN-B	15/08/2020	108.150	251.646	257.155	5.508
NTN-B	15/08/2024	114.535	265.080	268.724	3.645
NTN-B	15/08/2030	78.250	189.836	179.990	- 9.846
NTN-B	15/05/2035	533.588	1.228.196	1.200.984	- 27.212
NTN-B	15/08/2040	268.450	639.279	607.814	- 31.466
NTN-B	15/05/2045	172.908	397.281	384.385	- 12.896
NTN-B	15/08/2050	117.250	325.453	263.137	- 62.316
		3.683.790	3.568.386	-	115.403

Plano Previdenciário III - Mantidos até o Vencimento					
Nome	Vencimento	Quantidade	Valor Contábil	Valor Mercado	Diferença
NTN-F	01/01/2017	111.325	104.684	110.745	6.061
NTN-B	15/08/2024	13.915	31.707	32.648	941
NTN-B	15/05/2035	21.773	47.797	49.006	1.209
NTN-B	15/05/2045	18.200	37.695	40.460	2.765
NTN-B	15/08/2050	116.971	314.552	262.511	- 52.041
		536.435	495.369	-	41.065

Ao longo do período, não houve reclassificação dos títulos públicos federais classificados na categoria “mantidos até o vencimento” e a Fundação Copel manifesta a intenção de manter esses títulos até seus respectivos vencimentos, dispondo, para tanto, de capacidade financeira, como tem sido atestado ao longo de períodos anteriores e de acordo com a Política de Investimentos.

Atendendo ao que determina a Resolução CGPC 15/2005, demonstramos abaixo as alienações ocorridas em 2013 de títulos que estavam classificados na categoria “Mantidos até o Vencimento”, as quais foram realizadas simultaneamente à aquisição de novos títulos de mesma natureza, com vencimento posterior e montante superior ao dos títulos alienados. Tal operação não descaracteriza a intenção da Entidade quando da classificação desses títulos na referida categoria.

TÍTULOS NTN-B - Plano Unificado									
Negociação	Alienações				Aquisições				Saldo por Negociação R\$
	Título	Vencimento	Quantidade	R\$ (a)	Título	Vencimento	Quantidade	R\$ (b)	(b) - (a)
10/04/2013	NTN-B	15/05/2013	13.621	21.895	NTN-B	15/08/2050	56.350	163.831	50.373
	NTN-B		13.585	21.966					
	NTN-B		13.475	21.989					
	NTN-B		13.658	21.995					
	NTN-B		15.782	25.612					
Total			70.121	113.457	56.350			163.831	50.373

TÍTULOS NTN-B - Plano III									
Negociação	Alienações				Aquisições				Saldo por Negociação R\$
	Título	Vencimento	Quantidade	R\$ (a)	Título	Vencimento	Quantidade	R\$ (b)	(b) - (a)
10/04/2013	NTN-B	15/05/2013	4.979	8.003	NTN-B	15/08/2050	19.775	57.493	52.514
	NTN-B		4.965	8.028					
	NTN-B		4.925	8.037					
	NTN-B		4.992	8.039					
13/06/2013	NTN-B	15/05/2014	11.000	26.341	NTN-B	15/08/2050	15.496	39.204	1
	NTN-B	15/05/2015	5.407	12.862					
Total			36.268	71.311	35.271			96.697	52.515

Essas operações de troca de títulos foram realizadas em leilões do Tesouro Nacional, buscando a mitigação do risco de reinvestimento dos ativos de renda fixa e a adequação do prazo dos Títulos Públicos Federais ao fluxo de caixa de longo prazo da Entidade.

4.3.2. RENDA VARIÁVEL

Os investimentos em Renda Variável acumularam, em 2013, rentabilidade negativa nominal de 2,13% para o Plano Unificado e 0,59% no Plano III, enquanto a rentabilidade real, ou seja, desconsiderada a inflação do período medida pelo INPC, foi também negativa de 7,29% e 5,83%, respectivamente. Mesmo sendo negativas, as respectivas rentabilidades foram superiores ao principal indicador da Bolsa brasileira, o IBOVESPA, que apresentou no período rentabilidades negativas nominal de 15,50% e real de 19,95%.

Os investimentos estão distribuídos em fundos exclusivos com administração terceirizada e em carteira própria e apresentavam a seguinte composição:

	31/12/2013	31/12/2012
Ações	378.880	416.810
Empréstimos de Ações	22.564	8.310
Fundos de Investimentos em Ações	255.640	194.003
TOTAL DA RENDA VARIÁVEL	657.084	619.123

4.3.3. INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS

A carteira de investimentos estruturados, cujos totais eram de R\$ 9.765 mil em 31/12/2013 e de R\$ 3.355 mil em 31 de dezembro de 2012, é composta pelos fundos: FIP Kinea Private Equity II, BTG Infra II e LACAN Florestal, todos em fase inicial de captação, e FIP Investidores Institucionais e Fundo de Investimento Imobiliário Nova Morada, ambos em fase de desinvestimento.

4.3.4. INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

Os investimentos imobiliários apresentavam os seguintes saldos:

	31/12/2013	31/12/2012
Terrenos	178	-
Imóveis em Construção	46	4.540
Imóveis de Uso Próprio	5.207	5.287
Imóveis Locados	108.089	99.562
TOTAL DE INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	113.520	109.389

Cumprindo o que determinam o Ofício Circular 18/DECON/SPC de 04/12/2003, a Resolução MPS/CNPC 08/11 e a Instrução MPS/PREVIC 34/2009, a última avaliação completa da Carteira Imobiliária ocorreu em 12/2011, sendo os laudos de avaliação apreciados e aprovados pelo Conselho Deliberativo, conforme Ata da 178ª Reunião Extraordinária.

Para fins de segregação real dos ativos do Plano III, em 2013 foram efetuadas avaliações dos terrenos situados em Colíder-MS e do imóvel sito à Rua Hasdrubal Bellegard - Curitiba. Para este último foram inicialmente contratadas duas avaliações, com as empresas CVI-PR Avaliações e VALORY-Engenharia de Avaliações. Devido à disparidade dos valores apresentados, houve a contratação da empresa AVALISUL-Engenharia de Avaliações, e o valor contábil foi definido pela média dos três laudos apresentados.

O quadro a seguir apresenta o resumo das avaliações apropriadas em dezembro de 2013:

AVALIAÇÕES DE IMÓVEIS								
DENOMINAÇÃO DO IMÓVEL	DATA LAUDO	DATA CONTÁBIL	AVALIADOR	VALOR AVALIADO	CONTAS RELACIONADAS	RECEITA	EFEITO NO EXERCÍCIO	
							SALDO ANTERIOR	SALDO ATUAL
Rua Hasdrubal Bellegard - Curitiba	16/12/2013		VALORY	R\$ 17.736.000,00	D - 123.6.04.02			
	30/12/2013	31/12/2013	CVI-PR	R\$ 26.419.113,00	C - 516.4.02.00	R\$ 3.025.212,71	R\$ 18.531.491,63	R\$ 21.556.704,34
	31/01/2014		AVALISUL	R\$ 20.515.000,00				
Terrenos Colíder - MS	24/12/2013	31/12/2013	SENAPE	R\$ 505.000,00	D - 123.6.04.02 C - 516.4.02.00	R\$ 255.335,40	R\$ 249.064,60	R\$ 505.000,00

4.3.5. OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

As operações de empréstimos com participantes apresentavam os seguintes saldos:

	31/12/2013	31/12/2012
Empréstimos a Participantes	93.504	94.513
(-) Provisão Para Perdas	(276)	(162)
Parcelas de Empréstimos a Receber	-	1.988
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS	93.228	96.339

O valor registrado a título de parcelas de empréstimos a receber refere-se às parcelas descontadas dos participantes ativos, no mês de dezembro de 2012, e repassada à Fundação pelas patrocinadoras no mês de janeiro de 2013. Em dezembro de 2013, o repasse foi efetuado dentro da competência.

Esse segmento acumulou em 2013 rentabilidade nominal de 13,58% no Plano Unificado de Benefício Definido e de 13,34% no Plano III. A rentabilidade real, ou seja, desconsiderada a inflação do período medida pelo INPC, foi de 7,60% para o Plano Unificado de Benefício Definido e 7,36% para o Plano III.

5. EXIGÍVEL OPERACIONAL

5.1. GESTÃO PREVIDENCIAL

	31/12/2013	31/12/2012
BENEFÍCIOS A PAGAR	10	6
RETENÇÕES A RECOLHER	5.053	4.466
OUTRAS EXIGIBILIDADES	4.202	3.226
TOTAL DA GESTÃO PREVIDENCIAL	9.265	7.698

A Conta “Outras Exigibilidades” registra, principalmente, pagamentos recusados e depósitos a identificar. Os primeiros são pagamentos efetivados e devolvidos pelo sistema bancário devido a alguma falha de processo e totalizavam R\$ 239 mil em dezembro de 2013 e R\$ 66 mil em dezembro de 2012. Após a correção da falha, o pagamento é reprocessado. Depósitos a identificar registra a contrapartida de recebimentos por via judicial, os quais dependem de identificação do processo de origem e classificação do tipo de receita e totalizavam R\$ 3.922 mil em dezembro de 2013 e R\$ 2.511 mil em dezembro de 2012.

5.2. GESTÃO ADMINISTRATIVA

	31/12/2013	31/12/2012
CONTAS A PAGAR	1.137	1.419
RETENÇÕES A RECOLHER	612	451
OUTRAS EXIGIBILIDADES	2.019	1.142
TOTAL DA GESTÃO ADMINISTRATIVA	3.768	3.012

Entre os compromissos correntes da Gestão Administrativa, “Contas a Pagar” registra os saldos de provisões e encargos da folha de pagamento de empregados e “Outras Exigibilidades” registra os compromissos com fornecedores e prestadores de serviços.

6. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

6.1. GESTÃO PREVIDENCIAL

Os saldos de contingências da gestão previdencial no valor de R\$ 110.499 mil em 31 de dezembro de 2013 e R\$ 63.692 mil em 31 de dezembro de 2012, referem-se à provisão para perdas em 100% dos 558 processos judiciais conhecidos até 2013 e classificados como de perda provável, entre as demandas judiciais de beneficiários, tanto de ações trabalhistas contra Patrocinadores, cuja eventual perda possa gerar reflexos financeiros no benefício, quanto de ações diretas contra a Fundação Copel, que solicitam revisão dos benefícios já concedidos.

6.2. GESTÃO ADMINISTRATIVA

Os saldos do passivo contingencial administrativo, de R\$ 5.053 mil em 31 de dezembro de 2013 e R\$ 3.492 em 31 de dezembro de 2012, devem-se às contingências de PIS e COFINS e à provisão para perdas em três ações trabalhistas de ex-empregados da Fundação Copel, classificadas juridicamente como de perda provável, registrada em dez/2013, no valor de R\$ 1.251 mil. Divulga-se a existência de outras três ações classificadas juridicamente como de perda possível com montante estimado em R\$ 165 mil.

As contingências de PIS e COFINS decorrem dos processos 2006.70.00.007295-7 e 2003.70.00.046819-0, nos quais a Fundação Copel discute a legalidade da cobrança desses tributos, por não possuir “faturamento” como base de cálculo do PIS (0,65%) e da COFINS (4%). A partir de março de 2006, a Entidade passou a depositar judicialmente os valores apurados de PIS e COFINS, reconhecendo provisão para contingências sobre a totalidade desses depósitos judiciais.

7. PATRIMÔNIO SOCIAL

7.1. PATRIMÔNIO DE COBERTURA DOS PLANOS

7.1.1. PROVISÕES MATEMÁTICAS

Provisões Matemáticas representa o valor presente das reservas de benefícios concedidos e a conceder, calculados com base no regulamento de cada um dos planos, incluindo as provisões necessárias para ajustes, de acordo com a Demonstração Atuarial – DA, emitida pelo atuário independente Mercer Consulting. O atuário independente faz a avaliação anual do plano e define o plano de custeio para o exercício seguinte.

Os saldos das Provisões Matemáticas, em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, correspondentes ao Plano Unificado de Benefício Definido e ao Plano Previdenciário III, apresentaram a seguinte composição consolidada:

BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	31/12/2013	31/12/2012
Plano Unificado	3.816.094	3.138.870
Plano III	1.071.782	569.272
	4.887.876	3.708.142
BENEFÍCIOS A CONCEDER	31/12/2013	31/12/2012
Geração Atual		
Plano Unificado - Programados	375.144	617.615
Plano III - Programados	1.157.351	1.496.437
(-) Contribuições Futuras - Plano Unificado - Programados	(2.965)	(2.535)
Plano Unificado - Não Programados	478	1.357
Plano III - Não Programados	97.606	162.043
(-) Contribuições Futuras - Plano Unificado - Não Programados	(61)	(134)
(-) Contribuições Futuras - Plano III - Não Programados	(34.461)	(65.213)
	1.593.092	2.209.570
TOTAL DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS	6.480.968	5.917.712

7.1.2. EQUILÍBRIO TÉCNICO

O saldo do Equilíbrio Técnico corresponde à suficiência patrimonial acumulada e transitória, constituída em reserva de contingência relativa aos planos de benefícios, como segue:

	31/12/2013	31/12/2012
PLANO UNIFICADO		
Superávit Técnico no início do exercício	482.248	433.975
Resultado líquido do exercício	(286.296)	48.273
SUPERÁVIT TÉCNICO NO FINAL DO EXERCÍCIO	195.952	482.248
PLANO III		
Superávit Técnico no início do exercício - Plano III-CV	88.394	46.308
Resultado líquido do exercício	(85.661)	42.086
SUPERÁVIT TÉCNICO NO FINAL DO EXERCÍCIO	2.733	88.394

Conforme artigo 20 da Lei Complementar nº 109/2001 e Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, o superávit apurado até o limite de vinte e cinco por cento das reservas matemáticas destina-se à constituição de Reserva de Contingência.

O superávit técnico acumulado tanto no Plano Unificado de Benefício Definido quanto no Plano Previdenciário III em 31 de dezembro de 2013 têm a destinação de dar cobertura a desvios desfavoráveis que possam vir a ocorrer em relação às hipóteses atuariais adotadas, em especial no que se refere à mortalidade e ao retorno dos investimentos.

A partir de dezembro de 2011, a Fundação adotou a tábua de mortalidade AT-2000 segregada por sexo, em substituição à tábua AT-83, por ser mais conservadora para mortalidade geral, implicando em aumento de aproximadamente 2,5 anos na expectativa de vida média dos homens e de aproximadamente 6,5 anos para as mulheres em relação à tábua anterior. Já em dezembro de 2013 passou a adotar as tábuas “Winklevoss” e “Álvaro Vindas” respectivamente para calcular atuarialmente a mortalidade de inválidos e a entrada em invalidez, em substituição às tábuas AT-49 e Light média, tendo em vista os melhores resultados obtidos nos testes de aderência à massa de participantes dos planos.

Em atendimento à Resolução CNPC nº 09/2012 e após apreciar estudo técnico elaborado pela Mercer Consulting, a Fundação Copel reduziu, em 31 de dezembro de 2013, a taxa de juros utilizada como taxa de desconto para apuração do valor presente dos fluxos de contribuições e benefícios, de 6% a.a. para 5,75% a.a. Essa medida conservadora projeta maior necessidade de provisões matemáticas e contribuiu significativamente para o resultado líquido negativo apurado no exercício para os dois planos previdenciários.

7.1.3. FUNDOS DA GESTÃO PREVIDENCIAL

Corresponde aos fundos do Plano Pecúlio e do Plano III, cujo acréscimo em 2013 foi de R\$ 1.881 mil, e no ano de 2012 foi de R\$ 5.250 mil.

O Fundo do Plano Pecúlio é constituído pela diferença entre as contribuições dos participantes (ativos e assistidos) e os benefícios pagos. O saldo era de R\$ 10.610 mil em 31 de dezembro de 2013, e de R\$ 9.916 mil em 31 de dezembro de 2012.

O Fundo do Plano III corresponde ao saldo da conta anteriormente denominada Oscilação de Riscos, no valor de R\$ 22.985 mil em 31 de dezembro de 2013, e de R\$ 21.798 em 31 de dezembro de 2012. Essa conta registra a reversão das contribuições das Patrocinadoras nos casos de resgate antecipado de reserva de poupança por parte de Participantes Ativos, e também a reversão do montante da reserva de poupança nos casos de falecimento do Participante Ativo que não deixe dependente(s) ou pessoa(s) designada(s), conforme previsto no regulamento do Plano.

7.1.4. FUNDOS DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

Correspondem aos fundos constituídos com a diferença positiva apurada entre as receitas, despesas e resultado dos investimentos da Gestão Administrativa, destinados a atender aos gastos administrativos dos planos previdenciários da Fundação Copel:

	31/12/2013	31/12/2012
PARTICIPAÇÃO DO PLANO UNIFICADO NO PGA	292	161
PARTICIPAÇÃO DO PLANO III NO PGA	34.697	35.826
PARTICIPAÇÃO DO PLANO PECÚLIO NO PGA	83	26
FUNDO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA-PGA	35.072	36.013

8. Recursos coletados pela
GESTÃO PREVIDENCIAL

	31/12/2013	31/12/2012
CORRENTES		
Patrocinadoras	84.890	71.840
Participantes	95.932	80.767
Autofinanciados	1.863	1.362
Outros Recursos Correntes	42	22
	182.727	153.991
CONTRIBUIÇÕES CONTRATADAS	-	131.377
PORTABILIDADE	723	1.005
OUTROS RECURSOS COLETADOS	48.598	60.114
TOTAL DOS RECURSOS COLETADOS	232.048	346.487

A contribuição para custeio administrativo faz parte dos recursos correntes coletados e é registrada como destinação de recursos para a Gestão Administrativa, no valor de R\$ 11.987 mil em 2013, e de R\$ 7.410 mil em 2012.

A conta “Outros Recursos Coletados” passou a registrar, a partir de dezembro de 2012, os valores provisionados como recursos a receber das Patrocinadoras referentes às eventuais perdas em demandas trabalhistas que resultem em revisão dos benefícios concedidos, no valor de R\$ 32.874 mil em 2013 e R\$ 59.979 mil em 2012.

9. Recursos utilizados pela
GESTÃO PREVIDENCIAL

	31/12/2013	31/12/2012
CORRENTES		
Benefícios de Prestação Continuada	343.435	306.453
Benefícios de Prestação Única	7.709	6.715
	351.144	313.168
RESGATE DE RESERVAS	1.966	1.266
PORTABILIDADE	82	93
PROVISÃO P/CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	-	131.377
OUTRAS DEDUÇÕES	798	3.130
TOTAL DOS RECURSOS UTILIZADOS	353.990	449.034

A provisão para créditos de liquidação duvidosa refere-se ao Instrumento Particular de Ajuste das Reservas Matemáticas dos Planos Previdenciários Básico e Complementar cujo saldo foi revertido em dezembro de 2012 contra a provisão ativa.

A conta “Outras Deduções” passou a registrar, a partir de janeiro de 2013, os gastos com tarifas de Custódia dos Investimentos, anteriormente apropriados à Gestão Administrativa, com o objetivo de melhor evidenciar o resultado líquido dos Planos.

10. GESTÃO ADMINISTRATIVA

10.1. CUSTEIO ADMINISTRATIVO

De acordo com o artigo 6º da Resolução CGPC nº 29/09, o montante anual de recursos destinados ao plano de gestão administrativa não poderá exceder a 1% do montante dos recursos garantidores dos planos de benefícios (taxa de administração) ou 9% da soma das contribuições e dos benefícios dos planos (taxa de carregamento).

O Conselho Deliberativo estabeleceu o limite anual de 3% até 2013 e 5% a partir de 2014, para a taxa de carregamento da entidade, sendo que em 2013 o resultado foi de 2,40% e no ano de 2012 foi de 2,01%.

O Plano de Gestão Administrativa - PGA compreende as despesas com administração da Gestão Previdencial e da Gestão Assistencial, além do Fluxo dos Investimentos.

A Fundação Copel elaborou sistema de distribuição das despesas administrativas por Centros de Custos de atividades, os quais foram classificados como diretos e indiretos, a saber: os diretos são aqueles em que são alocados os gastos exclusivos da administração direta dos Planos; os indiretos alocam os demais gastos de administração da Entidade e são rateados de acordo com o grau de comprometimento das atividades em relação aos Planos.

As despesas administrativas são segregadas aos Planos de Benefícios Previdenciários conforme a participação de cada um deles nos investimentos (despesas de administração de investimentos) e de acordo com o número de participantes de cada plano (despesas de administração previdenciária).

O custeio administrativo do Plano Unificado e do Plano III é coberto por contribuições das Patrocinadoras, Participantes e Assistidos, conforme definido no plano de custeio do Demonstrativo da Avaliação Atuarial de cada plano de benefícios, emitido pelo atuário externo Mercer Consulting.

O custeio administrativo do Plano Pecúlio está incluso no valor do prêmio. Até março/2013 foi transferido a esse título o montante equivalente a 2% das contribuições ao plano. A partir de abril/2013, esse percentual passou para 3%, conforme plano de custeio definido na avaliação atuarial.

O custeio administrativo assistencial está incluso nas contraprestações mensais e o Plano Assistencial faz o reembolso direto do montante das despesas de administração assistencial apuradas pelo Plano de Gestão Administrativa – PGA.

11. GESTÃO ASSISTENCIAL

11.1. ATIVOS E PASSIVOS DA GESTÃO ASSISTENCIAL

O Balanço Patrimonial consolidado, elaborado conforme o padrão estabelecido nos normativos contábeis emanados da PREVIC apresenta apenas os totais do Ativo e do Passivo assistenciais, porém, existem transações entre as Gestões e estas são consolidadas por ocasião da elaboração do balanço. Apresenta-se abaixo o quadro de conciliação entre os totais do Balanço Consolidado e do Balanço elaborado no padrão da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS:

	31/12/2013	31/12/2012
ATIVO		
Demonstrações PREVIC	156.013	158.264
Montante a Receber da Gestão Previdencial	1	82
DEMONSTRAÇÕES ANS	156.014	158.346
PASSIVO		
Demonstrações PREVIC	154.220	156.540
Montante a Pagar para a Gestão Administrativa	1.794	1.806
DEMONSTRAÇÕES ANS	156.014	158.346

12. OUTRAS INFORMAÇÕES

12.1. ELIMINAÇÕES DECORRENTES DO PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A operação e administração totalmente segregadas dos Planos Previdenciários, da Gestão Administrativa e do Plano PROSAUDE frequentemente criam situações em que um plano pode ter, temporariamente, créditos ou débitos em relação a outro(s) plano(s), os quais são apropriados na devida data de competência e financeiramente quitados no menor prazo possível.

Por ocasião da elaboração das Demonstrações Consolidadas da Entidade, esses saldos são eliminados, já que são débitos e créditos que se anulam, permitindo que as Demonstrações Consolidadas representem fielmente os saldos dos Bens, Direitos e Compromissos da Entidade.

O quadro a seguir apresenta o conjunto dos Balanços por Plano/Gestão e as eliminações necessárias para se chegar ao Balanço Consolidado de 2013:

	PLANO UNIFICADO	PLANO III	PLANO PECÚLIO	PGA	ASSISTENCIAL	Eliminações	BALANÇO CONSOLIDADO
ATIVO	4.480.356	2.378.561	10.831	43.894	156.014	(38.531)	7.031.125
DISPONÍVEL	67	420	6	28	-	-	521
REALIZÁVEL	4.480.289	2.378.141	10.825	38.089	-	(38.530)	6.868.814
GESTÃO PREVIDENCIAL	78.932	23.755	-	-	-	(68)	102.619
Recursos a Receber	-	963	-	-	-	-	963
Adiantamentos	78	-	-	-	-	-	78
Depósitos Judiciais	1.044	948	-	-	-	-	1.992
Outros Realizáveis	77.810	21.844	-	-	-	(68)	99.586
GESTÃO ADMINISTRATIVA	292	34.697	83	7.948	-	(38.462)	4.558
Participação fundo Administrativo	292	34.697	83	-	-	(35.072)	-
Contas a Receber	-	-	-	454	-	-	454
Despesas Antecipadas	-	-	-	20	-	-	20
Depósitos Judiciais	-	-	-	3.985	-	-	3.985
Outros Realizáveis	-	-	-	3.489	-	(3.390)	99
INVESTIMENTOS	4.401.065	2.319.689	10.742	30.141	-	-	6.761.637
PERMANENTE	-	-	-	5.777	-	-	5.777
GESTÃO ASSISTENCIAL	-	-	-	-	156.014	(1)	156.013
PASSIVO	4.480.356	2.378.561	10.831	43.894	156.014	(38.531)	7.031.125
EXIGÍVEL OPERACIONAL	5.717	5.074	138	3.769	-	(1.665)	13.033
GESTÃO PREVIDENCIAL	5.717	5.074	138	-	-	(1.664)	9.265
Benefícios a Pagar	7	3	-	-	-	-	10
Retenções a Recolher	4.407	646	-	-	-	-	5.053
Outras Exigibilidades	1.303	4.425	138	-	-	(1.664)	4.202
GESTÃO ADMINISTRATIVA	-	-	-	3.769	-	(1)	3.768
Contas a Pagar	-	-	-	1.138	-	-	1.138
Retenções a Recolher	-	-	-	612	-	-	612
Outras Exigibilidades	-	-	-	2.019	-	(1)	2.018
INVESTIMENTOS	-	-	-	-	-	-	-
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	89.704	20.795	-	5.053	-	-	115.552
GESTÃO PREVIDENCIAL	89.704	20.795	-	-	-	-	110.499
GESTÃO ADMINISTRATIVA	-	-	-	5.053	-	-	5.053
PATRIMÔNIO SOCIAL	4.384.935	2.352.692	10.693	35.072	-	(35.072)	6.748.320
PATRIMÔNIO COBERTURA PLANO	4.384.643	2.295.010	-	-	-	-	6.679.653
PROVISÕES MATEMÁTICAS	4.188.691	2.292.277	-	-	-	-	6.480.968
EQUILÍBRIO TÉCNICO	195.952	2.733	-	-	-	-	198.685
FUNDOS	292	57.682	10.693	35.072	-	(35.072)	68.667
Fundos Previdenciais	-	22.985	10.610	-	-	-	33.595
Fundos Administrativos	292	34.697	83	35.072	-	(35.072)	35.072
GESTÃO ASSISTENCIAL	-	-	-	-	156.014	(1.794)	154.220

Os saldos de Outros Realizáveis e Outras Exigibilidades entre as Gestões Previdencial Administrativa e Assistencial referem-se a, por exemplo, contribuições e despesas dos planos cobradas via folha de aposentados, ou despesas pagas pela gestão administrativa comum que são objeto de rateio no sistema de distribuição de custos. Esses valores são apropriados por competência e quitados financeiramente logo após o encerramento contábil mensal.

12.2. AÇÃO JUDICIAL SOBRE OS EXPURGOS INFLACIONÁRIOS INCIDENTES SOBRE OFND

A ABRAPP – Associação Brasileira das Entidades de Previdência Privada, representando suas associadas, ajuizou, em junho de 1986, ação contra o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDES e contra o Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND, questionando a mudança de critério de correção de títulos adquiridos por força do Decreto-Lei nº 2.228, de 23/07/1986 e da Resolução nº 1, de 09/04/1987.

A diferença de correção monetária requerida refere-se ao período de abril/1990 a fevereiro/1991, em virtude da substituição do índice de atualização do IPC – Índice de Preços ao Consumidor para o BTN – Bônus do Tesouro Nacional. A Ação foi julgada favorável à ABRAPP e, em 29 de novembro de 2010, foi emitida a certidão de trânsito em julgado.

A Fundação Copel, como associada da ABRAPP faz parte dessa ação e decidiu, com base no princípio contábil da prudência, não registrar os valores provenientes da ação contra o FND por entender que, apesar do trânsito em julgado, ainda não há uma estimativa confiável dos valores que serão recebidos e nem de quando tal fato ocorrerá.

12.3. SEGUROS

Os valores segurados são determinados e contratados com base em avaliação técnica e são considerados suficientes (afirmação não auditada pelos auditores independentes) para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros (incêndio, raio e explosão) envolvendo as edificações de propriedade da Fundação.

12.4. AÇÕES JUDICIAIS CÍVEIS E TRABALHISTAS

Todas as reclamações trabalhistas de ex-empregados das patrocinadoras da Fundação Copel, que recebem benefícios desta, e que resultem em ganhos de natureza salarial, geram reflexos na renda dos benefícios previdenciários. Conforme estabelece o contrato de adesão aos planos previdenciários, as patrocinadoras assumem os encargos decorrentes do recálculo do benefício, tanto em relação aos valores retroativos, calculados conforme a sentença judicial, quanto à reserva matemática necessária para garantir o benefício futuro.

Não obstante essa garantia, a Fundação Copel desenvolveu, a partir do exercício de 2012, plano de ação para classificar e mensurar os reflexos financeiros das referidas ações trabalhistas nas reservas matemáticas. Para os 558 processos conhecidos até 2013 e classificados juridicamente como de perda provável foram constituídas provisões de passivos (nota 6.1) e ativos (nota 4.1) contingentes, já que essas perdas, se ocorrerem, serão integralmente reembolsadas pelas patrocinadoras. As provisões para perdas com tais processos em 2013 totalizam R\$ 72.058 mil no Plano Unificado de Benefício Definido e R\$ 20.795 mil no Plano III.

As reclamações trabalhistas classificadas como de perda possível, no total de 27 ações em 2013 (221 em 2012), tem montante estimado em R\$ 781 mil para o Plano Unificado de Benefício Definido e R\$ 120 mil para o Plano III. A redução considerável em relação ao ano de 2012, tanto no número de ações quanto nos montantes estimados, deve-se ao fato principal da reclassificação da maioria das ações para perda provável.

As demandas judiciais diretas contra a Fundação Copel, que buscam, por diversos motivos, a revisão de benefícios já concedidos no Plano Unificado de Benefício Definido, também foram valoradas e classificadas, sendo provisionado o montante de R\$ 17.646 referente a 227 ações conhecidas até 2013 (R\$ 3.713 mil referente a 29 ações em 2012). Outras 6 ações judiciais com risco de perda possível têm montante estimado em R\$ 250 mil em 2013 (R\$ 342 mil referente a 7 ações em 2012). Tais demandas, se perdidas, não serão objeto de reembolso pelas Patrocinadoras, portanto não há provisão de receita equivalente.

12.5. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

A Fundação Copel teve sua imunidade tributária reconhecida em 1985 perante a 3ª Vara de Justiça Federal de Curitiba e confirmada, posteriormente, pelo Plenário do extinto Superior Tribunal de Justiça - STJ, com trânsito em julgado em 08 de março de 1989.

A ação requerida na vigência da Constituição Federal de 1967 protegeu a Fundação Copel quanto à tributação relativa ao imposto de renda na fonte decorrente do Decreto-Lei nº 2.065/83, tendo sido confirmada a sentença em todas as instâncias superiores. Ficou ali assentado também que a imunidade que a protegia estendia-se não só ao citado Decreto-Lei, como também a outros diplomas legais de natureza ordinária que viessem a substituí-lo (julgado em 27 de março de 1985, com trânsito em julgado em 19 de agosto de 1991, na AC nº 93.04.24424-2-PR).

Conforme o artigo 17 da Instrução Normativa nº 588 de 21 de dezembro de 2005, publicada no Diário Oficial da União em 26 de dezembro de 2005, as entidades de previdência complementar sem fins lucrativos não estão sujeitas ao imposto sobre a renda devido pelas pessoas jurídicas.

Curitiba, 07 de março de 2014.

PAULO CÉZAR DA SILVA MACHADO
Diretor de Administração e Seguridade

JOSÉ CARLOS LAKOSKI
Diretor Financeiro

ANTONIO SÉRGIO DE SOUZA GUETTER
Presidente

JOÃO MARIA DA SILVA DE LIMA
Contador CO.CRC-PR 30444/O-3

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos
Administradores, Conselheiros, Patrocinadoras e Participantes da
FUNDAÇÃO COPEL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Curitiba - PR.

Introdução

Examinamos as demonstrações contábeis da **FUNDAÇÃO COPEL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL** ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, e das provisões técnicas do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis da Entidade. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **FUNDAÇÃO COPEL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL** e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2013 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa 03, a contabilidade da Gestão Assistencial é mantida segregada das demais gestões, o que possibilita a identificação e independência do patrimônio e sua aderência à legislação aplicável ao setor de saúde suplementar. Em consonância as disposições previstas na legislação, tais valores são apresentados no Balanço Consolidado apenas pelos seus totais de ativos e passivos. Uma vez que estes seguem uma estrutura contábil específica definida pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, sendo, inclusive, objeto de auditoria. Em 07 de março de 2014, emitimos relatório contendo modificação quanto à ausência de conciliação dos valores mantidos em determinadas rubricas, bem como de conciliação entre os registros auxiliares utilizados para controle e os saldos contábeis, não sendo possível aplicarmos procedimentos de auditoria que nos permitissem concluir quanto à adequação dos saldos apresentados.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, são oriundos das demonstrações contábeis anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 28 de janeiro de 2013, que não conteve nenhuma modificação.

Maringá - PR, 07 de março de 2014.

BEZ & Associados Auditores Independentes S/S
CRC PR 5.010/O-2

Marco Antônio Harger Lückmann

Marco Antônio Harger Lückmann
Contador
CRC SC 023.456/O-6 T - PR

PARECER DO CONSELHO FISCAL

FUNDAÇÃO COPEL



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da FUNDAÇÃO COPEL de Previdência e Assistência Social, abaixo assinados, no cumprimento das disposições legais e estatutárias, assistidos pelo Contador da entidade, João Maria da Silva de Lima, tendo procedido a verificação do Balanço Patrimonial, Demonstração Consolidada da Mutação do Patrimônio Social, Demonstração Consolidada do Plano de Gestão Administrativa, Demonstrações do Ativo Líquido, Demonstrações da Mutação do Ativo Líquido, e Demonstrações das Provisões Técnicas dos planos de benefícios, Realização Orçamentária e Notas Explicativas correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e, em conformidade com o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações contábeis, são de parecer que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pelo Conselho Deliberativo desta Fundação.

Curitiba, 25 de março de 2014.

Rosilene Fiorese Schreiber
Rosilene Fiorese Schreiber

José Mauro Oliveira Domingues
José Mauro Oliveira Domingues

Itamar Pinto Paz
Itamar Pinto Paz

Breno Pascualote Lemos
Breno Pascualote Lemos

PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

FUNDAÇÃO COPEL



MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

Os membros do Conselho Deliberativo da Fundação COPEL de Previdência e Assistência Social, presentes à 191ª Reunião Ordinária, realizada no dia 28 de março de 2014, no cumprimento das disposições legais e estatutárias, e depois de terem sido apresentados todos os aspectos relevantes da prestação de contas da Diretoria Executiva, constituída de: Balanço Patrimonial, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidado, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidada, Realização Orçamentária e Notas Explicativas correspondentes ao exercício findo em 31/12/2013 e considerando todos os pontos contidos nos pareceres da auditoria externa, BEZ & Associados Auditores Independentes, e do Conselho Fiscal da Entidade, decidiram unanimemente pela sua aprovação.

Curitiba, 28 de março de 2014.

OTTO ARMIN DOETZER

AMILTON PAULO DE OLIVEIRA

CARLOS EDUARDO FELSKY

MAXIMILIANO ANDRES ORFALI

AMÉRICO ANTONIO GAION

RAFAEL BURAKOVSKI

Informações de INVESTIMENTOS

A Política de Investimentos visa definir as diretrizes e parâmetros que devem reger a alocação e gestão dos investimentos do Plano PGA, gerido pela Fundação Copel, nos diversos segmentos de aplicação. A política é elaborada com vistas a promover a segurança, liquidez e rentabilidade necessárias para manter o equilíbrio do plano e assegurar a constituição de reservas suficientes para atingir o objetivo do plano.

A construção da política leva em consideração o cenário econômico atual e projetado para 60 meses e o princípio da diversificação.

Os limites e critérios, aqui apresentados, estão fundamentados na Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, legislação que estabelece as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores das Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

As diretrizes, ora estabelecidas, são complementares àquelas definidas pela Resolução CMN nº 3.792, não estando os administradores ou gestores, em nenhuma hipótese, dispensados de observar as regras, restrições e condições estabelecidas pela legislação aplicável, ainda que estas não estejam transcritas neste documento.

A Política de Investimentos será revisada sempre que houver necessidade, sob coordenação da Diretoria Executiva, sendo encaminhada à apreciação e recomendação do Comitê de Investimentos e aprovação pelo Conselho Deliberativo.

A elaboração desta Política de Investimento foi conduzida pela Diretoria Executiva, submetida ao Comitê de Investimentos e aprovada pelo Conselho Deliberativo, conforme Ata da 208ª Reunião Extraordinária de 30/10/2013. As diretrizes, aqui definidas, entram em vigor em 31 de outubro de 2013.

Informações detalhadas

PLANO III

Informações FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO PREVIDENCIÁRIO III
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
E 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2013	31/12/2012	Variação (%)
1. Ativos	2.378.561	2.353.089	1,08%
Disponível	419	280	49,64%
Receível	58.453	84.170	-30,55%
Investimentos	2.319.689	2.268.639	2,25%
Títulos Públicos	794.646	658.736	20,63%
Créditos Privados e Depósitos	494.572	529.072	-6,52%
Ações	227.347	241.598	-5,90%
Fundos de Investimento	714.321	752.039	-5,02%
Investimentos Imobiliários	22.108	17.032	29,80%
Empréstimos	66.695	70.162	-4,94%
2. Obrigações	25.870	44.532	-41,91%
Operacional	5.074	10.861	-53,28%
Contingencial	20.796	33.671	-38,24%
3. Fundos não Previdenciais	34.697	35.827	-3,15%
Fundos Administrativos	34.697	35.827	-3,15%
5. Ativo Líquido (1-2-3)	2.317.994	2.272.730	1,99%
Provisões Matemáticas	2.292.276	2.162.538	6,00%
Superávit/(Déficit) Técnico Acumulado	2.733	88.394	-96,91%
Fundos Previdenciais	22.985	21.798	5,45%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO
PREVIDENCIÁRIO III PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2013	31/12/2012	Variação (%)
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	2.272.730	1.853.973	22,59%
1. Adições	146.984	500.078	-70,61%
Contribuições	146.984	155.890	-5,71%
Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	-	344.188	-100,00%
2. Destinações	(101.720)	(81.321)	25,08%
Benefícios	(58.781)	(44.163)	33,10%
Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	(35.994)	-	100,00%
Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	-	(33.671)	-100,00%
Custeio Administrativo	(6.945)	(3.487)	99,17%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	45.264	418.757	-89,19%
Provisões Matemáticas	129.738	372.180	-65,14%
Fundos Previdenciais	1.187	4.491	-73,57%
Superávit/(Déficit) Técnico do Exercício	(85.661)	42.086	-303,54%
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3)	2.317.994	2.272.730	1,99%
C) Fundos não Previdenciais	34.697	35.827	-3,15%
Fundos Administrativos	34.697	35.827	-3,15%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO
PREVIDENCIÁRIO III PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2013	31/12/2012	Variação (%)
PROVISÕES TÉCNICAS	2.343.864	2.317.263	1,15%
1. PROVISÕES MATEMÁTICAS	2.292.277	2.162.539	6,00%
1.1 Benefícios Concedidos	1.071.782	569.272	88,27%
Benefício Definido	1.071.782	569.272	88,27%
1.2 Benefícios a Conceder	1.220.495	1.593.267	-23,40%
Contribuição Definida	1.157.351	1.496.437	-22,66%
Saldo de Contas - Parcela Patrocinadores	564.068	731.857	-22,93%
Saldo de Contas - Parcela Participantes	593.283	764.580	-22,40%
Benefício Definido	63.144	96.830	-34,79%
2. EQUILÍBRIO TÉCNICO	2.733	88.394	-96,91%
2.1 Resultados Realizados	2.733	88.394	-96,91%
Superávit Técnico Acumulado	2.733	88.394	-96,91%
Reserva de Contingência	2.733	88.394	-96,91%
3. FUNDOS	22.985	21.798	5,45%
3.1 Fundos Previdenciais	22.985	21.798	5,45%
4. EXIGÍVEL OPERACIONAL	5.074	10.861	-53,28%
4.1 Gestão Previdencial	5.074	3.883	30,67%
4.2 Investimentos - Gestão Previdencial	-	6.978	-100%
5. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	20.795	33.671	-38,24%
5.1 Gestão Previdencial	20.795	33.671	-38,24%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Informações de
INVESTIMENTOS

A Política de Investimentos visa definir as diretrizes e parâmetros que devem reger a alocação e gestão dos investimentos do Plano III, gerido pela Fundação Copel, nos diversos segmentos de aplicação. A política é elaborada com vistas a promover a segurança, liquidez e rentabilidade necessárias para manter o equilíbrio do plano e assegurar a constituição de reservas suficientes para atingir o objetivo de pagar benefícios previdenciários aos participantes.

A construção da política leva em consideração o cenário econômico atual e projetado para 6o meses, o princípio da diversificação e a estratégia de macroalocação de ativos, que é parametrizada com base nos compromissos atuariais (ALM – Asset Liability Management).

Os limites e critérios, aqui apresentados, estão fundamentados na Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, legislação que estabelece as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores das Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

As diretrizes, ora estabelecidas, são complementares àquelas definidas pela Resolução CMN nº 3.792, não estando os administradores ou gestores, em nenhuma hipótese, dispensados de observar as regras, restrições e condições estabelecidas pela legislação aplicável, ainda que estas não estejam transcritas neste documento.

A Política de Investimentos será revisada sempre que houver necessidade, sob coordenação da Diretoria Executiva, sendo encaminhada à apreciação e recomendação do Comitê de Investimentos e aprovação pelo Conselho Deliberativo.

A elaboração desta Política de Investimento foi conduzida pela Diretoria Executiva, submetida ao Comitê de Investimentos e aprovada pelo Conselho Deliberativo, conforme Ata da 208ª Reunião Extraordinária de 30/10/2013. As diretrizes, aqui definidas, entram em vigor em 31 de outubro de 2013.

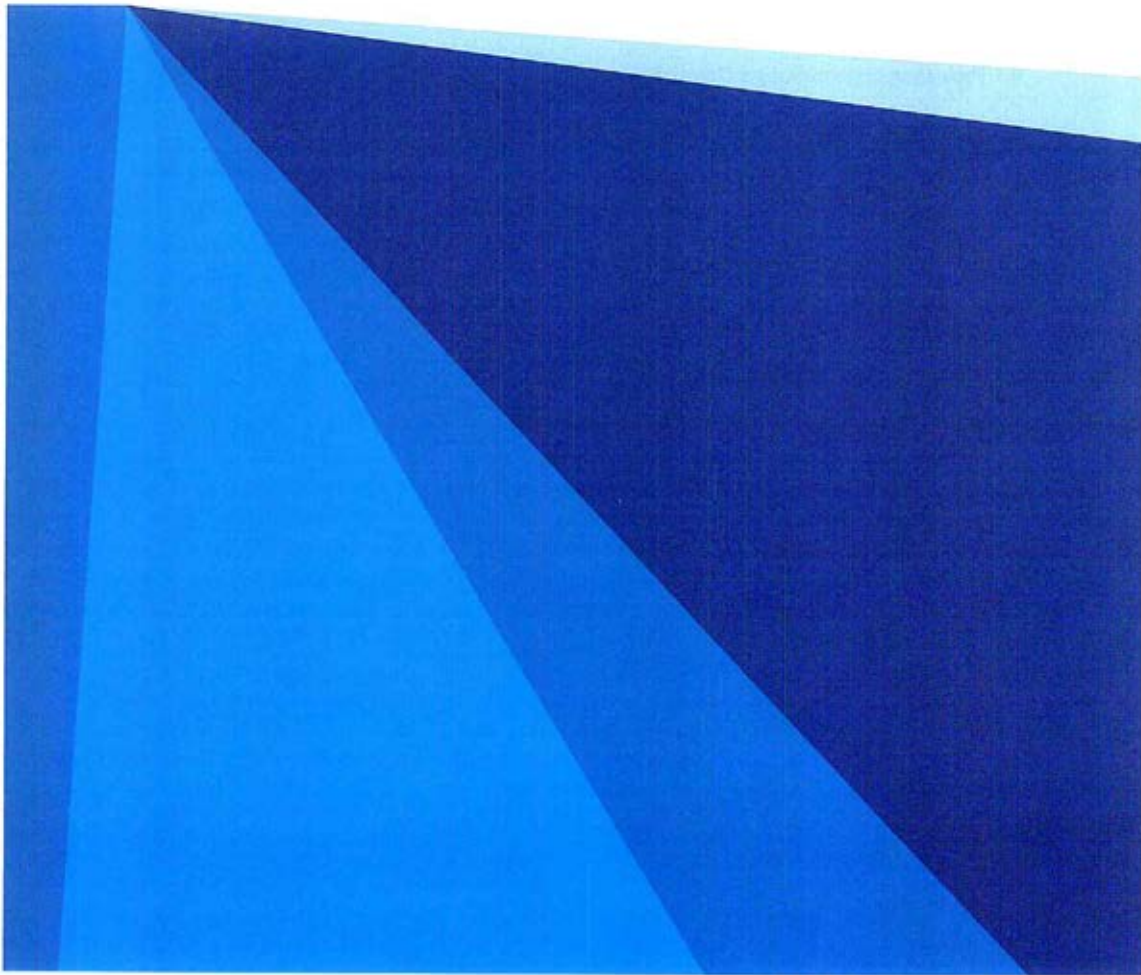


TALENT • HEALTH • RETIREMENT • INVESTMENTS

FUNDAÇÃO COPEL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS III

PARECER ATUARIAL DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2013

SÃO PAULO, 20 DE MARÇO DE 2014



PARECER ATUARIAL – PLANO DE BENEFÍCIOS
PREVIDENCIÁRIOS III

FUNDAÇÃO COPEL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTEÚDO

1. Introdução e Objetivos	1
2. Dados Cadastrais	3
• Participantes Ativos.....	3
• Participantes Autopatrocinados	4
• Participantes em Benefício Proporcional Diferido.....	4
• Participantes Aposentados e Pensionistas.....	4
3. Hipóteses, Regimes Financeiros e Métodos Atuariais Utilizados	5
4. Provisões Matemáticas e Outras Rubricas.....	10
5. Plano de Custeio.....	13
• Custos.....	13
• Contribuições	14
6. Limite Legal das Despesas	18
7. Conclusão.....	19

1

Introdução e Objetivos

Na qualidade de atuário oficial do Plano de Benefícios Previdenciários III (Plano III), CNPB nº 19.980.052-83, patrocinado pelas empresas Copel Distribuição S.A; Copel Geração e Transmissão S.A; Copel Telecomunicações S.A., COPEL - Companhia Paranaense de Energia S.A., Copel Participações S.A, Companhia Paranaense de Gás COMPAGÁS, Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento LACTEC, Tradener Ltda., Escoeletric Ltda. e Fundação COPEL de Previdência e Assistência Social, e administrado pela Fundação COPEL de Previdência e Assistência Social (Fundação COPEL), preparamos este relatório técnico (Parecer Atuarial) que contém as principais informações e resultados da avaliação atuarial do referido plano de benefícios, realizada pela Mercer Human Resource Consulting Ltda. (Mercer) para fins de encerramento do exercício de 2013 da Fundação COPEL.

Este Parecer Atuarial, que é parte integrante da DA – Demonstração Atuarial de 31/12/2013, a ser enviada para o Governo Brasileiro até 31/03/2014, foi elaborado para a Fundação COPEL, e:

1. Não alcança ou considera quaisquer outros benefícios, administrados por ela ou não, além daqueles previstos no Plano III;
2. Deve ser utilizado somente para fins de cumprimento das obrigações legais de encerramento de exercício emanadas dos órgãos regulador e fiscalizador do sistema fechado de previdência complementar no Brasil, ou seja, o Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

Registramos que os resultados apresentados no capítulo 4 deste Parecer Atuarial já foram antecipados para os auditores contábeis da Fundação COPEL, por meio de documento datado de 5 de março de 2014.

O Plano III está estruturado na modalidade de contribuição variável e encontra-se aberto para novas inscrições de participantes e seus dependentes em 31/12/2013.

Para a obtenção dos resultados atuariais acima mencionados são utilizadas inúmeras premissas, atuariais e financeiras, que traduzem expectativas sobre o comportamento do Plano III ao longo do tempo, e que podem ou não acontecer. Desta forma, qualquer interpretação ou tomada de decisão baseadas nesses resultados devem considerar e respeitar todas as ressalvas, orientações e recomendações aqui apresentadas. A Mercer não se responsabiliza por decisões tomadas sem a observação cuidadosa do apresentado neste Parecer Atuarial ou pelas consequências decorrentes de sua utilização para outros fins que não os já referidos.

Permanecerá sempre com a Fundação COPEL e/ou suas patrocinadoras a responsabilidade pela execução das determinações contidas neste Parecer Atuarial, como, por exemplo, a guarda e arquivo deste documento, o cumprimento do plano de custeio apresentado, o registro contábil das informações pertinentes, etc.

Por fim, cabe registrar que a reprodução total deste documento é permitida, desde que citada a fonte. Entretanto, reproduções parciais de seu conteúdo dependem de prévia autorização da Mercer, por escrito, sendo obrigatório, nesses casos, o esclarecimento de que se trata de reprodução elaborada por terceiros.

2

Dados Cadastrais

Os dados individuais dos participantes, dependentes e pensionistas utilizados neste estudo foram fornecidos pela Fundação COPEL à Mercer, que, após a realização de testes de inconsistência apropriados e eventuais acertos efetuados em conjunto entre as partes, considerou-os adequados para os propósitos desta avaliação atuarial. A data-base desses dados foi 31/07/2013.

A análise de inconsistências efetuada pela Mercer objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo, de tal análise, a garantia de que todas as distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com a Fundação COPEL e suas patrocinadoras, a responsabilidade plena por quaisquer imprecisões remanescentes.

Nas tabelas a seguir estão resumidas as principais características do grupo avaliado na data-base dos dados. Também, para fins de comparação e análise, são apresentadas as mesmas informações para o ano anterior, cuja data-base foi 31/07/2012. Para melhor entendimento das informações apresentadas, vale destacar que:

1. A quantidade de registros cadastrais e as estatísticas sobre idade ou tempo médio estão na data-base dos dados de cada ano, ou seja, 31/07/2013 e 31/07/2012;
2. Os valores monetários referentes aos participantes (ativos, autopatrocinados, aposentados, pensionistas, etc.) são aqueles dos arquivos de dados originais. Para os participantes ativos e autopatrocinados tais valores estão posicionados no dissídio anterior a 31/07/2013 ou 31/07/2012, conforme o caso. Para os participantes aposentados e pensionistas estes valores foram corrigidos pela Fundação COPEL desde o dissídio anterior até 31/07/2013 ou 31/07/2012, conforme aplicável. Entretanto, para fins dos cálculos atuariais, todos os valores monetários são atualizados para a data-base da respectiva avaliação atuarial e apresentados no conceito de capacidade;
3. Foi considerado o grupo familiar de cada ex-participante, de tal forma que viúva(o) e filhos de um mesmo ex-participante correspondessem a um pensionista.

Participantes Ativos

Descrição	07/2013	07/2012
– Número	9.984	10.108
– Idade Média	39,8 anos	39,6 anos
– Tempo Médio de Serviço na Patrocinadora	12,0 anos	12,2 anos
– Salário de Participação Médio Mensal	R\$ 5.517	R\$ 4.987
– Folha Anual do Salário de Participação (13x)	R\$ 716.114.457	R\$ 655.165.443

Participantes Autopatrocinados

Descrição	07/2013	07/2012
– Número	588	518
– Idade Média	35,9 anos	35,9 anos
– Tempo Médio de Serviço na Patrocinadora	8,4 anos	8,4 anos
– Salário de Participação Médio Mensal	R\$ 3.417	R\$ 2.602
– Folha Anual do Salário de Participação (13x)	R\$ 26.120.048	R\$ 17.523.041

Participantes em Benefício Proporcional Diferido

Descrição	07/2013	07/2012
– Número	132	116
– Idade Média	41,7 anos	42,4 anos
– Benefício Mensal Médio	„	„

„ O valor do benefício será apurado na data de início do seu pagamento, conforme previsto no regulamento do Plano III.

Participantes Aposentados e Pensionistas

Descrição	07/2013	07/2012
– Aposentados		
▪ Número	2.294	1.881
▪ Idade Média	58,4 anos	58,1 anos
▪ Benefício Médio Mensal	R\$ 1.678	R\$ 1.476
▪ Folha Anual de Benefícios (13x)	R\$ 50.041.316	R\$ 36.092.628
– Aposentados Inválidos		
▪ Número	152	147
▪ Idade Média	53,6 anos	52,9 anos
▪ Benefício Médio Mensal	R\$ 968	R\$ 887
▪ Folha Anual de Benefícios (13x)	R\$ 1.912.768	R\$ 1.695.057
– Pensionistas		
▪ Número	170	159
▪ Idade Média	51,5 anos	55,0 anos
▪ Benefício Médio Mensal	R\$ 1.229	R\$ 1.117
▪ Folha Anual de Benefícios (13x)	R\$ 2.716.090	R\$ 2.308.839
– Total		
▪ Número	2.616	2.187
▪ Idade Média	58,0 anos	57,5 anos
▪ Benefício Médio Mensal	R\$ 1.607	R\$ 1.410
▪ Folha Anual de Benefícios (13x)	R\$ 54.670.174	R\$ 40.096.524

3

Hipóteses, Regimes Financeiros e Métodos Atuariais Utilizados

Uma avaliação atuarial de um plano de benefícios é um estudo técnico que tem por objetivo principal estimar, na data de seu cálculo, os custos normais (i.e., as contribuições esperadas para o próximo exercício) e reservas/provisões matemáticas deste plano (i.e., os valores atualizados dos custos normais que já deveriam ter sido acumulados em períodos passados), devendo incluir tanto os compromissos com os benefícios já sendo pagos, quanto àqueles referentes aos benefícios esperados dos participantes que ainda completarão as condições exigidas para tal.

Assim sendo, podemos entender a reserva/provisão matemática como o valor monetário que se espera seja acumulado, via pagamento do custo normal de cada ano, para que se possam honrar os compromissos com o pagamento dos benefícios aos participantes, a partir da data em que forem devidos.

A forma como os custos normais e reservas/provisões matemáticas são estimados é resultado direto do método atuarial escolhido. Em outras palavras, é o método atuarial que determina como os custos normais são calculados e a forma com que são acumulados nas reservas/provisões matemáticas. Há métodos que estabelecem custos normais menores no começo do período de acumulação (i.e., o tempo de serviço total do participante), e que aumentam significativamente ao longo do tempo. Há outros métodos que estabelecem custos normais mais nivelados ao longo de todo o período de acumulação das reservas/provisões matemáticas. No entanto, é importante destacar que o valor da reserva/provisão matemática calculado na data de início de pagamento de um dado benefício independe do método atuarial utilizado, ou seja, todos os métodos têm como resultado o mesmo valor de reserva/provisão matemática a partir da data de início de pagamento do benefício.

Para esse fim, isto é, de se determinar custos normais e reservas/provisões matemáticas, são feitas projeções de curto, médio e longo prazos, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais e financeiras, dentre vários conjuntos possíveis e razoáveis, que represente de forma pertinente a experiência real futura do plano de benefícios avaliado. Essas hipóteses incluem aquelas de caráter econômico (retorno de investimento; crescimento salarial; reajuste dos benefícios do plano e do INSS; etc.) e também as de caráter biométrico (mortalidade de válidos e inválidos; entrada em invalidez; rotatividade; idade de aposentadoria; estado civil; número de dependentes, etc.), entre outras.

Como sabemos, o futuro é incerto e a experiência real observada para cada plano de benefícios diferirá das premissas selecionadas, gerando diferenças (ganhos ou perdas atuariais) que podem ser significativas. Em função disso, as premissas atuariais e financeiras devem ser acompanhadas de forma detalhada e periódica (tecnicamente a periodicidade não precisa ser anual para todas as hipóteses), devendo ser alteradas caso se mostre necessário.

Inúmeras são as razões que podem justificar alterações de hipóteses de uma avaliação para outra, como, por exemplo, o retorno financeiro dos ativos investidos, comportamento da população coberta, pagamento de benefícios diferentes do esperado, imposições legais, adaptações à política de recursos humanos da patrocinadora ou mudanças no cenário econômico, entre outros fatores.

Em resumo, temos que a avaliação atuarial de um plano de benefícios tem por objetivo estimar sua situação atuarial e financeira em um dado momento no tempo e pressupõe o acompanhamento cuidadoso e periódico das hipóteses utilizadas.

Diante do exposto, ressaltamos que eventuais decisões sobre alterações do Plano III, de sua política de investimentos, regimes financeiros e métodos atuariais, ou qualquer outra matéria pertinente devem ser tomadas respeitando-se a legislação vigente e somente após criteriosa análise de possíveis oscilações financeiras futuras e de cenários de premissas alternativos, e não unicamente com base nos resultados da presente avaliação atuarial.

Para a apuração das reservas/provisões matemáticas e custos normais relativos ao Plano III apresentados neste Parecer Atuarial foram adotadas as premissas atuariais e financeiras descritas a seguir neste capítulo, que compõem um único cenário dentre as diversas possibilidades de comportamento dos vários fatores que afetam a apuração dos compromissos atuariais de um plano de benefícios. Certamente, outros cenários razoáveis poderiam ser definidos, mas não estão aqui apresentados.

É este o conjunto das principais hipóteses atuariais e financeiras utilizadas nesta avaliação atuarial:

Descrição	Valores
– Taxa Real Anual de Juros ⁽¹⁾	5,75% ao ano
– Projeção de Crescimento Real de Salário ^{(1), (2)}	2,00% ao ano
– Projeção de Crescimento Real do Maior Salário de Benefício do INSS ⁽¹⁾	0,00% ao ano
– Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano ⁽¹⁾	0,00% ao ano
– Fator de Capacidade para os Salários	1,0000 x Salário Real de Benefício 0,9777 x Salário Real de Contribuição
– Fator de Capacidade para os Benefícios	0,9777
– Hipótese sobre Rotatividade ⁽³⁾	Nula
– Tábua de Mortalidade Geral ⁽⁴⁾	AT-2000
– Tábua de Mortalidade de Inválidos	Winklevoss
– Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro-Vindas
– Entrada em Aposentadoria	100% na primeira elegibilidade a um benefício pleno de aposentadoria
– Composição Familiar	– Ativos: 85% de casados, com mulher 4 anos mais jovem e 2 filhos ⁽⁵⁾ – Aposentados: Composição real informada
– Outras Hipóteses Biométricas Utilizadas	N.A.

⁽¹⁾ O indexador utilizado é o INPC do IBGE.

⁽²⁾ A hipótese de crescimento salarial adotada foi definida pelas patrocinadoras, levando-se em consideração a expectativa média de reajustes salariais futuros para o longo prazo.

⁽³⁾ A hipótese de rotatividade adotada foi definida pelas patrocinadoras, de forma conservadora, com base na expectativa futura de longo prazo sobre admissões e desligamentos de participantes do Plano III.

⁽⁴⁾ A tábua AT2000, segregada por gênero, corresponde àquela divulgada pelo SOA – "Society of Actuaries", entidade americana similar ao IBA – Instituto Brasileiro de Atuária, e atende ao item 2 da Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 09, de 29/11/2012.

⁽⁵⁾ Idade dos filhos definida como sendo igual à: [(Idade do Titular)/2]-12.

Em atendimento à legislação vigente, cumpre-nos informar que as seguintes hipóteses atuariais e econômicas sofreram alterações em relação à avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2012:

1. Taxa real anual de juros: Reduzida de 6% ao ano para 5,75% ao ano;
2. Tábua de mortalidade de inválidos: Alterada de AT-49 para Winklevoss;
3. Tábua de entrada em invalidez: Alterada de Light Média para Álvaro Vindas;
4. Composição familiar: Foi considerado que 85% dos participantes ativos são casados, sendo a família composta por cônjuge e dois filhos, onde a esposa é 4 anos mais jovem que o marido, e os filhos têm idade definida por: [(Idade do Titular)/2] - 12. Para os aposentados foi considerada a composição real da família do participante.

50

A manutenção ou alteração das hipóteses atuariais e econômicas utilizadas para a avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2013 estão baseadas nos seguintes estudos técnicos:

1. "Estudo de Aderência das Hipóteses de Mortalidade e Entrada em Invalidez", elaborado pela Fundação COPEL, cuja cópia foi encaminhada à Mercer para análise;
2. "ALM e CFM – Fundação COPEL", elaborado pela área investimentos da Mercer em junho de 2013, e atualizado em outubro do mesmo ano, considerando o cenário econômico vigente no Brasil.

Em relação ao relatório "ALM e CFM – Fundação COPEL", destacamos o que segue:

1. Para o Plano III foi realizado somente estudo de fronteira eficiente. Estudo completo de ALM será realizado após a separação da carteira de investimento entre benefícios concedidos e a conceder, prevista para o início do ano de 2014;
2. Ficou demonstrado que, adotando-se uma política de investimentos mais agressiva e diversificada para o Plano III, a taxa real anual de juros de 5,75% ao ano seria adequada e aderente para a avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2013. Quando da atualização do estudo técnico, em outubro de 2013, confirmou-se a adequação deste percentual para a taxa real anual de juros;
3. O percentual utilizado como hipótese para a taxa real anual de juros respeita o limite máximo legal estabelecido pela Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 09, de 29/11/2012.

Além do exposto, se considerarmos somente o "duration" das reservas/provisões matemáticas de benefício definido do Plano III (próximo a 12,1 na data-base da avaliação atuarial, ou seja, 31/12/2013), a utilização de uma taxa real anual de juros de 5,75% ao ano está dentro dos limites projetados considerados possíveis pela Mercer.

De acordo com o previsto no item 1.2 da Resolução CGPC nº 18/2006, as justificativas para adoção das hipóteses atuariais e econômicas aplicáveis ao Plano III encontram-se arquivadas na Fundação COPEL à disposição da PREVIC.

Adicionalmente, informamos que para a avaliação atuarial realizada pela Mercer com data-base em 31/12/2013 foram adotados os seguintes regimes financeiros e métodos atuariais para o Plano III, que não sofreram alterações em relação à avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2012:

1. Aposentadorias e institutos (modalidade de contribuição definida): Regime financeiro de capitalização. De forma geral, este regime financeiro estabelece que o custo normal dos benefícios em um dado ano é igual ao valor das contribuições definidas em regulamento para aquele mesmo exercício.

50

2. Aposentadoria por invalidez e pensão por morte de ativo (modalidade de benefício definido): Regime financeiro de capitalização, método de crédito unitário projetado. Este método atuarial determina que o valor presente dos compromissos futuros com o pagamento de benefícios seja acumulado de forma linear durante a carreira ativa do participante, via pagamento do custo normal de cada ano;
3. Pecúlio por morte e auxílio-doença (modalidade de benefício definido): Regime financeiro de repartição simples. Este regime financeiro estabelece que o valor a ser contribuído em um dado ano (custo normal) deve ser totalmente consumido com o pagamento dos benefícios daquele mesmo exercício.

Também cabe registrar que o regulamento do Plano III, estruturado na modalidade de contribuição variável e que se encontra aberto para novas inscrições de participantes e seus dependentes, não sofreu alterações em relação àquele utilizado para a avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2012.

Diante de todo o exposto até o momento, atestamos que, em nossa opinião, as hipóteses atuariais e financeiras, regimes financeiros e métodos atuariais utilizados nesta avaliação atuarial:

1. São apropriados e adequados aos fins a que se destinam;
2. Estão em linha com os princípios e práticas atuariais geralmente aceitos;
3. Estão em conformidade com as características da massa de participantes avaliada e com o regulamento do Plano III em vigor em 31/12/2013; e
4. Atendem a Resolução CGPC nº 18/2006, alterada pela Resolução CNPC 09/2012, que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Todas as hipóteses atuariais e econômicas, além dos regimes financeiros e métodos atuariais utilizados na avaliação atuarial do Plano III foram discutidos com e aprovados pela Fundação COPEL, que tem pleno conhecimento de seus objetivos e impactos.

4

Provisões Matemáticas e Outras Rubricas

De acordo com o plano de contas em vigor e com as informações contábeis fornecidas pela Fundação COPEL, apresentamos no quadro a seguir os valores do patrimônio social, do patrimônio de cobertura do Plano III, das reservas/provisões matemáticas calculadas e certificadas pela Mercer, do equilíbrio técnico e dos fundos previdencial e administrativo posicionados em 31/12/2013.

Sobre as informações apresentadas cabem os seguintes registros:

1. A Mercer não efetuou qualquer análise dos ativos que compõem o patrimônio social do Plano III ora avaliado, tendo se baseado somente nas informações fornecidas pela Fundação COPEL;
2. Os valores das reservas/provisões matemáticas apresentados neste capítulo foram obtidos considerando-se os dados individuais dos participantes, dependentes e pensionistas, o regulamento vigente do Plano III e as hipóteses atuariais e econômicas, regimes financeiros e métodos atuariais já referidos neste Parecer Atuarial;
3. Entre a data-base dos dados e 31/12/2013 vários participantes adquiriram a condição de aposentados em função de programa de demissão incentivada realizado pelas patrocinadoras. Para este grupo, as provisões matemáticas foram calculadas como se participantes ativos fossem, sendo, então, transferidas e registradas na rubrica de benefícios concedidos.

Conta	Nome	Valor em R\$ (31/12/2013)
2.3.0.0.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	2.352.691.642,46
2.3.1.0.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	2.295.009.516,61
2.3.1.1.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	2.292.276.463,61
2.3.1.1.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	1.071.781.428,46
2.3.1.1.01.01.00	Contribuição Definida	0,00
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Conta dos Assistidos	0,00
2.3.1.1.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	1.071.781.428,46
2.3.1.1.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	1.008.730.274,60
2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	63.051.153,86
2.3.1.1.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	1.220.495.035,15
2.3.1.1.02.01.00	Contribuição Definida	1.157.350.915,59
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	564.068.220,76
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas - Parcela Participantes	593.282.694,83

Conta	Nome	Valor em R\$ (31/12/2013)
2.3.1.1.02.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	0,00
2.3.1.1.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	0,00
2.3.1.1.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	0,00
2.3.1.1.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
2.3.1.1.02.03.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	63.144.119,56
2.3.1.1.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	97.605.505,10
2.3.1.1.02.03.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	17.230.692,77
2.3.1.1.02.03.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	17.230.692,77
2.3.1.1.03.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	0,00
2.3.1.1.03.01.00	(-) Serviço Passado	0,00
2.3.1.1.03.01.01	(-) Patrocinador(es)	0,00
2.3.1.1.03.01.02	(-) Participantes	0,00
2.3.1.1.03.02.00	(-) Déficit Equacionado	0,00
2.3.1.1.03.02.01	(-) Patrocinador(es)	0,00
2.3.1.1.03.02.02	(-) Participantes	0,00
2.3.1.1.03.02.03	(-) Assistidos	0,00
2.3.1.1.03.03.00	(+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
2.3.1.1.03.03.01	(+/-) Patrocinador(es)	0,00
2.3.1.1.03.03.02	(+/-) Participantes	0,00
2.3.1.1.03.03.03	(+/-) Assistidos	0,00
2.3.1.2.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	2.733.053,00
2.3.1.2.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	2.733.053,00
2.3.1.2.01.01.00	Superávit Técnico Acumulado	2.733.053,00
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	2.733.053,00
2.3.1.2.01.01.02	Reserva Especial para Revisão de Plano	0,00
2.3.1.2.01.02.00	(-) Déficit Técnico Acumulado	0,00
2.3.1.2.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	0,00
2.3.2.0.00.00.00	FUNDOS	57.682.125,85
2.3.2.1.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	22.984.846,69
2.3.2.1.01.00.00	REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	22.984.846,69
2.3.2.1.02.00.00	REVISÃO DE PLANO	0,00
2.3.2.1.03.00.00	OUTROS - PREVISTOS EM NOTA TÉCNICA ATUARIAL	0,00
2.3.2.2.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	34.697.279,16
2.3.2.3.00.00.00	FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	0,00

Em relação à estruturação das provisões matemáticas, observamos ainda o que segue:

1. No caso de aposentadoria concedida, as provisões referentes à reversão do benefício em pensão por morte do aposentado válido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados - assistidos) e as provisões referentes à reversão de aposentadoria por invalidez em pensão por morte do inválido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos);
2. A provisão da pensão por morte já concedida foi registrada na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos);
3. A provisão referente à futura reversão da aposentadoria por invalidez em pensão por morte do futuro inválido calculada para participante ativo foi registrada na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados);
4. A provisão referente à pensão por morte de participante ativo foi registrada na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).

Por fim, gostaríamos de registrar as seguintes considerações gerais:

1. O Superávit Técnico Acumulado do Plano III sofreu redução significativa entre os encerramentos dos exercícios de 2012 e 2013, passando de R\$ 88.394.275,05 para R\$ 2.733.053,00. Dentre os principais fatores que contribuíram para esta situação podemos destacar a rentabilidade do patrimônio de cobertura do plano, que foi inferior a meta atuarial, as perdas atuariais resultantes da redução da hipótese para a taxa real anual de juros, além da atualização da composição familiar teórica em benefícios a conceder e adoção da composição familiar real para avaliação dos benefícios concedidos. As alterações realizadas relativas as composições familiares trarão uma melhor estimativa dos compromissos com herdeiros dos participantes, decorrentes de pensão por morte;
2. Os impactos descritos no item anterior foram amenizados em razão da combinação das trocas da tabela de entrada em invalidez, alterada de Light Média para Álvaro Vindas, e da tabela de mortalidade de inválidos, alterada de AT-49 para Winklevoss;
3. A Reserva de Contingência foi constituída conforme o disposto no parágrafo único do artigo 7º da Resolução CGPC nº 26 de 29/09/2008. Não foi apurada reserva especial para revisão do Plano III.

5

Plano de Custeio

Custos

Para definição do custeio dos benefícios (custo normal) e das despesas administrativas do Plano III foram utilizados os regimes financeiros e métodos atuariais já referidos neste Parecer Atuarial, como segue:

1. Despesas administrativas e benefícios de pecúlio por morte e auxílio-doença: Utilizou-se o regime financeiro de repartição simples;
2. Demais benefícios definidos: Utilizou-se o método atuarial de crédito unitário projetado;
3. Benefícios na modalidade de contribuição definida: Utilizou-se o regime financeiro de capitalização.

Todos os regimes financeiros e métodos atuariais utilizados preveem o redimensionamento periódico de seu plano de custeio.

A tabela a seguir apresenta o plano de custeio do Plano III para participantes e patrocinadoras.

Benefícios e Despesas Administrativas	Custo em % da Folha Anual do Salário de Participação ⁽¹⁾	Contribuição Anual em R\$
– Aposentadorias	19,36%	130.326.420,00
– Invalidez	0,45%	3.021.877,00
– Pensão por Morte	0,39%	2.625.354,00
– Auxílio-Doença	0,05%	336.587,00
– Pecúlio por Morte	0,39%	2.625.400,00
– Total de Benefícios	20,64%	138.935.638,00
– Despesas Administrativas	1,71 ⁽²⁾	11.485.755,25
– Total	22,35%	150.421.393,25

⁽¹⁾ Folha Anual do Salário de Participação: R\$ 673.173.659, no conceito capacidade. Esta folha reflete valores de 12/2013 e é diferente dos valores apresentados no capítulo 2 deste Parecer Atuarial.

⁽²⁾ Conforme demonstrado a seguir, o percentual efetivamente contribuído deverá ser refletido na folha aplicável de cada grupo.

Os valores monetários da tabela anterior são apresentados no conceito de capacidade e estão posicionados em 31/12/2013. Para os benefícios definidos, os valores de contribuição em Reais poderão apresentar variações em função de aumento ou redução da folha do salário de participação. Para os benefícios na modalidade de contribuição definida, os valores das contribuições para participantes e patrocinadoras poderão apresentar variações em Reais e em % da folha do salário de participação em função das condições de adesão e valores efetivos do salário real de contribuição dos participantes.

A contribuição para custeio da despesa administrativa apresentada na tabela acima reflete fielmente o valor orçado pela Fundação COPEL para o Plano III e deverá ser rateada paritariamente entre participantes (ativos e aposentados) e patrocinadoras.

Alternativamente à realização das contribuições para o custeio administrativo previstas neste plano de custeio, e respeitadas as disposições regulamentares vigentes, poderão ser adotadas, em conjunto ou isoladamente, as seguintes formas de cobrança dessas contribuições, previstas na Resolução nº 29/2009:

1. Taxa de administração a incidir sobre o montante dos recursos garantidores dos planos de benefícios; ou
2. Taxa de carregamento a incidir sobre a soma das contribuições e dos benefícios dos planos no exercício a que se referir.

Respeitadas as diretrizes legais aplicáveis, informamos que o fundo administrativo será utilizado para financiar parte das contribuições das patrocinadoras e participantes destinadas ao pagamento das despesas administrativas, estimadas em R\$ 11.485.755,25, de acordo com o orçamento aprovado pelo Conselho Deliberativo da Fundação COPEL. O montante a ser abatido do fundo administrativo será a diferença entre as despesas efetivamente incorridas e os valores contribuídos por patrocinadoras e participantes apresentados mais adiante neste Parecer Atuarial.

Esclarecemos que, de acordo com o parágrafo § 1º do artigo 119 do regulamento do Plano III, o fundo previdencial foi constituído com as contribuições das patrocinadoras às quais os participantes não tiveram direito, seja por terem se desligado da patrocinadora antes de se tornarem elegíveis aos benefícios do Plano III ou devido a inexistência de dependentes, em caso de falecimento do participante. Tal fundo tem a finalidade de maximizar a segurança dos benefícios previstos no Plano III, podendo ser utilizado para financiar contribuições devidas durante a vigência deste plano de custeio, de acordo com as regras que venham a ser estabelecidas pelo Conselho Deliberativo da Fundação COPEL.

Contribuições

Certificamos que, de acordo com a legislação vigente, patrocinadoras e participantes deverão efetuar contribuições para o Plano III com base nos seguintes níveis:

Patrocinadoras

As patrocinadoras deverão efetuar contribuições para financiamento dos benefícios previstos no regulamento do Plano III, estimadas e apresentadas a seguir:

Descrição	Contribuição em % da Folha Anual do Salário de Participação	Contribuição Anual em R\$
Benefícios Definidos e Despesas Administrativas		
– Benefícios de Risco Financiados por Capitalização	0,42%	2.823.627,00
– Benefícios de Risco Financiados por Repartição	0,22%	1.480.982,00
– Despesas Administrativas dos Ativos e Aposentados	0,46%	3.100.907,00
– Subtotal	1,10%	7.405.516,00
Contribuição Definida		
– Contribuição Normal de Patrocinadora	9,68%	65.163.210,00
Total		
– Contribuição de Patrocinadora	10,78%	72.568.726,14

Conforme definido no inciso I do artigo 89 do regulamento do Plano III, a contribuição normal de patrocinadora deverá ser igual a 100% da contribuição normal efetuada por cada participante. Desta forma, o percentual e valor acima referentes a esta contribuição são estimativas para os valores reais a serem contribuídos.

Para as demais situações, prevalecem os percentuais apresentados na tabela acima, a incidir sobre a folha de salário de participação de todos os participantes ativos.

A contribuição das patrocinadoras em contrapartida à contribuição administrativa dos participantes ativos e aposentados deverá ser alocada no fundo administrativo.

Participantes Ativos

Os participantes ativos deverão efetuar contribuições de acordo com o artigo 81 do regulamento do Plano III com base na seguinte regra de custeio:

Descrição	Contribuição em % da Folha Anual do Salário de Participação	Contribuição Anual em R\$
Benefícios Definidos e Despesas Administrativas		
– Benefícios de Risco Financiados por Capitalização	0,42%	2.823.627,00
– Benefícios de Risco Financiados por Repartição	0,22%	1.480.982,00
– Despesas Administrativas	0,42%	2.827.329,37
– Subtotal	1,06%	7.131.938,37
Contribuição Definida		
– Contribuição Normal de Participante	9,68%	65.163.210,00
Total		
– Contribuição de Participante	10,74%	72.295.148,37

A contribuição normal de participante para custeio do benefício de aposentadoria do Plano III é determinada conforme os níveis de custeio a seguir:

Faixa de Salário Real de Contribuição	Percentual
– Até 10 Unidades Previdenciárias	Mínimo de 2,0%
– Acima de 10 Unidades Previdenciárias	12,0%

Desta forma, os valores referentes a esta contribuição normal de participantes, apresentados na tabela acima, são estimativas para os valores reais a serem contribuídos.

A despesa administrativa foi rateada paritariamente entre participantes (ativos e aposentados) e patrocinadoras. Para os participantes ativos esta contribuição resulta em percentual a ser aplicado sobre seu salário real de contribuição, e deverá ser alocada no fundo administrativo.

Participantes Autopatrocinados

Os participantes autopatrocinados deverão efetuar, além de suas contribuições normais e administrativas, as contribuições de mesma finalidade que seriam feitas pela patrocinadora, caso não tivesse ocorrido o término do vínculo empregatício.

As contribuições para custeio dos benefícios de risco serão opcionais, conforme escolha definida pelo participante.

Participantes em Benefício Proporcional Diferido (BPD)

Os participantes vinculados deverão contribuir com um percentual de 0,84% de seu salário real de contribuição, atualizado da data de término do vínculo empregatício até a data da avaliação atuarial pelo INPC, para custeio das despesas administrativas do Plano III. Esta contribuição deverá ser alocada no fundo administrativo.

Participantes Aposentados e Pensionistas

Os participantes aposentados deverão contribuir com 0,42% de seu benefício mensal para custeio das despesas administrativas do Plano III, o que perfaz o valor total de aproximadamente R\$ 273.577,78 no ano. Esta contribuição deverá ser alocada no fundo administrativo.

Os participantes pensionistas não contribuem para o custeio das despesas administrativas do Plano III.

Este plano de custeio passa a vigorar pelo prazo de 1 ano, a partir de 1º de abril de 2014, não sendo possível sua postergação ou aplicação em período diferente do aqui apresentado.

6

Limite Legal das Despesas

Em conformidade com o artigo 6º da Resolução CGPC nº 29, de 31/08/2009, registramos que os recursos destinados para o plano de gestão administrativa atendem aos limites pertinentes para o conjunto de planos de benefícios administrados pela Fundação COPEL, que são vinculados à Lei Complementar nº 108, de 29/05/2001.

7

Conclusão

Considerando todo o exposto neste Parecer Atuarial, atestamos que, em nossa opinião, as hipóteses atuariais e financeiras, regimes financeiros e métodos atuariais utilizados para a avaliação atuarial do Plano III são apropriados para os fins a que se destinam, estão em conformidade com o regulamento do Plano III em vigor, e atendem às determinações da Resolução CGPC nº 18/2006, alterada pela Resolução CNPC 09/2012, que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Ressaltamos que todos os regimes financeiros e métodos atuariais utilizados para a avaliação atuarial do Plano III preveem o redimensionamento periódico do seu plano de custeio.

Diante dos resultados apresentados neste Parecer Atuarial certificamos que o Plano III administrado pela Fundação COPEL está levemente superavitário na data de encerramento do exercício de 2013, tendo sua Reserva de Contingência constituída conforme o disposto no parágrafo único do Artigo 7º da Resolução CGPC nº 26 de 29/09/2008. Certificamos, também, que as patrocinadoras e participantes (ativos, aposentados, etc.) deverão efetuar as contribuições para o Plano III conforme estabelecido no capítulo 5 deste documento.

Para fins de comprovação da paridade contributiva, informamos que o total das contribuições a serem vertidas pelas patrocinadoras para o Plano III durante a vigência do plano de custeio estabelecido no capítulo 5 deste Parecer Atuarial representa aproximadamente 99% do total das contribuições dos participantes (ativos e aposentados).

Considerando se tratar de um plano estruturado na modalidade de contribuição variável, a experiência real observada diferirá das hipóteses atuariais e financeiras selecionadas, gerando diferenças entre duas avaliações atuariais consecutivas (ganhos ou perdas atuariais) que podem ser significativas. Assim, resta claro que além do pagamento das contribuições previstas no plano de custeio apresentado neste Parecer Atuarial, a manutenção da saúde atuarial e financeira do Plano III (neste caso a situação superavitária) dependerá do comportamento dessas hipóteses, onde cabe destaque especial para a sobrevivência dos participantes (ativos e aposentados) e o retorno futuro de investimentos obtido pelo patrimônio que lastreia os compromissos assumidos com o pagamento de benefícios.

Em que pese a natureza estrutural do Plano III, concebido na modalidade de contribuição variável, vale ressaltar que com o envelhecimento de sua população, quando haverá mais participantes deixando a fase de capitalização em direção a fase de recebimento de benefícios, a hipótese para a taxa real anual de juros terá papel ainda mais relevante na mensuração dos compromissos assumidos com o pagamento desses benefícios.

Por fim, atestamos que os atuários credenciados subscritos a seguir atendem aos padrões de qualificação do Instituto Brasileiro de Atuária - IBA para a elaboração da avaliação atuarial aqui apresentada e para a emissão das opiniões e recomendações contidas no presente Parecer Atuarial.

Também registramos que não é do nosso conhecimento a existência de qualquer interesse financeiro direto ou interesse material indireto, ou ainda relação pessoal que poderia gerar conflito de interesses que viesse a prejudicar a objetividade e a imparcialidade deste trabalho.

Permanecemos à disposição para o esclarecimento de quaisquer questões relacionadas aos tópicos abordados neste Parecer Atuarial ou para o fornecimento de mais detalhes que se mostrem necessários.

São Paulo, 20 de março de 2014.

Mercer Human Resource Consulting Ltda.

Tiago Calçada
M.I.B.A. nº 1.666

Eu revisei e julguei aceitáveis as premissas atuariais e financeiras, os regimes financeiros e métodos atuariais e os procedimentos utilizados para esta avaliação atuarial do Plano III administrado pela Fundação COPEL.

José Carlos Dias
M.I.B.A. nº 635



Mercer
Av. Dr. Chucri Zaidan, 920, 4º, 10º e 11º andares
São Paulo, SP, Brasil
CEP 04583-904
Tel.: +55 11 3048 1800

Mercer
Rua da Quitanda, 86 - 2º andar
Rio de Janeiro, RJ, Brasil
CEP 20091-902
Tel.: +55 21 3806 1100

Informações detalhadas

PLANO UNIFICADO

Informações

FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO UNIFICADO
DE BENEFÍCIO DEFINIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2013	31/12/2012	Variação (%)
1. Ativos	4.480.356	4.274.101	4,83%
Disponível	67	5	1240,00%
Recebível	79.224	31.081	154,90%
Investimentos	4.401.065	4.243.015	3,72%
Títulos Públicos	3.698.381	3.395.634	8,92%
Créditos Privados e Depósitos	192.424	275.151	-30,07%
Ações	174.097	183.522	-5,14%
Fundos de Investimento	218.218	270.174	-19,23%
Investimentos Imobiliários	91.413	92.357	-1,02%
Empréstimos	26.532	26.177	1,36%
2. Obrigações	95.421	36.518	161,30%
Operacional	5.717	6.498	-12,02%
Contingencial	89.704	30.020	198,81%
3. Fundos não Previdenciais	292	161	81,37%
Fundos Administrativos	292	161	81,37%
5. Ativo Líquido (1-2-3)	4.384.643	4.237.422	3,47%
Provisões Matemáticas	4.188.691	3.755.174	11,54%
Superávit/(Déficit) Técnico Acumulado	195.952	482.248	-59,37%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO UNIFICADO DE BENEFÍCIO DEFINIDO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2013	31/12/2012	Variação (%)
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	4.237.422	3.984.204	6,36%
1. Adições	500.604	686.216	-27,05%
Contribuições	78.159	184.823	-57,71%
Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	422.445	501.393	-15,75%
2. Destinações	(353.383)	(432.998)	-18,39%
Benefícios	(288.850)	(399.171)	-27,64%
Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(59.683)	(30.020)	98,81%
Custeio Administrativo	(4.850)	(3.807)	27,40%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	147.221	253.218	-41,86%
Provisões Matemáticas	433.517	204.945	111,53%
Superávit/(Déficit) Técnico do Exercício	(286.296)	48.273	-693,08%
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3)	4.384.643	4.237.422	3,47%
C) Fundos não Previdenciais	292	161	81,37%
Fundos Administrativos	292	161	81,37%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO UNIFICADO DE BENEFÍCIO DEFINIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2013	31/12/2012	Variação (%)
PROVISÕES TÉCNICAS	4.480.064	4.273.940	4,82%
1. PROVISÕES MATEMÁTICAS	4.188.691	3.755.174	11,54%
1.1 Benefícios Concedidos	3.816.094	3.138.870	21,58%
Benefício Definido	3.816.094	3.138.870	21,58%
1.2 Benefícios a Conceder	372.597	616.304	-39,54%
Benefício Definido	372.597	616.304	-39,54%
2. EQUILÍBRIO TÉCNICO	195.952	482.248	-59,37%
2.1 Resultados Realizados	195.952	482.248	-59,37%
Superávit Técnico Acumulado	195.952	482.248	-59,37%
Reserva de Contingência	195.952	482.248	-59,37%
4. EXIGÍVEL OPERACIONAL	5.717	6.498	-12,02%
4.1 Gestão Previdencial	5.717	6.490	-11,91%
4.2 Investimentos - Gestão Previdencial	-	8	-100%
5. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	89.704	30.020	198,81%
5.1 Gestão Previdencial	89.704	30.020	198,81%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Informações de INVESTIMENTOS

A Política de Investimentos visa definir as diretrizes e parâmetros que devem reger a alocação e gestão dos investimentos do Plano Unificado, gerido pela Fundação Copel, nos diversos segmentos de aplicação. A política é elaborada com vistas a promover a segurança, liquidez e rentabilidade necessárias para manter o equilíbrio do plano e assegurar a constituição de reservas suficientes para atingir o objetivo de pagar benefícios previdenciários aos participantes.

A construção da política leva em consideração o cenário econômico atual e projetado para 60 meses, o princípio da diversificação e a estratégia de macroalocação de ativos, que é parametrizada com base nos compromissos atuariais (ALM – Asset Liability Management).

Os limites e critérios, aqui apresentados, estão fundamentados na Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, legislação que estabelece as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores das Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

As diretrizes, ora estabelecidas, são complementares àquelas definidas pela Resolução CMN nº 3.792, não estando os administradores ou gestores, em nenhuma hipótese, dispensados de observar as regras, restrições e condições estabelecidas pela legislação aplicável, ainda que estas não estejam transcritas neste documento.

A Política de Investimentos será revisada sempre que houver necessidade, sob coordenação da Diretoria Executiva, sendo encaminhada à apreciação e recomendação do Comitê de Investimentos e aprovação pelo Conselho Deliberativo.

A elaboração desta Política de Investimento foi conduzida pela Diretoria Executiva, submetida ao Comitê de Investimentos e aprovada pelo Conselho Deliberativo, conforme Ata da 208ª Reunião Extraordinária de 30/10/2013. As diretrizes, aqui definidas, entram em vigor em 31 de outubro de 2013.

Informações de ATUARIAIS



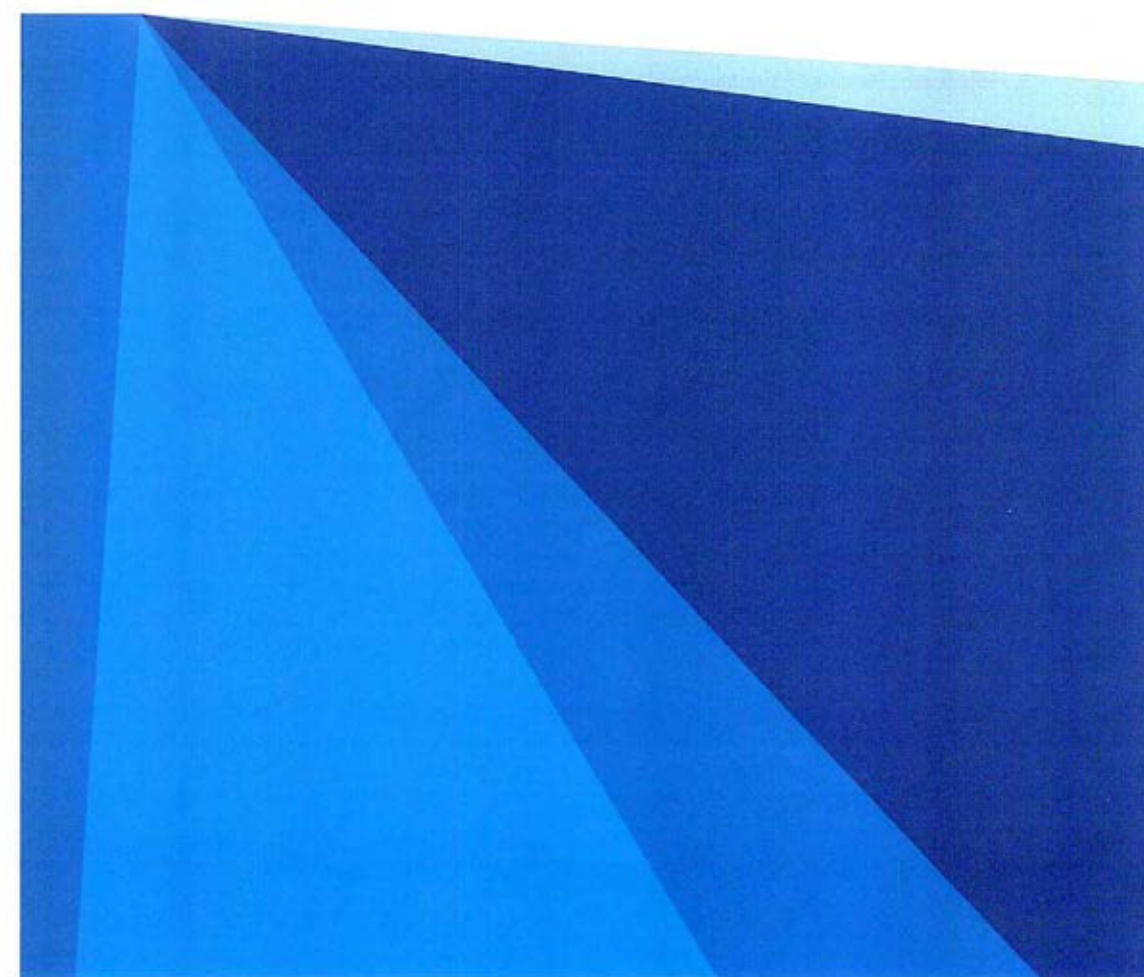
TALENT • HEALTH • RETIREMENT • INVESTMENTS

FUNDAÇÃO COPEL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL PLANO UNIFICADO DE BENEFÍCIO DEFINIDO

PARECER ATUARIAL DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2013

JG b

SÃO PAULO, 20 DE MARÇO DE 2014



CONTEÚDO

1. Introdução e Objetivos	1
2. Dados Cadastrais	3
• Participantes Ativos	3
• Participantes Autopatrocinados	4
• Participantes Aguardando o Benefício Saldado	4
• Participantes Aguardando o Benefício Proporcional Diferido	4
• Participantes Aposentados e Pensionistas sem Benefício Saldado	5
• Participantes Aposentados e Pensionistas com Benefício Saldado	5
3. Hipóteses, Regimes Financeiros e Métodos Atuariais Utilizados	6
4. Provisões Matemáticas e Outras Rubricas	11
5. Plano de Custeio	14
• Custos	14
• Contribuições	15
6. Limite Legal das Despesas	18
7. Conclusão	19

JCA 9

1

Introdução e Objetivos

Na qualidade de atuário oficial do Plano Unificado de Benefício Definido (Plano Unificado), CNPB nº 1979.0017-74, patrocinado pelas empresas Copel Distribuição S.A; Copel Geração e Transmissão S.A; Copel Telecomunicações S.A. e COPEL - Companhia Paranaense de Energia S.A. e administrado pela Fundação COPEL de Previdência e Assistência Social (Fundação COPEL), preparamos este relatório técnico (Parecer Atuarial) que contém as principais informações e resultados da avaliação atuarial do referido plano de benefícios, realizada pela Mercer Human Resource Consulting Ltda. (Mercer) para fins de encerramento do exercício de 2013 da Fundação COPEL.

Lembramos que o Plano Unificado, estruturado na modalidade de benefício definido e fechado para novas inscrições de participantes, é resultado da incorporação do Plano de Benefícios Previdenciários II (Plano Complementar) pelo Plano de Benefícios Previdenciários I (Plano Básico), conforme consta do processo nº 44011.000281/2013-70, comando nº 349683003 e juntada nº 368929838, devidamente aprovado pela PREVIC e publicado no Diário Oficial da União (DOU) do dia 18 de setembro de 2013.

Este Parecer Atuarial, que é parte integrante da DA – Demonstração Atuarial de 31/12/2013, a ser enviada para o Governo Brasileiro até 31/03/2014, foi elaborado para a Fundação COPEL, e:

1. Não alcança ou considera quaisquer outros benefícios, administrados por ela ou não, além daqueles previstos no Plano Unificado;
2. Deve ser utilizado somente para fins de cumprimento das obrigações legais de encerramento de exercício emanadas dos órgãos regulador e fiscalizador do sistema fechado de previdência complementar no Brasil, ou seja, o Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

Registramos que os resultados apresentados no capítulo 4 deste Parecer Atuarial já foram antecipados para os auditores contábeis da Fundação COPEL, por meio de documento datado de 5 de março de 2014.

JCA 9

Para a obtenção dos resultados atuariais acima mencionados são utilizadas inúmeras premissas, atuariais e financeiras, que traduzem expectativas sobre o comportamento do Plano Unificado ao longo do tempo, e que podem ou não acontecer. Desta forma, qualquer interpretação ou tomada de decisão baseadas nesses resultados devem considerar e respeitar todas as ressalvas, orientações e recomendações aqui apresentadas. A Mercer não se responsabiliza por decisões tomadas sem a observação cuidadosa do apresentado neste Parecer Atuarial ou pelas consequências decorrentes de sua utilização para outros fins que não os já referidos.

Permanecerá sempre com a Fundação COPEL e/ou suas patrocinadoras a responsabilidade pela execução das determinações contidas neste Parecer Atuarial, como, por exemplo, a guarda e arquivo deste documento, o cumprimento do plano de custeio apresentado, o registro contábil das informações pertinentes, etc.

Por fim, cabe registrar que a reprodução total deste documento é permitida, desde que citada a fonte. Entretanto, reproduções parciais de seu conteúdo dependem de prévia autorização da Mercer, por escrito, sendo obrigatório, nesses casos, o esclarecimento de que se trata de reprodução elaborada por terceiros.

g

MERCER

l:\fundação_copel\2013\aa1213\doc\previparecer\parecer atuarial_plano de beneficios unificado_fundação copel_20032014_final.doc

2

2

Dados Cadastrais

Os dados individuais dos participantes, dependentes e pensionistas utilizados neste estudo foram fornecidos pela Fundação COPEL à Mercer, que, após a realização de testes de inconsistência apropriados e eventuais acertos efetuados em conjunto entre as partes, considerou-os adequados para os propósitos desta avaliação atuarial. A data-base desses dados foi 31/07/2013.

A análise de inconsistências efetuada pela Mercer objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo, de tal análise, a garantia de que todas as distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com a Fundação COPEL e suas patrocinadoras, a responsabilidade plena por quaisquer imprecisões remanescentes.

Nas tabelas a seguir estão resumidas as principais características do grupo avaliado na data-base dos dados. Também, para fins de comparação e análise, são apresentadas as mesmas informações para o ano anterior, cuja data-base foi 31/07/2012. Para melhor entendimento das informações apresentadas, vale destacar que:

1. A quantidade de registros cadastrais e as estatísticas sobre idade ou tempo médio estão na data-base dos dados de cada ano, ou seja, 31/07/2013 e 31/07/2012;
2. Os valores monetários referentes aos participantes (ativos, autopatrocinados, aposentados, pensionistas, etc.) são aqueles dos arquivos de dados originais. Para os participantes ativos e autopatrocinados tais valores estão posicionados no dissídio anterior a 31/07/2013 ou 31/07/2012, conforme o caso. Para os participantes aposentados e pensionistas estes valores foram corrigidos pela Fundação COPEL desde o dissídio anterior até 31/07/2013 ou 31/07/2012, conforme aplicável. Entretanto, para fins dos cálculos atuariais, todos os valores monetários são atualizados para a data-base da respectiva avaliação atuarial e apresentados no conceito de capacidade;
3. Foi considerado o grupo familiar de cada ex-participante, de tal forma que viúva(o) e filhos de um mesmo ex-participante corresponderem a um pensionista.

Participantes Ativos

Descrição	07/2013	07/2012
– Número	53	64
– Idade Média	51,2 anos	52,1 anos
– Tempo Médio de Serviço na Patrocinadora	23,7 anos	24,8 anos
– Salário Real de Contribuição Médio Mensal	R\$ 6.359	R\$ 5.849
– Folha Anual do Salário Real de Contribuição (13x)	R\$ 4.381.024	R\$ 4.865.977

g

MERCER

l:\fundação_copel\2013\aa1213\doc\previparecer\parecer atuarial_plano de beneficios unificado_fundação copel_20032014_final.doc

3

Participantes Autopatrocinados

Descrição	07/2013	07/2012
– Número	1	-
– Idade Média	69,6 anos	-
– Tempo Médio de Serviço na Patrocinadora	31,2	-
– Salário Real de Contribuição Médio Mensal	R\$ 3.525	-
– Folha Anual do Salário Real de Contribuição (13 vezes no ano)	R\$ 41.919	-

Participantes Aguardando o Benefício Saldado

Descrição	07/2013	07/2012
– Número	3.787	4.191
– Tempo Médio para Início do Benefício	6,1 anos	6,7 anos
– Benefício Médio Saldado com Tempo Comum	R\$ 736	R\$ 746
– Folha Mensal do Benefício Saldado com Tempo Comum	R\$ 2.788.427	R\$ 3.126.486
– Benefício Médio Saldado com Tempo Especial ⁽¹⁾	R\$ 788	R\$ 798
– Folha Mensal do Benefício Saldado com Tempo Especial ⁽¹⁾	R\$ 2.982.581	R\$ 3.344.418

⁽¹⁾ As provisões matemáticas apresentadas neste Parecer Atuarial foram calculadas com base nesta situação. Caso, na data da efetiva aposentadoria, o participante não consiga comprovar seu tempo especial, seu benefício será calculado e pago considerando o tempo comum. Entretanto, caso haja a posterior comprovação da conversão do tempo comum em tempo especial, o benefício saldado será recalculado e o novo valor será pago do momento da concessão em diante.

Participantes Aguardando o Benefício Proporcional Diferido

Descrição	07/2013	07/2012
– Número	1	1
– Idade Média	54,2 anos	53,2 anos
– Benefício Médio Mensal (R\$)	– ⁽²⁾	– ⁽²⁾

⁽²⁾ O valor do benefício será apurado na data de início de seu pagamento, conforme previsto no regulamento do Plano Unificado.

Participantes Aposentados e Pensionistas sem Benefício Saldado

Descrição	07/2013	07/2012
– Aposentados		
▪ Número	3.456	3.513
▪ Idade Média	67,5 anos	67,0 anos
▪ Benefício Médio Mensal	R\$ 4.094	R\$ 3.801
▪ Folha Anual de Benefícios (13x)	R\$ 183.935.232	R\$ 173.587.869
– Aposentados Inválidos		
▪ Número	69	72
▪ Idade Média	63,7 anos	63,2 anos
▪ Benefício Médio Mensal	R\$ 1.353	R\$ 1.246
▪ Folha Anual de Benefícios (13x)	R\$ 1.213.641	R\$ 1.166.256
– Pensionistas		
▪ Número	1.040	1.004
▪ Idade Média	65,9 anos	72,5 anos
▪ Benefício Médio Mensal	R\$ 1.403	R\$ 1.310
▪ Folha Anual de Benefícios (13x)	R\$ 18.968.560	R\$ 17.096.120
– Total		
▪ Número	4.565	4.589
▪ Idade Média	67,0 anos	68,2 anos
▪ Benefício Médio Mensal	R\$ 3.426	R\$ 3.217
▪ Folha Anual de Benefícios (13x)	R\$ 204.117.433	R\$ 191.852.245

Participantes Aposentados e Pensionistas com Benefício Saldado

Descrição	07/2013	07/2012
– Número	2.573	2.162
– Benefício Saldado com Tempo Comum Médio	R\$ 2.443	R\$ 2.430
– Folha Mensal do Benefício Saldado com Tempo Comum	R\$ 6.297.252	R\$ 5.253.860
– Folha Anual de Benefícios (13x)	R\$ 81.864.276	R\$ 68.297.580
– Benefício Saldado com Tempo Especial Médio ⁽³⁾	R\$ 2.848	R\$ 2.749
– Folha Mensal do Benefício Saldado com Tempo Especial ⁽³⁾	R\$ 6.888.965	R\$ 5.942.738
– Folha Anual de Benefícios (13x)	R\$ 89.556.805	R\$ 77.255.594

⁽³⁾ Para os atuais pensionistas, não se espera que o benefício sofra influência do tempo comum ou especial.

3

Hipóteses, Regimes Financeiros e Métodos Atuariais Utilizados

Uma avaliação atuarial de um plano de benefícios é um estudo técnico que tem por objetivo principal estimar, na data de seu cálculo, os custos normais (i.e., as contribuições esperadas para o próximo exercício) e reservas/provisões matemáticas deste plano (i.e., os valores atualizados dos custos normais que já deveriam ter sido acumulados em períodos passados), devendo incluir tanto os compromissos com os benefícios já sendo pagos, quanto àqueles referentes aos benefícios esperados dos participantes que ainda completarão as condições exigidas para tal.

Assim sendo, podemos entender a reserva/provisão matemática como o valor monetário que se espera seja acumulado, via pagamento do custo normal de cada ano, para que se possam honrar os compromissos com o pagamento dos benefícios aos participantes, a partir da data em que forem devidos.

A forma como os custos normais e reservas/provisões matemáticas são estimados é resultado direto do método atuarial escolhido. Em outras palavras, é o método atuarial que determina como os custos normais são calculados e a forma com que são acumulados nas reservas/provisões matemáticas. Há métodos que estabelecem custos normais menores no começo do período de acumulação (i.e., o tempo de serviço total do participante), e que aumentam significativamente ao longo do tempo. Há outros métodos que estabelecem custos normais mais nivelados ao longo de todo o período de acumulação das reservas/provisões matemáticas. No entanto, é importante destacar que o valor da reserva/provisão matemática calculado na data de início de pagamento de um dado benefício independe do método atuarial utilizado, ou seja, todos os métodos têm como resultado o mesmo valor de reserva/provisão matemática a partir da data de início de pagamento do benefício.

Para esse fim, isto é, de se determinar custos normais e reservas/provisões matemáticas, são feitas projeções de curto, médio e longo prazos, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais e financeiras, dentre vários conjuntos possíveis e razoáveis, que represente de forma pertinente a experiência real futura do plano de benefícios avaliado. Essas hipóteses incluem aquelas de caráter econômico (retorno de investimento; crescimento salarial; reajuste dos benefícios do plano e do INSS; etc.) e também as de caráter biométrico (mortalidade de válidos e inválidos; entrada em invalidez; rotatividade; idade de aposentadoria; estado civil; número de dependentes, etc.), entre outras. *scd*

MERCER

fundacao_copel2013las1213dedevidasreordenarpor_atualiz_plano_de_beneficios_unificado_fundacao_copel_20032014_final.doc

Como sabemos, o futuro é incerto e a experiência real observada para cada plano de benefícios diferirá das premissas selecionadas, gerando diferenças (ganhos ou perdas atuariais) que podem ser significativas. Em função disso, as premissas atuariais e financeiras devem ser acompanhadas de forma detalhada e periódica (tecnicamente a periodicidade não precisa ser anual para todas as hipóteses), devendo ser alteradas caso se mostre necessário.

Inúmeras são as razões que podem justificar alterações de hipóteses de uma avaliação para outra, como, por exemplo, o retorno financeiro dos ativos investidos, comportamento da população coberta, pagamento de benefícios diferentes do esperado, imposições legais, adaptações à política de recursos humanos da patrocinadora ou mudanças no cenário econômico, entre outros fatores.

Em resumo, temos que a avaliação atuarial de um plano de benefícios tem por objetivo estimar sua situação atuarial e financeira em um dado momento no tempo e pressupõe o acompanhamento cuidadoso e periódico das hipóteses utilizadas.

Diante do exposto, ressaltamos que eventuais decisões sobre alterações do Plano Unificado, de sua política de investimentos, regimes financeiros e métodos atuariais, ou qualquer outra matéria pertinente devem ser tomadas respeitando-se a legislação vigente e somente após criteriosa análise de possíveis oscilações financeiras futuras e de cenários de premissas alternativos, e não unicamente com base nos resultados da presente avaliação atuarial.

Para a apuração das reservas/provisões matemáticas e custos normais relativos ao Plano Unificado apresentados neste Parecer Atuarial foram adotadas as premissas atuariais e financeiras descritas a seguir neste capítulo, que compõem um único cenário dentre as diversas possibilidades de comportamento dos vários fatores que afetam a apuração dos compromissos atuariais de um plano de benefícios. Certamente, outros cenários razoáveis poderiam ser definidos, mas não estão aqui apresentados.

MERCER

fundação_copel2013/aa1213/doc/previd/parecer/parecer atuarial plano de beneficios unificado fundação copel 20032014 final.doc

É este o conjunto das principais hipóteses atuariais e financeiras utilizadas nesta avaliação atuarial:

Descrição	Valores
– Taxa Real Anual de Juros ⁽¹⁾	5,75% ao ano
– Projeção de Crescimento Real de Salário ^{(1), (2)}	2,00% ao ano
– Projeção de Crescimento Real do Maior Salário de Benefício do INSS ⁽¹⁾	0,00% ao ano
– Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano ⁽¹⁾	0,00% ao ano
– Fator de Capacidade para os Salários	1,0000 x Salário Real de Benefício 0,9777 x Salário Real de Contribuição
– Fator de Capacidade para os Benefícios	0,9777
– Hipótese sobre Rotatividade ⁽³⁾	Nula
– Tábua de Mortalidade Geral ⁽⁴⁾	AT-2000
– Tábua de Mortalidade de Inválidos	Winklevoss
– Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro-Vindas
– Entrada em Aposentadoria	100% na primeira elegibilidade a um benefício pleno de aposentadoria
– Composição Familiar	– Ativos: 85% de casados, com mulher 4 anos mais jovem e 2 filhos ⁽⁵⁾ – Aposentados: Composição real informada
– Outras Hipóteses Biométricas Utilizadas	N.A.

⁽¹⁾ O indexador utilizado é o INPC do IBGE.

⁽²⁾ A hipótese de crescimento salarial adotada foi definida pelas patrocinadoras, levando-se em consideração a expectativa média de reajustes salariais futuros para o longo prazo.

⁽³⁾ A hipótese de rotatividade adotada foi definida pelas patrocinadoras, de forma conservadora, com base na expectativa futura de longo prazo sobre admissões e desligamentos de participantes do Plano Unificado.

⁽⁴⁾ A tábua AT2000, segregada por gênero, corresponde àquela divulgada pelo SOA – "Society of Actuaries", entidade americana similar ao IBA – Instituto Brasileiro de Atuação, e atende ao item 2 da Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 09, de 29/11/2012.

⁽⁵⁾ Idade dos filhos definida como sendo igual à: [(Idade do Titular)/2]-12.

Em atendimento à legislação vigente, cumpre-nos informar que as seguintes hipóteses atuariais e econômicas sofreram alterações em relação à avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2012:

1. Taxa real anual de juros: Reduzida de 6% ao ano para 5,75% ao ano;
2. Tábua de mortalidade de inválidos: Alterada de AT-49 para Winklevoss;
3. Tábua de entrada em invalidez: Alterada de Light Média para Álvaro Vindas;
4. Composição familiar: Foi considerado que 85% dos participantes ativos são casados, sendo a família composta por cônjuge e dois filhos, onde a esposa é 4 anos mais jovem que o marido, e os filhos têm idade definida por: [(Idade do Titular)/2] - 12. Para os aposentados foi considerada a composição real da família do participante.

MERCER

t:\fundação_copel\2013\aa1213\doc\previc\parecer\parecer atuarial plano de benefícios unificado_fundação copel_20032014_final.doc

A manutenção ou alteração das hipóteses atuariais e econômicas utilizadas para a avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2013 estão baseadas nos seguintes estudos técnicos:

1. "Estudo de Aderência das Hipóteses de Mortalidade e Entrada em Invalidez", elaborado pela Fundação COPEL, cuja cópia foi encaminhada à Mercer para análise;
2. "ALM e CFM – Fundação COPEL", elaborado pela área investimentos da Mercer em junho de 2013, e atualizado em outubro do mesmo ano, considerando o cenário econômico vigente no Brasil.

Em relação ao relatório "ALM e CFM – Fundação COPEL", destacamos o que segue:

1. Ficou demonstrado que a taxa real anual de juros de 5,75% ao ano seria adequada e aderente para a avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2013. Quando da atualização do estudo técnico, em outubro de 2013, confirmou-se a adequação deste percentual para a taxa real anual de juros;
2. O percentual utilizado como hipótese para a taxa real anual de juros respeita o limite máximo legal estabelecido pela Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 09, de 29/11/2012.

Além do exposto, se considerarmos somente o "duration" das reservas/provisões matemáticas de benefício definido do Plano Unificado (próximo a 9 na data-base da avaliação atuarial, ou seja, 31/12/2013), a utilização de uma taxa real anual de juros de 5,75% ao ano está dentro dos limites projetados considerados possíveis pela Mercer.

De acordo com o previsto no item 1.2 da Resolução CGPC nº 18/2006, as justificativas para adoção das hipóteses atuariais e econômicas aplicáveis ao Plano Unificado encontram-se arquivadas na Fundação COPEL à disposição da PREVIC.

Adicionalmente, informamos que para a avaliação atuarial realizada pela Mercer com data-base em 31/12/2013 foram adotados os seguintes regimes financeiros e métodos atuariais para o Plano Unificado, que não sofreram alterações em relação à avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2012:

1. Pecúlio por morte e auxílio-doença (modalidade de benefício definido): Regime financeiro de repartição simples. Este regime financeiro estabelece que o valor a ser contribuído em um dado ano (custo normal) deve ser totalmente consumido com o pagamento dos benefícios daquele mesmo exercício;
2. Demais benefícios (modalidade de benefício definido): Regime financeiro de capitalização, método agregado. Este método atuarial determina que o valor presente de todas as contribuições futuras (custo normal de todos os anos) corresponda à diferença entre o valor presente dos compromissos futuros com o pagamento de benefícios e os ativos garantidores.

MERCER

t:\fundação_copel\2013\aa1213\doc\previc\parecer\parecer atuarial plano de benefícios unificado_fundação copel_20032014_final.doc

Também cabe registrar que o regulamento do Plano Unificado, estruturado na modalidade de benefício definido e que se encontra fechado para novas inscrições de participantes e seus dependentes, não sofreu alterações, com impactos atuariais, em relação àquele utilizado para a avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2012.

Diante de todo o exposto até o momento, atestamos que, em nossa opinião, as hipóteses atuariais e financeiras, regimes financeiros e métodos atuariais utilizados nesta avaliação atuarial:

1. São apropriados e adequados aos fins a que se destinam;
2. Estão em linha com os princípios e práticas atuariais geralmente aceitos;
3. Estão em conformidade com as características da massa de participantes avaliada e com o regulamento do Plano Unificado em vigor em 31/12/2013; e
4. Atendem a Resolução CGPC nº 18/2006, alterada pela Resolução CNPC 09/2012, que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Todas as hipóteses atuariais e econômicas, além dos regimes financeiros e métodos atuariais utilizados na avaliação atuarial do Plano Unificado foram discutidos com e aprovados pela Fundação COPEL, que tem pleno conhecimento de seus objetivos e impactos.

4

Provisões Matemáticas e Outras Rubricas

De acordo com o plano de contas em vigor e com as informações contábeis fornecidas pela Fundação COPEL, apresentamos no quadro a seguir os valores do patrimônio social, do patrimônio de cobertura do Plano Unificado, das reservas/provisões matemáticas calculadas e certificadas pela Mercer, do equilíbrio técnico e dos fundos previdencial e administrativo posicionados em 31/12/2013.

Sobre as informações apresentadas cabem os seguintes registros:

1. A Mercer não efetuou qualquer análise dos ativos que compõem o patrimônio social do Plano Unificado ora avaliado, tendo se baseado somente nas informações fornecidas pela Fundação COPEL;
2. Os valores das reservas/provisões matemáticas apresentados neste capítulo foram obtidos considerando-se os dados individuais dos participantes, dependentes e pensionistas, o regulamento vigente do Plano Unificado e as hipóteses atuariais e econômicas, regimes financeiros e métodos atuariais já referidos neste Parecer Atuarial;
3. Entre a data-base dos dados e 31/12/2013 vários participantes aguardando o benefício saldado adquiriram a condição de aposentados. Para este grupo, as provisões matemáticas foram calculadas como se estivessem no período de diferimento, sendo, então, transferidas e registradas na rubrica de benefícios concedidos.

Conta	Nome	Valor em R\$ (31/12/2013)
2.3.0.0.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	4.384.935.081,08
2.3.1.0.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	4.384.643.254,63
2.3.1.1.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	4.188.691.096,65
2.3.1.1.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	3.816.093.901,48
2.3.1.1.01.01.00	Contribuição Definida	0,00
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Conta dos Assistidos	0,00
2.3.1.1.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	3.816.093.901,48
2.3.1.1.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	3.515.349.471,46
2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	300.744.430,02
2.3.1.1.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	372.597.195,17
2.3.1.1.02.01.00	Contribuição Definida	0,00
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	0,00
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas - Parcela Participantes	0,00

Conta	Nome	Valor em R\$ (31/12/2013)
2.3.1.1.02.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	372.179.637,28
2.3.1.1.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	375.144.440,74
2.3.1.1.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	1.482.401,73
2.3.1.1.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	1.482.401,73
2.3.1.1.02.03.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	417.557,89
2.3.1.1.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	478.118,39
2.3.1.1.02.03.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	30.280,25
2.3.1.1.02.03.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	30.280,25
2.3.1.1.03.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	0,00
2.3.1.1.03.01.00	(-) Serviço Passado	0,00
2.3.1.1.03.01.01	(-) Patrocinador(es)	0,00
2.3.1.1.03.01.02	(-) Participantes	0,00
2.3.1.1.03.02.00	(-) Déficit Equacionado	0,00
2.3.1.1.03.02.01	(-) Patrocinador(es)	0,00
2.3.1.1.03.02.02	(-) Participantes	0,00
2.3.1.1.03.02.03	(-) Assistidos	0,00
2.3.1.1.03.03.00	(+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
2.3.1.1.03.03.01	(+/-) Patrocinador(es)	0,00
2.3.1.1.03.03.02	(+/-) Participantes	0,00
2.3.1.1.03.03.03	(+/-) Assistidos	0,00
2.3.1.2.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	195.952.157,98
2.3.1.2.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	195.952.157,98
2.3.1.2.01.01.00	Superávit Técnico Acumulado	195.952.157,98
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	195.952.157,98
2.3.1.2.01.01.02	Reserva Especial para Revisão de Plano	0,00
2.3.1.2.01.02.00	(-) Déficit Técnico Acumulado	0,00
2.3.1.2.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	0,00
2.3.2.0.00.00.00	FUNDOS	291.826,45
2.3.2.1.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	0,00
2.3.2.1.01.00.00	REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	0,00
2.3.2.1.02.00.00	REVISÃO DE PLANO	0,00
2.3.2.1.03.00.00	OUTROS - PREVISTOS EM NOTA TÉCNICA ATUARIAL	0,00
2.3.2.2.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	291.826,45
2.3.2.3.00.00.00	FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	0,00

Em relação à estruturação das provisões matemáticas, observamos ainda o que segue:

1. No caso de aposentadoria concedida, as provisões referentes à reversão do benefício em pensão por morte do aposentado válido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados - assistidos) e as provisões referentes à reversão de aposentadoria por invalidez em pensão por morte do inválido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos);
2. A provisão da pensão por morte já concedida foi registrada na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos);
3. A provisão referente à futura reversão da aposentadoria por invalidez em pensão por morte do futuro inválido calculada para participante ativo foi registrada na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados);
4. A provisão referente à pensão por morte de participante ativo foi registrada na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).

Por fim, gostaríamos de registrar as seguintes considerações gerais:

1. O Superávit Técnico Acumulado do Plano Unificado sofreu redução significativa entre os encerramentos dos exercícios de 2012 e 2013, passando de R\$ 482.247.688,88 para R\$ 195.952.157,98. Dentre os principais fatores que contribuíram para esta situação podemos destacar a rentabilidade do patrimônio de cobertura do plano, que foi inferior a meta atuarial, as perdas atuariais resultantes da redução da hipótese para a taxa real anual de juros, além da atualização da composição familiar teórica em benefícios a conceder e adoção da composição familiar real para avaliação dos benefícios concedidos. As alterações realizadas relativas as composições familiares trarão uma melhor estimativa dos compromissos com herdeiros dos participantes, decorrentes de pensão por morte;
2. Os impactos descritos no item anterior foram amenizados em razão da combinação das trocas da tabela de entrada em invalidez, alterada de Light Média para Álvaro Vindas, e da tabela de mortalidade de inválidos, alterada de AT-49 para Winklevoss;
3. A Reserva de Contingência foi constituída conforme o disposto no parágrafo único do artigo 7º da Resolução CGPC nº 26 de 29/09/2008. Não foi apurada reserva especial para revisão do Plano Unificado.

JG
g

5

Plano de Custeio

Custos

Para definição do custeio dos benefícios (custo normal) e das despesas administrativas do Plano Unificado foram utilizados os regimes financeiros e métodos atuariais já referidos neste Parecer Atuarial, como segue:

1. Despesas administrativas e benefícios de pecúlio por morte e auxílio-doença: Utilizou-se o regime financeiro de repartição simples;
2. Demais benefícios definidos: Utilizou-se o método atuarial agregado.

Todos os regimes financeiros e métodos atuariais utilizados preveem o redimensionamento periódico de seu plano de custeio.

A tabela a seguir apresenta o plano de custeio do Plano Unificado para participantes e patrocinadoras.

Benefícios e Despesas Administrativas	Custo em % da Folha Anual do Salário Real de Contribuição ⁽¹⁾	Contribuição Anual em R\$
– Aposentadorias	12,46%	R\$ 606.349,00
– Invalidez	0,23%	R\$ 11.193,00
– Pensão por Morte	0,21%	R\$ 10.219,00
– Auxílio-Doença	0,05%	R\$ 2.400,00
– Pecúlio por Morte	0,80%	R\$ 38.930,00
– Total de Benefícios	13,75%	R\$ 669.126,00
– Despesas Administrativas ⁽²⁾	158,68%	R\$ 7.721.782,51
– Total	172,43%	R\$ 8.390.908,51

⁽¹⁾ Folha de Salário Real de Contribuição Anual: R\$ 4.866.368, no conceito capacidade. Esta folha reflete valores de 12/2013 e é diferente dos valores apresentados no capítulo 2 deste Parecer Atuarial.

⁽²⁾ Valor estabelecido pela Fundação COPEL em seu orçamento anual e referente somente ao Plano Unificado.

Os valores monetários da tabela anterior são apresentados no conceito de capacidade e estão posicionados em 31/12/2013. Os valores de contribuição em Reais poderão apresentar variações em função de aumento ou redução da folha do salário real de contribuição.

Informamos que além das contribuições das patrocinadoras e participantes, apresentadas mais adiante neste Parecer Atuarial, referentes ao pagamento das despesas administrativas, estimadas em R\$ 7.721.782,51, de acordo com o orçamento aprovado pelo Conselho Deliberativo da Fundação COPEL, uma parcela de 3% do retorno dos investimentos também será destinada ao pagamento das despesas administrativas e a capitalização do fundo administrativo.

MERCER

14

t:\fundação_copel\2013\1213\doc\previparecer\parecer atuarial_plano de beneficios unificado_fundação copel_20032014_final.doc

A despesa administrativa apresentada na tabela acima reflete fielmente o valor orçado pela Fundação COPEL para o Plano Unificado e deverá ser rateada paritariamente entre participantes (ativos e aposentados) e patrocinadoras.

Alternativamente à realização das contribuições para o custeio administrativo previstas neste plano de custeio, e respeitadas as disposições regulamentares vigentes, poderão ser adotadas, em conjunto ou isoladamente, as seguintes formas de cobrança dessas contribuições, previstas na Resolução nº 29/2009:

1. Taxa de administração a incidir sobre o montante dos recursos garantidores dos planos de benefícios; ou
2. Taxa de carregamento a incidir sobre a soma das contribuições e dos benefícios dos planos no exercício a que se referir.

Contribuições

Certificamos que, de acordo com a legislação vigente, patrocinadoras e participantes deverão efetuar contribuições para o Plano Unificado com base nos seguintes níveis:

Patrocinadora

As patrocinadoras deverão efetuar contribuições de acordo com os itens 41 e 42 do regulamento do Plano Unificado, estimadas e apresentadas a seguir:

Benefícios Definidos e Despesas Administrativas	Contribuição em % da Folha Anual do Salário Real de Contribuição	Contribuição Anual em R\$
– Benefícios por Repartição ⁽¹⁾	0,42%	R\$ 20.665,00
– Contribuição de Patrocinadora Definida em Regulamento ⁽¹⁾	6,45%	R\$ 313.881,00
– Despesas Administrativas	25,92%	R\$ 1.261.217,00
– Contribuição Total de Patrocinadora	32,79%	R\$ 1.595.763,00

⁽¹⁾ Valores estimados correspondentes à 100% das contribuições a serem realizadas pelos participantes ativos. Prevalecem os valores reais contribuídos.

O valor estimado das contribuições de patrocinadora deve ser financiado por contribuições correspondentes a 32,79% da folha do salário real de contribuição dos participantes ativos do Plano Unificado ou, alternativamente, 0,24% da folha do salário real de contribuição de todos os participantes ativos da patrocinadora COPEL (esta folha monta à R\$ 673.173.659 em 31/12/2013).

Especificamente em relação as contribuições para cobertura das despesas administrativas, o plano de adequação determinado no Ofício nº 059/ERRS/PREVIC, de 06/04/2010, estabelece que as patrocinadoras recolherão suas contribuições para cobertura dessas despesas no patamar de 60% sobre o valor previsto no plano de custeio de cada exercício, sendo a diferença coberta por meio de recursos do fundo administrativo, como forma de recuperação de valores pagos a mais no período de 2003 a 2010.

MERCER

15

t:\fundação_copel\2013\1213\doc\previparecer\parecer atuarial_plano de beneficios unificado_fundação copel_20032014_final.doc

Entendemos que o esgotamento do fundo administrativo antes de findo o prazo de 84 meses descrito no item 1 da correspondência da Fundação COPEL para a PREVIC (resposta ao Ofício nº 059/ERRS/PREVIC), se deve ao comportamento crescente das despesas administrativas (comportamento este não previsto na proposta de adequação), provocando assim, a antecipação das despesas que deveriam ser financiadas pelo referido fundo ao longo do período pertinente.

A contribuição das patrocinadoras em contrapartida à contribuição administrativa dos participantes ativos e aposentados deverá ser alocada no fundo administrativo.

Participantes Ativos e Aposentados

Os participantes ativos e aposentados deverão efetuar contribuições com base na seguinte regra de custeio:

Participantes do Plano I – Faixa do Salário Real de Contribuição ^{(1), (2)}	Percentual
– Até 0,5 Teto	3,0%
– De 0,5 a 1 Teto	4,0%
– De 1 a 3 Tetos	7,0%
Participantes do Plano II – Faixa do Salário Real de Contribuição ^{(1), (2)}	
– Até 0,5 Teto	3,0%
– De 0,5 a 1 Teto	4,0%
– De 1 a 2 Tetos	10,0%
– De 2 a 3 Tetos	11,0%
– Acima de 3 Tetos	13,0%

⁽¹⁾ Teto: refere-se ao salário "teto" de contribuição para a Previdência Social.

⁽²⁾ Para os participantes aposentados, o salário real de contribuição equivale ao valor do benefício recebido.

Para 2014, essas contribuições foram estimadas em:

1. R\$ 313.881,00 no ano, correspondente a 6,23% da folha do salário real de contribuição dos participantes ativos do Plano Unificado; e
2. R\$ 16.931.849,00 no ano, correspondente a 5,46% da folha de benefícios dos participantes aposentados e pensionistas do Plano Unificado.

Ressalte-se que os valores acima são estimados, prevalecendo sempre os valores reais contribuídos.

Sobre as contribuições dos participantes ativos e aposentados acima apresentadas incidirá uma taxa de carregamento de 20% para fins da cobertura das despesas administrativas do Plano Unificado, como segue:

1. R\$ 83.604,00 no ano, correspondente a 1,72% da folha do salário real de contribuição dos participantes ativos; e

2. R\$ 3.386.370 no ano, correspondente a 1,09% da folha de benefícios para os participantes aposentados e pensionistas.

Os valores acima são estimados, uma vez que decorrem diretamente das contribuições reais efetuadas.

Os participantes pensionistas não contribuem para o custeio das despesas administrativas do Plano Unificado.

Conforme também previsto no plano de adequação das contribuições para o custeio administrativo, determinado no referido Ofício nº 059/ERRS/PREVIC, serão recolhidas mensalmente contribuições administrativas dos participantes ativos e aposentados do Plano Unificado, no percentual de 0,70% do valor do salário real de contribuição limitado a R\$ 10,00 (para os aposentados o salário real de contribuição corresponde ao benefício recebido). O período de cobrança de tais contribuições vigorará de abril de 2011 a março de 2018, perfazendo 84 meses. Este valor é estimado em R\$ 650.000 para o ano de 2014.

Participantes Autopatrocinados

Os participantes autopatrocinados deverão efetuar, além de suas contribuições, as contribuições que seriam feitas pela patrocinadora, caso não tivesse ocorrido o término do vínculo empregatício, destinadas ao custeio de seus benefícios e das despesas administrativas.

Ressaltamos que na data-base dos dados utilizados nesta avaliação atuarial não havia nenhum participante nessa condição.

Participantes em Benefício Proporcional Diferido (BPD)

Não haverá contribuições de participantes em BPD.

Este plano de custeio passa a vigorar pelo prazo de 1 ano, a partir de 1º de abril de 2014, não sendo possível sua postergação ou aplicação em período diferente do aqui apresentado.

6

Limite Legal das Despesas

Em conformidade com o artigo 6º da Resolução CGPC nº 29, de 31/08/2009, registramos que os recursos destinados para o plano de gestão administrativa atendem aos limites pertinentes para o conjunto de planos de benefícios administrados pela Fundação COPEL, que são vinculados à Lei Complementar nº 108, de 29/05/2001.

JG

D

MERCER

18

I:\fundação_copel\2013\aa1213\doc\previ\parecer\parecer atuarial_plano de beneficios unificado_fundação copel_20032014_final.doc

7

Conclusão

Considerando todo o exposto neste Parecer Atuarial, atestamos que, em nossa opinião, as hipóteses atuariais e financeiras, regimes financeiros e métodos atuariais utilizados para a avaliação atuarial do Plano Unificado são apropriados para os fins a que se destinam, estão em conformidade com o regulamento do Plano Unificado em vigor, e atendem às determinações da Resolução CGPC nº 18/2006, alterada pela Resolução CNPC 09/2012, que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Ressaltamos que todos os regimes financeiros e métodos atuariais utilizados para a avaliação atuarial do Plano Unificado preveem o redimensionamento periódico do seu plano de custeio.

Diante dos resultados apresentados neste Parecer Atuarial certificamos que o Plano Unificado administrado pela Fundação COPEL está superavitário na data de encerramento do exercício de 2013, tendo sua Reserva de Contingência constituída conforme o disposto no parágrafo único do Artigo 7º da Resolução CGPC nº 26 de 29/09/2008. Certificamos, também, que as patrocinadoras e participantes (ativos, aposentados, etc.) deverão efetuar as contribuições para o Plano Unificado conforme estabelecido no capítulo 5 deste documento.

Para fins de comprovação da paridade contributiva, informamos que o total das contribuições a serem vertidas pelas patrocinadoras para o Plano Unificado durante a vigência do plano de custeio estabelecido no no capítulo 5 deste Parecer Atuarial representa aproximadamente 7% do total das contribuições dos participantes (ativos e aposentados).

Considerando se tratar de um plano estruturado na modalidade de benefício definido, a experiência real observada diferirá das hipóteses atuariais e financeiras selecionadas, gerando diferenças entre duas avaliações atuariais consecutivas (ganhos ou perdas atuariais) que podem ser significativas. Assim, resta claro que além do pagamento das contribuições previstas no plano de custeio apresentado neste Parecer Atuarial, a manutenção da saúde atuarial e financeira do Plano Unificado (neste caso a situação superavitária) dependerá do comportamento dessas hipóteses, onde cabe destaque especial para a sobrevivência dos participantes (ativos e aposentados) e o retorno futuro de investimentos obtido pelo patrimônio que lastreia os compromissos assumidos com o pagamento de benefícios.

Por fim, atestamos que os atuários credenciados subscritos a seguir atendem aos padrões de qualificação do Instituto Brasileiro de Atuária - IBA para a elaboração da avaliação atuarial aqui apresentada e para a emissão das opiniões e recomendações contidas no presente Parecer Atuarial.

JG D

MERCER

19

I:\fundação_copel\2013\aa1213\doc\previ\parecer\parecer atuarial_plano de beneficios unificado_fundação copel_20032014_final.doc

Também registramos que não é do nosso conhecimento a existência de qualquer interesse financeiro direto ou interesse material indireto, ou ainda relação pessoal que poderia gerar conflito de interesses que viesse a prejudicar a objetividade e a imparcialidade deste trabalho.

Permanecemos à disposição para o esclarecimento de quaisquer questões relacionadas aos tópicos abordados neste Parecer Atuarial ou para o fornecimento de mais detalhes que se mostrem necessários.

São Paulo, 20 de março de 2014.

Mercer Human Resource Consulting Ltda.



Tiago Calçada
M.I.B.A. nº 1.666

Eu revisei e julguei aceitáveis as premissas atuariais e financeiras, os regimes financeiros e métodos atuariais e os procedimentos utilizados para esta avaliação atuarial do Plano Unificado administrado pela Fundação COPEL.



José Carlos Dias
M.I.B.A. nº 635



Mercer
Av. Dr. Chucril Zaidan, 920, 4º, 10º e 11º andares
São Paulo, SP, Brasil
CEP 04583-904
Tel.: +55 11 3048 1800

Mercer
Rua da Quitanda, 86 - 2º andar
Rio de Janeiro, RJ, Brasil
CEP 20091-902
Tel.: +55 21 3806 1100

Informações detalhadas

PLANO PECÚLIO

Informações

FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO PECÚLIO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
E 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2013	31/12/2012	Variação (%)
1. Ativos	10.831	9.973	8,60%
Disponível	6	4	50,00%
Recebível	83	26	219,23%
Investimentos	10.742	9.943	8,04%
Títulos Públicos	3.878	4.087	-5,11%
Créditos Privados e Depósitos	6.389	5.100	25,27%
Fundos de Investimento	475	756	-37,17%
2. Obrigações	138	31	345,16%
Operacional	138	31	345,16%
3. Fundos não Previdenciais	83	26	219,23%
Fundos Administrativos	83	26	219,23%
5. Ativo Líquido (1-2-3)	10.610	9.916	7,00%
Fundos Previdenciais	10.610	9.916	7,00%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO
PECÚLIO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
E 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2013	31/12/2012	Variação (%)
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	9.916	9.157	8,29%
1. Adições	7.509	6.575	14,21%
Contribuições	6.904	5.774	19,57%
Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	605	801	-24,47%
2. Destinações	(6.815)	(5.816)	17,18%
Benefícios	(6.359)	(5.701)	11,54%
Resultado Negativo dos Investimentos	(265)	-	-100,00%
Custeio Administrativo	(191)	(115)	66,09%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	694	759	-8,56%
Fundos Previdenciais	694	759	-8,56%
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3)	10.610	9.916	7,00%
C) Fundos não Previdenciais	83	26	219,23%
Fundos Administrativos	83	26	219,23%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO PECÚLIO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
E 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2013	31/12/2012	Variação (%)
PROVISÕES TÉCNICAS	10.748	9.947	8,05%
3. FUNDOS	10.610	9.916	7,00%
3.1 Fundos Previdenciais	10.610	9.916	7,00%
4. EXIGÍVEL OPERACIONAL	138	31	345,16%
4.1 Gestão Previdencial	138	31	345,16%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Informações de INVESTIMENTOS

A Política de Investimentos visa definir as diretrizes e parâmetros que devem reger a alocação e gestão dos investimentos do Plano Pecúlio, gerido pela Fundação Copel, nos diversos segmentos de aplicação. A política é elaborada com vistas a promover a segurança, liquidez e rentabilidade necessárias para manter o equilíbrio do plano e assegurar a constituição de reservas suficientes para atingir o objetivo do plano.

A construção da política leva em consideração o cenário econômico atual e projetado para 60 meses e o princípio da diversificação.

Os limites e critérios, aqui apresentados, estão fundamentados na Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, legislação que estabelece as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores das Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

As diretrizes, ora estabelecidas, são complementares àquelas definidas pela Resolução CMN nº 3.792, não estando os administradores ou gestores, em nenhuma hipótese, dispensados de observar as regras, restrições e condições estabelecidas pela legislação aplicável, ainda que estas não estejam transcritas neste documento.

A Política de Investimentos será revisada sempre que houver necessidade, sob coordenação da Diretoria Executiva, sendo encaminhada à apreciação e recomendação do Comitê de Investimentos e aprovação pelo Conselho Deliberativo.

A elaboração desta Política de Investimento foi conduzida pela Diretoria Executiva, submetida ao Comitê de Investimentos e aprovada pelo Conselho Deliberativo, conforme Ata da 208ª Reunião Extraordinária de 30/10/2013. As diretrizes, aqui definidas, entram em vigor em 31 de outubro de 2013.

Informações de ATUARIAIS



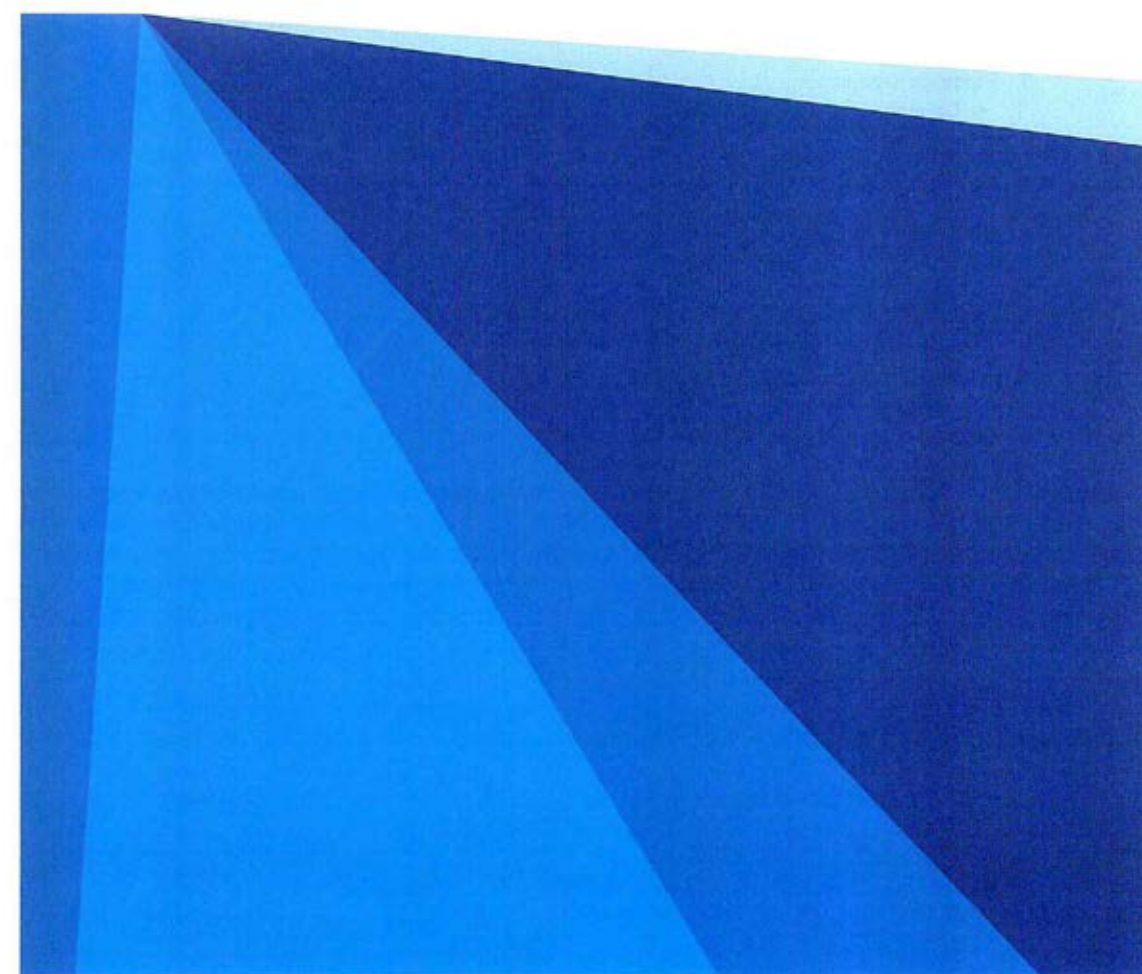
TALENT • HEALTH • RETIREMENT • INVESTMENTS

FUNDAÇÃO COPEL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL PLANO DE PECÚLIO

PARECER ATUARIAL DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2013

JG

SÃO PAULO, 20 DE MARÇO DE 2014



CONTEÚDO

1. Introdução e Objetivos	1
2. Dados Cadastrais	3
• Participantes Ativos.....	3
• Participantes Aposentados.....	3
3. Hipóteses e Regimes Financeiros Utilizados.....	4
4. Provisões Matemáticas e Outras Rubricas.....	7
5. Plano de Custeio.....	9
• Contribuições de Participantes.....	9
6. Limite Legal das Despesas	10
7. Conclusão.....	11

.... 11

MERCER

Fundação: cona2013iss1213idodrevidinacercaparcerajurial plano de peçofo. fundação copel. 20032014.doc

1

Introdução e Objetivos

Na qualidade de atuário oficial do Plano de Pecúlio, CNPB nº 2006.0007-56, patrocinado pelas empresas Copel Distribuição S.A; Copel Geração e Transmissão S.A; Copel Telecomunicações S.A., COPEL - Companhia Paranaense de Energia S.A., Copel Participações S.A, Companhia Paranaense de Gás COMPAGÁS, Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento LACTEC, Tradener Ltda., Escoeltric Ltda. e Fundação COPEL de Previdência e Assistência Social, e administrado pela Fundação COPEL de Previdência e Assistência Social (Fundação COPEL), preparamos este relatório técnico (Parecer Atuarial) que contém as principais informações e resultados da avaliação atuarial do referido Plano de Pecúlio, realizada pela Mercer Human Resource Consulting Ltda. (Mercer) para fins de encerramento do exercício de 2013 da Fundação COPEL.

Este Parecer Atuarial, que é parte integrante da DA – Demonstração Atuarial de 31/12/2013, a ser enviada para o Governo Brasileiro até 31/03/2014, foi elaborado para a Fundação COPEL, e:

1. Não alcança ou considera quaisquer outros benefícios, administrados por ela ou não, além daqueles previstos no Plano de Pecúlio;
2. Deve ser utilizado somente para fins de cumprimento das obrigações legais de encerramento de exercício emanadas dos órgãos regulador e fiscalizador do sistema fechado de previdência complementar no Brasil, ou seja, o Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

Registramos que os resultados apresentados no capítulo 4 deste Parecer Atuarial já foram antecipados para os auditores contábeis da Fundação COPEL, por meio de documento datado de 5 de março de 2014.

O Plano de Pecúlio está estruturado na modalidade de benefício definido, com características muito semelhantes a um seguro de vida em grupo, e encontra-se aberto para novas inscrições de participantes e seus cônjuges em 31/12/2013.

Para a obtenção dos resultados atuariais acima mencionados são utilizadas premissas, atuariais e financeiras, que traduzem expectativas sobre o comportamento do Plano de Pecúlio ao longo do tempo, e que podem ou não acontecer. Desta forma, qualquer interpretação ou tomada de decisão baseadas nesses resultados devem considerar e respeitar todas as ressalvas, orientações e recomendações aqui apresentadas. A Mercer não se responsabiliza por decisões tomadas sem a observação cuidadosa do apresentado neste Parecer Atuarial ou pelas consequências decorrentes de sua utilização para outros fins que não os já referidos.

para outros

MERCER

13Fundação Copel 2013;iao1213doctopreicipreceptorecorauiat; plano de peçilo; fundação copel; 20032014 doc

Permanecerá sempre com a Fundação COPEL e/ou suas patrocinadoras a responsabilidade pela execução das determinações contidas neste Parecer Atuarial, como, por exemplo, a guarda e arquivo deste documento, o cumprimento do plano de custeio apresentado, o registro contábil das informações pertinentes, etc.

Por fim, cabe registrar que a reprodução total deste documento é permitida, desde que citada a fonte. Entretanto, reproduções parciais de seu conteúdo dependem de prévia autorização da Mercer, por escrito, sendo obrigatório, nesses casos, o esclarecimento de que se trata de reprodução elaborada por terceiros.

2

Dados Cadastrais

Os dados individuais dos participantes, e respectivos cônjuges quando aplicável, utilizados neste estudo foram fornecidos pela Fundação COPEL à Mercer, que, após a realização de testes de inconsistência apropriados e eventuais acertos efetuados em conjunto entre as partes, considerou-os adequados para os propósitos desta avaliação atuarial. A data-base desses dados foi 31/07/2013.

A análise de inconsistências efetuada pela Mercer objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo, de tal análise, a garantia de que todas as distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com a Fundação COPEL e suas patrocinadoras, a responsabilidade plena por quaisquer imprecisões remanescentes.

Nas tabelas a seguir estão resumidas as principais características do grupo avaliado na data-base dos dados. Também, para fins de comparação e análise, são apresentadas as mesmas informações para o ano anterior, cuja data-base foi 31/07/2012.

Participantes Ativos

Descrição	07/2013	07/2012
– Número	7.901	7.408
– Idade média	41,0 anos	41,5 anos
– Valor nominal médio do capital segurado	R\$ 121.189	R\$ 120.648
– Valor nominal do capital segurado total	R\$ 957.515.339	R\$ 893.763.859

Participantes Aposentados

Descrição	07/2013	07/2012
– Número	5.311	5.030
– Idade média	63,3 anos	63,1 anos
– Valor nominal médio do capital segurado	R\$ 97.319	R\$ 92.116
– Valor nominal do capital segurado total	R\$ 516.861.241	R\$ 464.341.814

3

Hipóteses e Regimes Financeiros Utilizados

Por se tratar este Plano de Pecúlio de pagamentos únicos aos beneficiários em caso de falecimento ou invalidez do participante ou seu cônjuge, e cujo capital segurado é determinado de forma financeira, sem qualquer componente vitalício em seu cálculo, foi utilizado o regime financeiro de repartição simples, conforme prerrogativa prevista na legislação aplicável.

De forma geral, o regime de repartição simples estabelece que o custeio dos benefícios/pecúlios a serem pagos é aquele necessário e suficiente para fazer frente aos compromissos para o exercício em questão. Em outras palavras, espera-se que o valor contribuído no ano (custeio dos benefícios/pecúlios) seja completamente consumido com pagamento de benefícios/pecúlios naquele mesmo exercício. Este regime financeiro exige a definição de poucas hipóteses atuariais e financeiras.

Cabe ressaltar que os resultados da avaliação atuarial do Plano de Pecúlio registram a situação atuarial e financeira estimada do referido plano em um dado momento no tempo, e pressupõem o acompanhamento cuidadoso das hipóteses utilizadas. Diante do exposto, ressaltamos que eventuais decisões sobre alterações do Plano de Pecúlio, do regime financeiro, ou qualquer outra matéria pertinente devem ser tomadas respeitando-se a legislação vigente e somente após criteriosa análise de possíveis oscilações financeiras futuras e de cenários de premissas alternativos, e não unicamente com base nos resultados da presente avaliação atuarial.

Para a apuração dos custos normais relativos ao Plano de Pecúlio apresentados neste Parecer Atuarial foram adotadas as premissas atuariais e financeiras descritas a seguir neste capítulo, que compõem um único cenário dentre as diversas possibilidades de comportamento dos vários fatores que afetam a apuração dos compromissos atuariais de um plano de benefícios. Certamente, outros cenários razoáveis poderiam ser definidos, mas não estão aqui apresentados.

É este o conjunto das principais hipóteses atuariais e financeiras utilizadas nesta avaliação atuarial:

Descrição	Valores
– Probabilidade de Ocorrência de Sinistros no Próximo Ano ⁽¹⁾	Experiência real do último ano
– Carregamento de Segurança ⁽²⁾	5% do prêmio bruto
– Crescimento do Capital Segurado	0% a.a.
– Fator de Capacidade	1,00
– Hipótese sobre Rotatividade	N.A.
– Tábua de Mortalidade Geral	N.A.
– Tábua de Mortalidade de Inválidos	N.A.
– Tábua de Entrada Em Invalidez	N.A.
– Outras Hipóteses Biométricas Utilizadas	-

⁽¹⁾ Para fins de apuração dos valores esperados de pagamentos de sinistros (benefícios/pecúlios) para o exercício 2014 utilizou-se a experiência do Plano de Pecúlio no ano imediatamente anterior;

⁽²⁾ Carregamento para cobertura, durante o exercício de 2014, de eventuais desvios entre o total de sinistros esperados e seu valor efetivo.

Para a avaliação atuarial realizada pela Mercer com data-base em 31/12/2013 foi adotado o seguinte regime financeiro para o Plano de Pecúlio:

- Pecúlio por morte e por invalidez (modalidade de benefício definido): Regime financeiro de repartição simples. Este regime financeiro estabelece que o valor a ser contribuído em um dado ano (custo normal) deve ser totalmente consumido com o pagamento dos benefícios daquele mesmo exercício.

Em atendimento à legislação vigente, cumpre-nos informar que as hipóteses atuariais e econômicas, e o regime atuarial utilizados na presente avaliação não sofreram alterações em relação à avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2012.

Também cabe registrar que o regulamento do Plano de Pecúlio, estruturado na modalidade de benefício definido e que se encontra aberto para novas inscrições de participantes e seus dependentes, não sofreu alterações em relação àquele utilizado para a avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2012.

Diante de todo o exposto até o momento, atestamos que, em nossa opinião, as hipóteses atuariais e financeiras e o regime financeiro utilizados nesta avaliação atuarial:

1. São apropriados e adequados aos fins a que se destinam;
2. Estão em linha com os princípios e práticas atuariais geralmente aceitos;
3. Estão em conformidade com as características da massa de participantes avaliada e com o regulamento do Plano de Pecúlio em vigor em 31/12/2013; e

4. Atendem a Resolução CGPC nº 18/2006, alterada pela Resolução CNPC 09/2012, que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Todas as hipóteses atuariais e econômicas, além do regime financeiro utilizados na avaliação atuarial do Plano de Pecúlio foram discutidos com e aprovados pela Fundação COPEL, que tem pleno conhecimento de seus objetivos e impactos.

MERCER

t:\fundação_copel\2013\aa1213\doc\prev\parecer\parecer atuarial_plano de pecúlio_fundação copel_20032014.doc

4

Provisões Matemáticas e Outras Rubricas

De acordo com o plano de contas em vigor e com as informações contábeis fornecidas pela Fundação COPEL, apresentamos no quadro a seguir os valores do patrimônio social, do patrimônio de cobertura do Plano de Pecúlio, das reservas/provisões matemáticas calculadas e certificadas pela Mercer, do equilíbrio técnico e dos fundos previdencial e administrativo posicionados em 31/12/2013.

Sobre as informações apresentadas cabem os seguintes registros:

- A Mercer não efetuou qualquer análise dos ativos que compõem o patrimônio social do Plano de Pecúlio ora avaliado, tendo se baseado somente nas informações fornecidas pela Fundação COPEL.

.Conta	Nome	Valor em R\$ (31/12/2013)
2.3.0.0.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	10.692.823,86
2.3.1.0.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	0,00
2.3.1.1.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	0,00
2.3.1.1.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	0,00
2.3.1.1.01.01.00	Contribuição Definida	0,00
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Conta dos Assistidos	0,00
2.3.1.1.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	0,00
2.3.1.1.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	0,00
2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	0,00
2.3.1.1.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	0,00
2.3.1.1.02.01.00	Contribuição Definida	0,00
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	0,00
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas - Parcela Participantes	0,00
2.3.1.1.02.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	0,00
2.3.1.1.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	0,00
2.3.1.1.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	0,00
2.3.1.1.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
2.3.1.1.02.03.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	0,00
2.3.1.1.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	0,00
2.3.1.1.02.03.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	0,00
2.3.1.1.02.03.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00

MERCER

t:\fundação_copel\2013\aa1213\doc\prev\parecer\parecer atuarial_plano de pecúlio_fundação copel_20032014.doc

.Conta	Nome	Valor em R\$ (31/12/2013)
2.3.1.1.03.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	0,00
2.3.1.1.03.01.00	(-) Serviço Passado	0,00
2.3.1.1.03.01.01	(-) Patrocinador(es)	0,00
2.3.1.1.03.01.02	(-) Participantes	0,00
2.3.1.1.03.02.00	(-) Déficit Equacionado	0,00
2.3.1.1.03.02.01	(-) Patrocinador(es)	0,00
2.3.1.1.03.02.02	(-) Participantes	0,00
2.3.1.1.03.02.03	(-) Assistidos	0,00
2.3.1.1.03.03.00	(+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
2.3.1.1.03.03.01	(+/-) Patrocinador(es)	0,00
2.3.1.1.03.03.02	(+/-) Participantes	0,00
2.3.1.1.03.03.03	(+/-) Assistidos	0,00
2.3.1.2.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	0,00
2.3.1.2.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	0,00
2.3.1.2.01.01.00	Superávit Técnico Acumulado	0,00
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	0,00
2.3.1.2.01.01.02	Reserva Especial para Revisão de Plano	0,00
2.3.1.2.01.02.00	(-) Déficit Técnico Acumulado	0,00
2.3.1.2.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	0,00
2.3.2.0.00.00.00	FUNDOS	10.692.823,86
2.3.2.1.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	10.609.594,89
2.3.2.1.01.00.00	REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	0,00
2.3.2.1.02.00.00	REVISÃO DE PLANO	0,00
2.3.2.1.03.00.00	OUTROS - PREVISTOS EM NOTA TÉCNICA ATUARIAL	10.609.594,89
2.3.2.2.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	83.228,97
2.3.2.3.00.00.00	FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	0,00

5

Plano de Custeio

Contribuições de Participantes

Para definição do custeio dos benefícios (custo normal) do Plano de Pecúlio foi utilizado o regime financeiro de repartição simples já referido neste Parecer Atuarial

O regime financeiro utilizado prevê o redimensionamento periódico de seu plano de custeio.

Certificamos que, de acordo com a legislação vigente, os participantes deverão efetuar contribuições mensais/pagar prêmios, no total de 12 vezes no ano, equivalentes a 0,0405% do capital segurado total, isto é, o capital segurado relativo ao pecúlio principal acrescido, se existente, do capital segurado do pecúlio adicional. Os valores de tais contribuições mensais/prêmios em Reais poderão apresentar variações em função de aumento ou redução do capital segurado total.

A Fundação COPEL deverá acompanhar o fluxo financeiro de pagamentos de benefícios/pecúlios realizados durante a vigência deste plano de custeio, de forma a identificar possíveis desvios de sinistralidade que sejam muito maiores que a média histórica observada. Neste caso, nova avaliação atuarial deverá ser realizada para redimensionamento do equilíbrio financeiro e atuarial do Plano de Pecúlio.

Do valor do prêmio será recolhido um percentual de 3,0% para cobertura das despesas com a administração deste Plano de Pecúlio, percentual esse apurado com base no total de despesas orçadas para a vigência deste plano de custeio pela Fundação COPEL, no montante de R\$ 161.981,33.

Uma vez que a cobertura oferecida por este Plano de Pecúlio é complementar àquelas dos planos de benefícios previdenciários, não havendo contribuição por parte das patrocinadoras, fica atendida a previsão da Emenda Constitucional nº 20/1998 em relação à necessidade de paridade no custeio.

Este plano de custeio passa a vigorar pelo prazo de 1 ano, a partir de 1º de abril de 2014, não sendo possível sua postergação ou aplicação em período diferente do aqui apresentado.

6

Limite Legal das Despesas

Em conformidade com o artigo 6º da Resolução CGPC nº 29, de 31/08/2009, registramos que os recursos destinados para o plano de gestão administrativa atendem aos limites pertinentes para o conjunto de planos de benefícios administrados pela Fundação COPEL, que são vinculados à Lei Complementar nº 108, de 29/05/2001.

JGJ d

MERCER

t:\fundação_copel\2013\aa1213\doc\previ\parecer\parecer atuarial_plano de pecúlio_fundação copel_20032014.doc

10

7

Conclusão

Considerando todo o exposto neste Parecer Atuarial, atestamos que, em nossa opinião, as hipóteses atuariais e financeiras e o regime financeiro utilizados para a avaliação atuarial do Plano de Pecúlio são apropriados para os fins a que se destinam, estão em conformidade com o regulamento do Plano de Pecúlio em vigor, e atendem às determinações da Resolução CGPC nº 18/2006, alterada pela Resolução CNPC 09/2012, que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Ressaltamos que o regime financeiro utilizado para a avaliação atuarial do Plano de Pecúlio prevê o redimensionamento periódico do seu plano de custeio.

Diante dos resultados apresentados neste Parecer Atuarial certificamos que o Plano de Pecúlio administrado pela Fundação COPEL está atuarialmente equilibrado na data de encerramento do exercício de 2013, possuindo um fundo de oscilação de riscos capaz de suportar desvios de sinistralidade de razoável magnitude. Certificamos, também, que os participantes (ativos e aposentados) deverão efetuar as contribuições/prêmios para o Plano de Pecúlio conforme estabelecido no capítulo 5 deste documento.

Considerando se tratar de um plano estruturado na modalidade de benefício definido, a experiência real observada diferirá das hipóteses atuariais e financeiras selecionadas, gerando diferenças entre duas avaliações atuariais consecutivas (ganhos ou perdas atuariais) que podem ser significativas. Dada também a característica do Plano de Pecúlio, de cobrança de prêmios de cobertura com base no perfil médio e geral da população coberta, o envelhecimento dessa população, ou até mesmo o fechamento deste Plano de Pecúlio, poderá acarretar aumento significativo dos referidos prêmios, situação na qual o fundo previdencial desempenhará papel de extrema importância para a manutenção do equilíbrio do Plano de Pecúlio.

É pressuposto para a manutenção desta situação de equilíbrio o pagamento das contribuições/prêmios previstos no plano de custeio apresentado neste Parecer Atuarial, assim como a manutenção do desvio entre valores esperados e ocorridos em patamares razoáveis.

Por fim, atestamos que os atuários credenciados subscritos a seguir atendem aos padrões de qualificação do Instituto Brasileiro de Atuária - IBA para a elaboração da avaliação atuarial aqui apresentada e para a emissão das opiniões e recomendações contidas no presente Parecer Atuarial.

JGJ d

MERCER

t:\fundação_copel\2013\aa1213\doc\previ\parecer\parecer atuarial_plano de pecúlio_fundação copel_20032014.doc

11

Também registramos que não é do nosso conhecimento a existência de qualquer interesse financeiro direto ou interesse material indireto, ou ainda relação pessoal que poderia gerar conflito de interesses que viesse a prejudicar a objetividade e a imparcialidade deste trabalho.

Permanecemos à disposição para o esclarecimento de quaisquer questões relacionadas aos tópicos abordados neste Parecer Atuarial ou para o fornecimento de mais detalhes que se mostrem necessários.

São Paulo, 20 de março de 2014.

Mercer Human Resource Consulting Ltda.



Tiago Calçada
M.I.B.A. nº 1.666

Eu revisei e julguei aceitáveis as premissas atuariais e financeiras, os regimes financeiros e métodos atuariais e os procedimentos utilizados para esta avaliação atuarial do Plano de Pecúlio administrado pela Fundação COPEL.



José Carlos Dias
M.I.B.A. nº 635



Mercer
Av. Dr. Chucri Zaidan, 920, 4º, 10º e 11º andares
São Paulo, SP, Brasil
CEP 04583-904
Tel.: +55 11 3048 1800

Mercer
Rua da Quitanda, 86 - 2º andar
Rio de Janeiro, RJ, Brasil
CEP 20091-902
Tel.: +55 21 3806 1100

MERCER

1:\fundação_copel\2013\aa1213\doc\previ\parecer\parecer atuarial_plano de pecúlio_fundação copel_20032014.doc



“Quando a velhice chegar, aceita-a, ama-a. Ela é abundante em prazeres se souberes amá-la. Os anos que vão gradualmente declinando estão entre os mais doces da vida de um homem, mesmo quando tenhas alcançado o limite extremo dos anos, estes ainda reservam prazeres.”

Sêneca, célebre escritor e intelectual do Império Romano (4 a.C./65 d.C.)



Quadro de DIRIGENTES 2013

CONSELHO DELIBERATIVO

Titulares

Edson Benedito Cesar
(Presidente do Conselho)
Amilton Paulo de Oliveira
Maximiliano Andres Orfali
Américo Antonio Gaion
Carlos Eduardo Felsky
Rafael Burakovski

Suplentes

Marcelo Sanchotene Cunha
José Roberto Lopes
Luiz Carlos Cavanha Junior
Nereu de Azevedo
Isaac de Oliveira
Lauro Sueo Suzuki

CONSELHO FISCAL

Titulares

Rosilene Fiorese Schreiber
(Presidente do Conselho)
Breno Pascualote Lemos
Itamar Pinto Paz
José Mauro Oliveira Domingues

Suplentes

Gerson José Gonçalves
Cássio da Silva Delorenzi
Flavio Binder

DIRETORIA EXECUTIVA

Antonio Sergio de Souza Guetter (Presidência)
José Carlos Lakoski
(Diretoria Financeira)
Paulo Cezar da Silva Machado
(Diretoria de Administração e Segurança)

R A I
Relatório
Anual de
Informações
2013

FUNDAÇÃO COPEL



*Rua Treze de Maio, 616
80510.030 | São Francisco
Curitiba | Paraná*